TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 001
RUB

CAPA DO PROCESSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO Nº	DATA
1501001/2024	10/01/2024

REQUISITANTE:
Secretaria Municipal de Administração.

ASSUNTO:
Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios – hortifrúti, de forma parcelada, de interesse da Administração Municipal de Trizidela do Vale (MA).

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO

TERMO DE AUTUAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Pelo presente instrumento, confirmo o recebimento das demandas de contratação, que originará o processo licitatório nas condições abaixo.

1. Do processo:
1.1. Processo Administrativo n° 1501001/2024
1.2. Requisitante:

- Secretaria Municipal de Administração;
- Fundo Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência Social/ Fundo Municipal de Assistência Social e
- Secretaria Municipal de Educação

2. Objeto:
2.1. Descrição: Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios – hortifrúti, de forma parcelada, de interesse da Administração Municipal de Trizidela do Vale (MA).

Aos 15 (quinze) dias do mês de janeiro do ano de 2024 eu, Poliana Silva Bezerra, responsável pelo o setor de protocolo, **AUTUO** o processo administrativo n° 1501001/2024, que adiante se vê. do que para constar, lavrei o presente termo. Eu _____responsável pelo setor de protocolo o subscrevo.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 003
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01.558.070/0001-22
END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 – AEROPORTO-65727-000
TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 71/2021 – GP. De 11 Janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE – ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR – **POLIANA SILVA BEZERRA,** CPF Nº 000.463.833-60 para o Cargo de **Chefe do Setor de Protocolo**, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 11 de Janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 11 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/20 24
FLS. 004
RUB.

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 846 de 11 de Janeiro de 2021

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação:
PORTARIA Nº 71/2021 – GP.
De 11 Janeiro de /2021

PORTARIA Nº 71/2021 - GP.
De 11 Janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - **POLIANA SILVA BEZERRA,** CPF Nº 000.463.833-60 para o Cargo de **Chefe do Setor de Protocolo**, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 11 de Janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 11 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação:
PORTARIA Nº 72/2021-GP./2021

PORTARIA Nº 72/2021-GP.
de 11 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, com fulcro no Art. 66, VI e IX; da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear - **ADÃO LIMA DA SILVA,** portador do CPF Nº 049.418.173-70, para o cargo de **Assessor Jurídico do Município**, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 11 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 11 DE JANEIRO DE 2021

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação:
PORTARIA Nº 73/2021 – GP/2021

PORTARIA Nº 73/2021 - GP.
De 11 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - **RAQUEL SOARES**

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 11.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – BENS
Nº 150101/2024

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Administração.	
SETOR REQUISITANTE: Setor de Compras e Serviços	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Natália Santos Dias Vieira	PORTARIA: Portaria: 43/2021
EMAIL: natysantos_dias@hotmail.com	TELEFONE: (99) 99647-0632

1 – DEMANDA – BENS

1.2. Descrição da necessidade
Contratação de empresa para o fornecimento gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrúti), de forma parcelada, de interesse da administração municipal de Trizidela do Vale (MA).

2. NECESSIDADE E/OU OPORTUNIDADE DE MELHORIA

2.1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado ou oportunidade de melhoria identificada:
Gênero Alimentício – perecível (hortifrúti), para as secretarias. Identificou-se a necessidade de um contrato para gênero alimentício – perecível (hortifrúti), para atender as diversas secretarias do Município de Trizidela do Vale/MA. Este documento manifesta a necessidade contínua da aquisição de gênero alimentício – perecível (hortifrúti), de acordo com as demandas das demais secretárias do município, tendo em vista o fato de não haver saldo em processos licitatórios anteriormente realizados para suprir tal solicitação. A presente aquisição, justifica-se em virtude que esta Secretaria Municipal de Administração é responsável por desenvolver inúmeras atividades, dentre elas reuniões com secretariado, autoridades, colaboradores, público externo em geral dentre outros eventos realizados por esta Unidade Administrativa.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 11.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3. DESCRIÇÃO DE SERVIÇO E QUANTIDADE A SER CONTRATADA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UNID.
1	Abobora in natura, tipo madura.	-	Kg
2	Acelga verde in natura, comum, sem manchas e sem danos às folhas.	250	Kg
3	Alface in natura, tipo americano.	400	Unidade
4	Banana in natura, espécie prata.	3000	Unidade
5	Batata in natura, tipo inglesa, lavada, lisa de 1ª qualidade.	500	Kg
6	Beterraba in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	250	Kg
7	Cebola in natura, tipo branca para uso culinário.	300	Kg
8	Cenoura in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	500	Kg
9	Cheiro verde in natura, composto de cebolinha e coentro.	1000	Molho
10	Chuchu verde in natura, espécie comum, de 1º qualidade.	150	Kg
11	Feijão verde tipo 1, de 1º qualidade.	500	Kg
12	Laranja in natura, espécie pera.	250	Kg
13	Limão tipo Taiti, in natura.	150	Kg
14	Maçã in natura, espécie nacional.	200	Kg
15	Mamão formosa in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	300	Kg
16	Melancia in natura, espécie redonda, sem danos físicos, de 1º qualidade.	250	Kg
17	Melão in natura, espécie amarelo.	150	Kg
18	Pepino verde in natura, espécie comum.	250	Kg
19	Pimentão verde in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	150	Kg
20	Repolho verde in natura, sem danos nas folhas.	200	Kg
21	Tomate vermelho in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	400	Kg
22	Polpa de fruta, sabor: maracujá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	420	Unidade
23	Polpa de fruta, sabor: cajá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	420	Unidade
24	Polpa de fruta, sabor: acerola, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	420	Unidade
25	Polpa de fruta, sabor: goiaba vermelha, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	420	Unidade
26	Polpa de fruta, sabor: abacaxi, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	420	Unidade
27	Polpa de fruta, sabor: caju, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	420	Unidade

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 11.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ESTÁ PREVISTO NO PLANO DE AQUISIÇÃO?	
(X) SIM	**BEM COMUM**
( ) NÃO	

4. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Unidade Requisitante	Natália Santos Dias Vieira Assinatura
Unidade Administrativa	Enoque de Sá Barreto Filho Secretário Municipal de Administração Portaria nº 02/2021 GP

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 008
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01.558.070/0001-22
END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 – AEROPORTO-65727-000
TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 43/2021 – GP.

De 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE – ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR – **NATÁLIA SANTOS DIAS VIEIRA,** Portadora do CPF nº 602.037.273-12, para o Cargo de **Chefe do Setor de Compras**, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do municipio de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 009
RUB.

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 850 de 4 de Janeiro de 2021

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 422021GP/2021

PORTARIA Nº 42/2021 - GP. De 04 de Janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - **PAULO ROBERTO DE JESUS MARQUES,** Portador do CPF n° 617.118.283-43, para o Cargo de **Chefe da Divisão de Almoxarifado**, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 432021GP/2021

PORTARIA Nº 43/2021 - GP. De 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 010
RUB.

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 850 de 4 de Janeiro de 2021

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - **NATÁLIA SANTOS DIAS VIEIRA,** Portadora do CPF n° 602.037.273-12, para o Cargo de **Chefe do Setor de Compras**, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 442021GP/2021

PORTARIA Nº 44/2021 - GP. De 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - **VANESSA MELO BEZERRA,** Portadora do CPF n° 048.448.533-41, para o Cargo de Diretora de Recursos Humanos do Município, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 011
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01.558.070/0001-22
END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 – AEROPORTO-65727-000
TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 02/2021 – GP. De 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE – ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR – **ENOQUE DE SÁ BARRETO FILHO,** Portador do CPF nº 651.763.403-72, para o Cargo de **Secretário Municipal de Administração**, observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2021
FLS. 012
RUB.

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 850 de 4 de Janeiro de 2021

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 012021GP/2021

PORTARIA Nº 01/2021-GP. De 04 de Janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, com fulcro no Art. 66,VI e IX; da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR - **MARIA SÔNIA SILVA ABREU,** portadora do CPF 449.499.953-91, para o cargo de **Secretária Municipal de Educação**, observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de Janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 022021 GP/2021

PORTARIA Nº 02/2021 - GP. De 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE- ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - **ENOQUE DE SÁ BARRETO FILHO,** Portador do CPF nº 651.763.403-72, para o Cargo de **Secretário Municipal de Administração**, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – BENS
Nº 150102/2024

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Assistência Social.	
SETOR REQUISITANTE: Setor de Compras e Serviços	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Natália Santos Dias Vieira	PORTARIA: Portaria: 43/2021
EMAIL: natysantos_dias@hotmail.com	TELEFONE: (99) 99647-0632

1 – DEMANDA – BENS

1.2. Descrição da necessidade
Contratação de empresa para o fornecimento gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrúti), de forma parcelada, de interesse da administração municipal de Trizidela do Vale (MA).

2. NECESSIDADE E/OU OPORTUNIDADE DE MELHORIA

2.1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado ou oportunidade de melhoria identificada:
Gênero Alimentício – perecível (hortifrúti), para as secretarias. A Secretaria Municipal de Assistência Social, necessita adquirir gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrúti), com a finalidade de garantir a continuidade e manutenção das atividades desenvolvidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, Centro de Referência de Assistência Social-CRAS e o Programa Criança Feliz do município de Trizidela do Vale – MA.

3. DESCRIÇÃO DE SERVIÇO E QUANTIDADE A SER CONTRATADA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UNID.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	1	Abobora in natura, tipo madura.	300	Kg	
	2	Acelga verde in natura, comum, sem manchas e sem danos às folhas.	200	Kg	
	3	Alface in natura, tipo americano.	400	Unidade	
	4	Banana in natura, espécie prata.	6000	Unidade	
	5	Batata in natura, tipo inglesa, lavada, lisa de 1ª qualidade.	1000	Kg	
	6	Beterraba in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	1000	Kg	
	7	Cebola in natura, tipo branca para uso culinário.	1000	Kg	
	8	Cenoura in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	1600	Kg	
	9	Cheiro verde in natura, composto de cebolinha e coentro.	1500	Molho	
	10	Chuchu verde in natura, espécie comum, de 1° qualidade.	750	Kg	
	11	Feijão verde tipo 1, de 1° qualidade.	750	Kg	
	12	Laranja in natura, espécie pera.	450	Kg	
	13	Limão tipo Taiti, in natura.	100	Kg	
	14	Maçã in natura, espécie nacional.	875	Kg	
	15	Mamão formosa in natura, sem danos físicos, de 1° qualidade.	30p0	Kg	
	16	Melancia in natura, espécie redonda, sem danos físicos, de 1° qualidade.	1000	Kg	
	17	Melão in natura, espécie amarelo.	250	Kg	
	18	Pepino verde in natura, espécie comum.	240	Kg	
	19	Pimentão verde in natura, sem danos físicos, de 1° qualidade.	400	Kg	
	20	Repolho verde in natura, sem danos nas folhas.	350	Kg	
	21	Tomate vermelho in natura, sem danos físicos, de 1° qualidade.	1400	Kg	
	22	Polpa de fruta, sabor: maracujá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	286	Unidade	
	23	Polpa de fruta, sabor: cajá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	286	Unidade	
	24	Polpa de fruta, sabor: acerola, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	286	Unidade	
	25	Polpa de fruta, sabor: goiaba vermelha, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	286	Unidade	
	26	Polpa de fruta, sabor: abacaxi, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	286	Unidade	
	27	Polpa de fruta, sabor: caju, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	286	Unidade	

ESTÁ PREVISTO NO PLANO DE AQUISIÇÃO?	
(X) SIM	**BEM COMUM**
( ) NÃO	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Unidade Requisitante	Natália Santos Dias Vieira Assinatura
Unidade Administrativa	Maria Rosilene Silva Secretária Municipal de Assistência Social Portaria nº 06/2021-GP

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2021
FLS. 016
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01.558.070/0001-22
END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 – AEROPORTO-65727-000
TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 06 /2021 – GP. De 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE – ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR – **MARIA ROSILENE SILVA,** portadora do CPF 406.829.783-53 para o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 017
RUB.

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 850 de 4 de Janeiro de 2021

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 062021GP/2021

PORTARIA Nº 06 /2021 - GP. De 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - **MARIA ROSILENE SILVA,** portadora do CPF 406.829.783-53 para o cargo de **Secretária Municipal de Assistência Social,** observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 072021GP/2021

PORTARIA Nº 07/2021 - GP. De 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 03.157.791/0001-56
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – BENS
Nº 150103/2024

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Educação.	
SETOR REQUISITANTE: Setor de Compras e Serviços	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Natália Santos Dias Vieira	PORTARIA: Portaria: 43/2021
EMAIL: natysantos_dias@hotmail.com	TELEFONE: (99) 99647-0632

1 – DEMANDA – BENS

1.2. Descrição da necessidade
Contratação de empresa para o fornecimento gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrúti), de forma parcelada, de interesse da administração municipal de Trizidela do Vale (MA).

2. NECESSIDADE E/OU OPORTUNIDADE DE MELHORIA

2.1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado ou oportunidade de melhoria identificada:
Gênero Alimentício – perecível (hortifrúti), para as secretarias. A presente aquisição faz-se necessária para atendimento à demanda das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação. Essa futura e eventual aquisição é para supri as necessidades durante o exercício de 2024.

3. DESCRIÇÃO DE SERVIÇO E QUANTIDADE A SER CONTRATADA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UNID.
1	Abobora in natura, tipo madura.	-	Kg
2	Acelga verde in natura, comum, sem manchas e sem danos às folhas.	150	Kg

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 03.157.791/0001-56
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	3	Alface in natura, tipo americano.	400	Unidade	
	4	Banana in natura, espécie prata.	3600	Unidade	
	5	Batata in natura, tipo inglesa, lavada, lisa de 1ª qualidade.	400	Kg	
	6	Beterraba in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	200	Kg	
	7	Cebola in natura, tipo branca para uso culinário.	350	Kg	
	8	Cenoura in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	600	Kg	
	9	Cheiro verde in natura, composto de cebolinha e coentro.	1000	Molho	
	10	Chuchu verde in natura, espécie comum, de 1º qualidade.	150	Kg	
	11	Feijão verde tipo 1, de 1° qualidade.	500	Kg	
	12	Laranja in natura, espécie pera.	250	Kg	
	13	Limão tipo Taiti, in natura.	100	Kg	
	14	Maçã in natura, espécie nacional.	600	Kg	
	15	Mamão formosa in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	200	Kg	
	16	Melancia in natura, espécie redonda, sem danos físicos, de 1º qualidade.	800	Kg	
	17	Melão in natura, espécie amarelo.	280	Kg	
	18	Pepino verde in natura, espécie comum.	200	Kg	
	19	Pimentão verde in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	300	Kg	
	20	Repolho verde in natura, sem danos nas folhas.	250	Kg	
	21	Tomate vermelho in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	800	Kg	
	22	Polpa de fruta, sabor: maracujá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	230	Unidade	
	23	Polpa de fruta, sabor: cajá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	230	Unidade	
	24	Polpa de fruta, sabor: acerola, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	230	Unidade	
	25	Polpa de fruta, sabor: goiaba vermelha, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	230	Unidade	
	26	Polpa de fruta, sabor: abacaxi, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	230	Unidade	
	27	Polpa de fruta, sabor: caju, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	230	Unidade	

ESTÁ PREVISTO NO PLANO DE AQUISIÇÃO?	
(X) SIM	**BEM COMUM**
( ) NÃO	

4. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 03.157.791/0001-56
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Requisitante	Natália Santos Dias Vieira Assinatura
Unidade Administrativa	Maria Sônia Silva Abreu Sec. Mun. de Educação Portaria nº 01/2021-GP

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150101/2021
FLS. 021
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01.558.070/0001-22
END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO-65727-000
TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 01/2021-GP. De 04 de Janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE – ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, com fulcro no Art. 66,VI e IX; da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR – **MARIA SÔNIA SILVA ABREU,** portadora do CPF 449.499.953-91, para o cargo de **Secretária Municipal de Educação,** observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de Janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1201001/2021
FLS. 022
RUB.

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 850 de 4 de Janeiro de 2021

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 012021GP/2021

PORTARIA Nº 01/2021-GP. De 04 de Janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, com fulcro no Art. 66,VI e IX; da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR - **MARIA SÔNIA SILVA ABREU,** portadora do CPF 449.499.953-91, para o cargo de **Secretária Municipal de Educação**, observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de Janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 022021 GP/2021

PORTARIA Nº 02/2021 - GP. De 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE- ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - **ENOQUE DE SÁ BARRETO FILHO,** Portador do CPF nº 651.763.403-72, para o Cargo de **Secretário Municipal de Administração**, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 11.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – BENS Nº 150104/2024

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Saúde.	
SETOR REQUISITANTE: Setor de Compras e Serviços	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Natália Santos Dias Vieira	PORTARIA: Portaria: 43/2021
EMAIL: natysantos_dias@hotmail.com	TELEFONE: (99) 99647-0632

1 – DEMANDA – BENS

1.2. Descrição da necessidade
Contratação de empresa para o fornecimento gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrúti), de forma parcelada, de interesse da administração municipal de Trizidela do Vale (MA).

2. NECESSIDADE E/OU OPORTUNIDADE DE MELHORIA

2.1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado ou oportunidade de melhoria identificada:
Gênero Alimentício – perecível (hortifrúti), para as secretarias. A falta de alimentação dentro da Unidade Hospitalar, causará um caos para Administração Pública Municipal de Trizidela do Vale – MA. Sendo que pacientes internados, debilitados, que diariamente são acompanhados pela divisão de nutrição da unidade, que realizam dieta balanceada levando em consideração a situação de saúde/doença dos mesmos, não terão como se alimentar na unidade, como também, não terão como serem removidos, o que poderá causar a morte.

3. DESCRIÇÃO DE SERVIÇO E QUANTIDADE A SER CONTRATADA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 11.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UNID.
1	Abobora in natura, tipo madura.	-	Kg
2	Acelga verde in natura, comum, sem manchas e sem danos às folhas.	350	Kg
3	Alface in natura, tipo americano.	750	Unidade
4	Banana in natura, espécie prata.	7200	Unidade
5	Batata in natura, tipo inglesa, lavada, lisa de 1ª qualidade.	1000	Kg
6	Beterraba in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	800	Kg
7	Cebola in natura, tipo branca para uso culinário.	600	Kg
8	Cenoura in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	1000	Kg
9	Cheiro verde in natura, composto de cebolinha e coentro.	5000	Molho
10	Chuchu verde in natura, espécie comum, de 1° qualidade.	500	Kg
11	Feijão verde tipo 1, de 1° qualidade.	1000	Kg
12	Laranja in natura, espécie pera.	750	Kg
13	Limão tipo Taiti, in natura.	300	Kg
14	Maçã in natura, espécie nacional.	1000	Kg
15	Mamão formosa in natura, sem danos físicos, de 1° qualidade.	400	Kg
16	Melancia in natura, espécie redonda, sem danos físicos, de 1° qualidade.	800	Kg
17	Melão in natura, espécie amarelo.	400	Kg
18	Pepino verde in natura, espécie comum.	600	Kg
19	Pimentão verde in natura, sem danos físicos, de 1° qualidade.	350	Kg
20	Repolho verde in natura, sem danos nas folhas.	500	Kg
21	Tomate vermelho in natura, sem danos físicos, de 1° qualidade.	2000	Kg
22	Polpa de fruta, sabor: maracujá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	830	Unidade
23	Polpa de fruta, sabor: cajá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	830	Unidade
24	Polpa de fruta, sabor: acerola, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	830	Unidade
25	Polpa de fruta, sabor: goiaba vermelha, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	830	Unidade
26	Polpa de fruta, sabor: abacaxi, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	830	Unidade
27	Polpa de fruta, sabor: caju, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	830	Unidade

ESTÁ PREVISTO NO PLANO DE AQUISIÇÃO?	
(X) SIM	BEM COMUM
( ) NÃO	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 11.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Unidade Requisitante	Natália Santos Dias Vieira Assinatura
Unidade Administrativa	Fabiana Meireles do Nascimento Medeiros Secretaria Municipal de Saúde Portaria nº 08/2021-GP

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150/001/2024
FLS. 026
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01.558.070/0001-22
END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO-65727-000
TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 08/2021 – GP. De 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE – ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR – FABIANA MEIRELES DO NASCIMENTO MEDEIROS, portadora do CPF 036.082.723-30 para o cargo de Secretária Municipal de Saúde, observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2021
FLS. 027
RUB.

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 850 de 4 de Janeiro de 2021

Art. 1º - NOMEAR - **VICTOR DENNER VASCONCELOS FERNANDES,** portador do CPF 064.698.983-94 para o cargo de **Secretário Municipal de Finanças,** observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 082021GP/2021

PORTARIA Nº 08/2021 - GP. De 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - **FABIANA MEIRELES DO NASCIMENTO MEDEIROS,** portadora do CPF 036.082.723-30 para o cargo de **Secretária Municipal de Saúde,** observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE TRIZIDELA DO VALE

Trabalho e desenvolvimento

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 028
RUB

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO

DESPACHO ENCAMINHANDO PROCESSO

ORIGEM:
Setor de Protocolo

DESTINO:
Secretaria Municipal de Administração.

ASSUNTO:
Encaminho os autos deste processo administrativo para as providências cabíveis, devidamente numerado e rubricado por minha pessoa em todas as folhas.

Poliana Silva Bezerra
Chefe do Setor de Protocolo
Portaria nº 71/2021-GP

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 029
RUB

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Órgão:	Secretaria Municipal de Administração
Uasg:	980258
Compra:	Gênero Alimentício – perecível (hortifrúti), para as secretarias.

1. Informações básicas – Processo Administrativo

1501001/2024

2. Área requisitante

Secretaria Municipal de Administração;

Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social;

Fundo Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Educação.

Eixo 1 – Da necessidade:

3. Descrição da necessidade da contratação (problema a ser resolvido)*

Gênero Alimentício – perecível (hortifrúti), para as secretarias.

Identificou-se a necessidade de um contrato para gênero alimentício – perecível (hortifrúti), para atender as diversas secretarias do Município de Trizidela do Vale/MA. Este documento manifesta a necessidade contínua da aquisição de gênero alimentício – perecível (hortifrúti), de acordo com as demandas das demais secretárias do município, tendo em vista o fato de não haver saldo em processos licitatórios anteriormente realizados para suprir tal solicitação.

A presente aquisição faz-se necessária para atendimento à demanda das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação. Essa futura e eventual aquisição é para supri as necessidades durante o exercício de 2024.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria Municipal de Assistência Social, necessita adquirir gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrúti), com a finalidade de garantir a continuidade e manutenção das atividades desenvolvidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, Centro de Referência de Assistência Social-CRAS e o Programa Criança Feliz do município de Trizidela do Vale – MA.

A falta de alimentação dentro da Unidade Hospitalar, causará um caos para Administração Pública Municipal de Trizidela do Vale – MA. Sendo que pacientes internados, debilitados, que diariamente são acompanhados pela divisão de nutrição da unidade, que realizam dieta balanceada levando em consideração a situação de saúde/doença dos mesmos, não terão como se alimentar na unidade, como também, não terão como serem removidos, o que poderá causar a morte.

4. Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala*

A quantidade estimada consta no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UNID.
1	Abobora in natura, tipo madura.	300	Kg
2	Acelga verde in natura, comum, sem manchas e sem danos às folhas.	950	Kg
3	Alface in natura, tipo americano.	1950	Unidade
4	Banana in natura, espécie prata.	19800	Unidade
5	Batata in natura, tipo inglesa, lavada, lisa de 1ª qualidade.	2900	Kg
6	Beterraba in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	2250	Kg
7	Cebola in natura, tipo branca para uso culinário.	2250	Kg
8	Cenoura in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	3700	Kg
9	Cheiro verde in natura, composto de cebolinha e coentro.	8500	Molho
10	Chuchu verde in natura, espécie comum, de 1° qualidade.	1550	Kg
11	Feijão verde tipo 1, de 1° qualidade.	2750	Kg
12	Laranja in natura, espécie pera.	1700	Kg
13	Limão tipo Taiti, in natura.	650	Kg
14	Maçã in natura, espécie nacional.	2675	Kg
15	Mamão formosa in natura, sem danos físicos, de 1° qualidade.	1200	Kg
16	Melancia in natura, espécie redonda, sem danos físicos, de 1° qualidade.	2850	Kg
17	Melão in natura, espécie amarelo.	1080	Kg
18	Pepino verde in natura, espécie comum.	1290	Kg

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

19	Pimentão verde in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	1200	Kg
20	Repolho verde in natura, sem danos nas folhas.	1300	Kg
21	Tomate vermelho in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	4600	Kg
22	Polpa de fruta, sabor: maracujá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	1766	Unidade
23	Polpa de fruta, sabor: cajá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	1766	Unidade
24	Polpa de fruta, sabor: acerola, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	1766	Unidade
25	Polpa de fruta, sabor: goiaba vermelha, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	1766	Unidade
26	Polpa de fruta, sabor: abacaxi, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	1766	Unidade
27	Polpa de fruta, sabor: caju, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	1766	Unidade

Acrescenta-se que as quantidades informadas neste ETP será suficiente para atender a demanda do município de Trizidela do Vale – MA.

5. Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução

Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuem registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

Será concedido a participação de pessoa física, conforme Decreto Municipal n° 05/2024 de 2024.

A contratação deverá ser através de Pregão Eletrônico.

A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei n° 14.133/21.

O objeto a ser contratado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo a necessidade de prorrogação contratual para além da vigência prevista.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

6. Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

Busca-se com esta contratação atender a necessidade de abastecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrúti), para as secretarias deste município.

Considerações relacionadas à efetividade da solução escolhida, bem como sua sustentabilidade, já constam nesse ETP.

Eixo 2 – Das soluções:

7. Levantamento de mercado (prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções)

O levantamento de mercado realizado para o processo licitatório de gênero alimentício – perecível incluiu a prospecção e análise de soluções disponíveis no mercado. Este levantamento considerou:

1. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.
2. Foram analisadas contratações similares por outros órgãos e entidades, e em sites eletrônicos.

Logo, a aquisição dos materiais do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos itens a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

O tipo de solução a contratar é o Pregão Eletrônico por se tratar de bens comuns.

8. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação*

A estimativa do valor da contratação está a seguir, onde demonstram os itens, quantitativos e valores unitários da contratação. (Valor praticado por sites eletrônicos e por outro órgão público – Termo de Homologação-PMPP) – doc. em Anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	Abobora in natura, tipo madura.	300	Kg	1,36	408,00
2	Acelga verde in natura, comum, sem manchas e sem danos às folhas.	950	Kg	8,90	8455,00
3	Alface in natura, tipo americano.	1950	Unidade	1,42	2769,00
4	Banana in natura, espécie prata.	19800	Unidade	2,60	51480,00
5	Batata in natura, tipo inglesa, lavada, lisa de 1ª qualidade.	2900	Kg	2,31	6699,00

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	6	Beterraba in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	2250	Kg	2,44	5490,00
	7	Cebola in natura, tipo branca para uso culinário.	2250	Kg	2,58	5805,00
	8	Cenoura in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	3700	Kg	2,42	8954,00
	9	Cheiro verde in natura, composto de cebolinha e coentro.	8500	Molho	1,89	16065,00
	10	Chuchu verde in natura, espécie comum, de 1º qualidade.	1550	Kg	6,58	10199,00
	11	Feijão verde tipo 1, de 1° qualidade.	2750	Kg	27,99	76972,50
	12	Laranja in natura, espécie pera.	1700	Kg	2,35	3995,00
	13	Limão tipo Taiti, in natura.	650	Kg	1,96	1274,00
	14	Maçã in natura, espécie nacional.	2675	Kg	3,52	9416,00
	15	Mamão formosa in natura, sem danos físicos, de 1° qualidade.	1200	Kg	2,39	2868,00
	16	Melancia in natura, espécie redonda, sem danos físicos, de 1° qualidade.	2850	Kg	2,07	5899,50
	17	Melão in natura, espécie amarelo.	1080	Kg	1,90	2052,00
	18	Pepino verde in natura, espécie comum.	1290	Kg	1,96	2528,40
	19	Pimentão verde in natura, sem danos físicos, de 1° qualidade.	1200	Kg	2,85	3420,00
	20	Repolho verde in natura, sem danos nas folhas.	1300	Kg	2,40	3120,00
	21	Tomate vermelho in natura, sem danos físicos, de 1° qualidade.	4600	Kg	2,95	13570,00
	22	Polpa de fruta, sabor: maracujá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	1766	Unidade	5,93	10472,38
	23	Polpa de fruta, sabor: cajá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	1766	Unidade	5,93	10472,38
	24	Polpa de fruta, sabor: acerola, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	1766	Unidade	5,93	10472,38
	25	Polpa de fruta, sabor: goiaba vermelha, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	1766	Unidade	5,93	10472,38
	26	Polpa de fruta, sabor: abacaxi, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	1766	Unidade	5,93	10472,38
	27	Polpa de fruta, sabor: caju, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	1766	Unidade	5,93	10472,38
	VALOR TOTAL					**304.273,68**

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado, respeitando todas as normas e etapas da fase interna e, caso aprovado pela Autoridade Competente da Comissão de Contratação, será realizada a licitação através de Pregão Eletrônico. Após a homologação da licitação poderá ser feita a contratação para aquisição dos itens licitados.

11. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

Não se vislumbram possíveis impactos ambientais decorrentes desta contratação, sem a necessidade, portanto, de medidas de tratamento ou mitigadoras em busca do saneamento de riscos existentes na área.

Eixo 3 – Da solução:

12. Descrição da solução, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução*

Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrúti), destinada a distribuição perante as secretárias do município.

13. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável*

Em regra, conforme § 1° do art. 18 da Lei n° 14.133/21, o objeto deverá ser dividida em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala (Súmula 247 do TCU).

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

O disposto encontra-se aplicável na presente demanda, não sendo vislumbrado, no momento, motivações para a não adoção do parcelamento do objeto em itens.

14. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão*

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

O objeto da contratação está previsto na LOA, ele é uma despesa recorrente anual, de suma importância pois servirá para atender as demandas das Secretarias, importância para a nutrição humana e para o equilíbrio das refeições.

15. Declaração de viabilidade*

Declaramos, considerando todo o exposto nestes Estudos Preliminares, que a contratação:
[X] é viável
[ ] não é viável

16. Há necessidade de classificar os Estudos Preliminares como **sigiloso**, nos termos da Lei nº 12.527/2011? **Caso negativo, estes Estudos Preliminares devem ser anexos do TR/PB.**

ETP não-sigiloso.

Trizidela do Vale – MA, 16 de janeiro de 2024.

Natália Santos Dias Vieira
Chefe do Setor de Compras.
Portaria nº 43/2021 – GP

Enoque de Sá Barreto Filho
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 02/2021-GP

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 037
RUB.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Registro de Preços Eletrônico - 23/2023

Resultado da Homologação

0001 - ABACATE (FRUTA) - Especificação: in natura - Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 6,48

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	750 Quilo	3,15	2.362,50	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0002 - ABACAXI (FRUTA) - Especificação: in natura. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - UND - Valor Referência: 4,96

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	UND	1.000 Unidade	1,36	1.360,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 01 - **0003 - ABÓBORA-Especificação: In natura. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 2,89**

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	1.000 Quilo	1,36	1.360,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0004 - ACELGA - Especificação: in natura Apresentando condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - UND - Valor Referência: 5,46

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	UND	1.000 Unidade	2,64	2.640,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 03 - **0005 - ALFACE-Especificação: In natura. Apresentando condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - UND - Valor Referência: 3,02**

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	UND	2.000 Unidade	1,42	2.840,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0006 - ALHO -Especificação: In natura. Apresentando condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 22,34

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	150 Quilo	11,08	1.662,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0007 - BANANA - Especificação: In natura. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 6,60

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	4.000 Quilo	3,21	12.840,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 16/01/2024 às 16:33:19.
Código verificador: 7FF59F

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150.001/2024
FLS. 038
RUB.

Item 05 -

0008 - BATATA INGLESA - Especificação: In natura. Apresentando condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 4,80

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	1.500 Quilo	2,31	3.465,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 06 -

0009 - BETERRABA - Especificação: In natura. Apresentando condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 5,06

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	1.500 Quilo	2,44	3.660,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 07 -

0010 - CEBOLA -Especificação: In natura. Apresentando condições adequadas s para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 5,34

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	1.500 Quilo	2,58	3.870,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 08 -

0011 - CENOURA - Especificação: In natura. Apresentando condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 5,01

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	15.000 Quilo	2,42	36.300,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 09 -

0012 - CHEIRO VERDE - Especificação: In natura. Apresentando condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - MAÇO - Valor Referência: 4,60

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	MAÇO	1.500 Maço	1,89	2.835,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0013 - GOIABA (FRUTA) - Especificação: In natura. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 5,12

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	1.000 Quilo	2,47	2.470,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 12 -

0014 - LARANJA (FRUTA) - Especificação: In natura. Apresentando condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 4,87

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	3.000 Quilo	2,35	7.050,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 13 -

0015 - LIMÃO Especificação: In natura. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 4,09

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	3.000 Quilo	1,96	5.880,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 14 -

0016 - MAÇÃ - Especificação: In natura. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 16/01/2024 às 16:33:19.
Código verificador: 7FF59F

transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 7,22

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	1.000 Quilo	3,52	3.520,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0017 - MACAXEIRA - Especificação: In natura. Apresentando condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 5,45

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	3.000 Quilo	2,64	7.920,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 15 - 0018 - MAMÃO (FRUTA) - Especificação: In natura. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 4,96

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	2.000 Quilo	2,39	4.780,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 16 - 0019 - MELANCIA (FRUTA) Especificação: In natura. Apresentando condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 4,31

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	4.000 Quilo	2,07	8.280,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 17 - 0020 - MELÃO (FRUTA) Especificação: In natura. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 3,98

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	2.000 Quilo	1,90	3.800,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 18 - 0021 - PEPINO Especificação: In natura. Apresentando condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 4,83

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	300 Quilo	1,96	588,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 19 - 0022 - PIMENTÃO - Especificação: In natura. Apresentando condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 5,92

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	300 Quilo	2,85	855,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 22, 23, 24, 25, 26, 27 - 0023 - POLPA DE FRUTAS – Especificação: Polpa congelada, Diversos sabores, Natural. Preparada de frutas sãs, limpas e isentas de parasitas e detritos animal e vegetal de primeira qualidade, embalagem tipo barra, em saco de plástico transparente e resistente com peso líquido 1 kg. Não deve conter fragmentos das partes não comestíveis da fruta, nem substancias estranhas à sua composição normal. - QUILO - Valor Referência: 12,07

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	5.000 Quilo	5,93	29.650,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 20 - 0024 - REPOLHO - Especificação: in natura. Apresentando condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 5,44

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 19/02/2024 às 16:33:19.
Código verificador: 7FF59F

TRIZIOELA DO VALE
PROC. 150/001/2024
FLS. 040
RUB.

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	1.000 Quilo	2,40	2.400,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0025 - TANGERINA (FRUTA) - Especificação: in natura. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 5,61

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	600 Quilo	2,70	1.620,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Item 21 -

0026 - TOMATE Especificação: in natura. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 5,93

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	1.500 Quilo	2,95	4.425,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0027 - UVA (FRUTA) - Especificação: in natura. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos. - QUILO - Valor Referência: 8,45

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	1.000 Quilo	4,21	4.210,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0028 - CARNE BOVINA COM OSSO - Especificação: Sem pele, cor própria, sem manchas esverdeadas, pouca gordura, acondicionada em embalagem adequada de 1 a 2kg, - QUILO - Valor Referência: 23,03

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	2.500 Quilo	11,50	28.750,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0029 - CARNE BOVINA SEM OSSO – Especificação: Sem pele, cor própria, sem manchas esverdeadas, pouca gordura, acondicionada em embalagem adequada de 1 a 2kg. - QUILO - Valor Referência: 37,97

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	2.100 Quilo	18,98	39.858,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0030 - FRANGO RESFRIADO – Especificação: cor própria, sem manchas esverdeadas, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. - QUILO - Valor Referência: 15,21

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	5.000 Quilo	7,59	37.950,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0031 - AÇÚCAR REFINADO - Especificação: Composição origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, embalagem 1000g. - QUILO - Valor Referência: 4,80

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	5.000 Quilo	2,38	11.900,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0032 - BISCOITO CREAM CRACKER – Especificação: Biscoito, salgado com 400g. - PACOTE - Valor Referência: 5,07

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 19/02/2024 às 16:33:19.
Código verificador: 7FF59F

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 041
RUB.

D. OLIVEIRA	PACOTE	3.000 Pacote	2,51	7.530,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0033 - BISCOITO DOCE SEM RECHEIO – Especificação: Biscoito, apresentação redondo, classificação doce, características adicionais sem recheio, tipo Maria. Embalagem com 400g. - PACOTE - Valor Referência: 5,18

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	PACOTE	3.000 Pacote	2,58	7.740,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0034 - CAFÉ TORRADO E MOÍDO- Especificação: Café, tipo torrado, apresentação moído, tipo embalagem a vácuo, normas técnicas laudo e classificação de café feito. Embalagem com 250g. - PACOTE - Valor Referência: 7,42

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	PACOTE	3.000 Pacote	3,70	11.100,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0035 - LEITE EM PÓ INTEGRAL COM NO MÍNIMO 200G – Especificação: Leite integral. Embalagem com 200G. - PACOTE - Valor Referência: 7,36

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	PACOTE	3.000 Pacote	3,67	11.010,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0036 - ARROZ TIPO 1, LONGO – Especificação: Arroz tipo 1, tipo classe longo Fino, tipo subgrupo polido, prazo de validade 12 meses. Embalagem com 1000g. - PINHO - Valor Referência: 5,12

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
R J DISTRIBUIDORA LTDA	PINHO	10.000 Quilo	2,64	26.400,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0037 - COLORÍFICO ALIMENTÍCIO A BASE DE URUCUM - Especificação: Embalagem: pacote com no mínimo 100 gramas. - PACOTE - Valor Referência: 1,96

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	PACOTE	300 Pacote	0,81	243,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0038 - FARINHA DE MANDIOCA – AMARELA - Especificação: Farinha de Mandioca, apresentação crua, tipo grupo Seca, fina, Amarela. Saco com 1Kg - QUILO - Valor Referência: 4,00

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	500 Quilo	1,97	985,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0039 - FARINHA DE MANDIOCA – BRANCA - Especificação: Farinha de Mandioca, apresentação crua, tipo grupo Seca, fina. Saco com 1Kg - QUILO - Valor Referência: 5,47

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	400 Quilo	2,73	1.092,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0040 - FLOCÃO DE MILHO - Especificação: Pré – Cozido. Embalagem com 500 gramas. - PACOTE - Valor Referência: 3,09

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	PACOTE	8.000 Pacote	0,21	1.680,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0041 - FLOCÃO DE ARROZ - Especificação: Flocão de arroz pré-cozido, embalagem com 500 gramas. - PACOTE - Valor Referência: 3,66

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 19/02/2024 às 16:33:19.
Código verificador: 7FF59F

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 042
RUB.

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	PACOTE	5.000 Pacote	1,81	9.050,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0042 - MACARRÃO TIPO ESPAGUETE – Especificação: tipo comum, formato espaguete, contendo embalagem de 500 gramas. - PACOTE - Valor Referência: 5,26

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	PACOTE	4.000 Pacote	2,62	10.480,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0043 - SAL REFINADO IODATO - Especificação: Embalagem contendo 01 Kg. Iodado. Validade mínima de 06 meses. - QUILO - Valor Referência: 1,84

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	20 Quilo	0,85	17,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0044 - SARDINHA - Especificação: Peixe Conserva, espécie sardinha, apresentação inteiro. Embalagem lata com 125g. - UNIDADE - Valor Referência: 5,94

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	UNIDADE	5.000 Unidade	2,95	14.750,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0045 - TEMPERO SECO - Especificação: Tempero alho/sal. Produto constituído pela mistura de polpa de alho e sal com ausência de sujidades e larvas. Embalagem com 500 gramas - EMBALAGEM - Valor Referência: 4,68

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	EMBALAGEM	1.000 Embalagem	1,69	1.690,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0046 - VINAGRE C/ ALCOOL - Especificação: frasco com 750ML - FRASCO - Valor Referência: 2,99

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	FRASCO	1.000 Frasco	1,49	1.490,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0047 - BISCOITO, TIPO ROSQUINHA – Especificação: Sabor coco, doce, sem recheio, rosquinha, alimentação humana, açúcar farinha de trigo e glúten. Pacote com 400g. - PACOTE - Valor Referência: 10,47

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	PACOTE	1.000 Pacote	2,23	2.230,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0048 - MILHO PARA MUNGUNZÁ (CANJICA) - Especificação: 500 gramas. - PACOTE - Valor Referência: 6,26

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	PACOTE	1.500 Pacote	3,12	4.680,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0049 - PIMENTA DO REINO MOÍDA PACOTE COM 50 G - Especificação: Embalagem com 50 gramas. - PACOTE - Valor Referência: 2,65

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	PACOTE	500 Pacote	1,30	650,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0050 - AVEIA EM FLOCOS - Especificação: Aveia, apresentação flocos, 100%, natural, embalagem com 250 gr. - EMBALAGEM - Valor Referência: 4,58

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 19/02/2024 às 16:33:19.
Código verificador: 7FF59F

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	EMBALAGEM	800 Embalagem	2,28	1.824,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0051 - FEIJÃO CARIOQUINHA – Especificação: Tipo 1, da primeira qualidade, grãos novos, inteiros e sãos, isentos de sujidades, parasitas, larvas ou qualquer material. Embalagem com 1000g. - QUILO - Valor Referência: 9,63

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	QUILO	3.000 Quilo	4,60	13.800,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0052 - MARGARINA VEGETAL 500 G - Especificação: Margarina vegetal 80% lípido embalagem com 500g - POTE - Valor Referência: 9,25

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	POTE	800 Pote	4,62	3.696,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

0053 - ÓLEO COMESTÍVEL DE SOJA - Especificação: óleo comestível de soja, embalagem Pet com 900 ml. - FRASCO - Valor Referência: 10,43

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
D. OLIVEIRA	FRASCO	3.000 Frasco	5,00	15.000,00	Homologado em 05/10/2023 14:09:22 Por: Francisca Bandeira Câmara

Francisca Bandeira Câmara

Autoridade Competente

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 19/02/2024 às 16:33:19.
Código verificador: 7FF59F

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 044
RUB.

MACHADÃO ATACADISTA

EM PROMOÇÃO!



ACELGA Kg

Marca	HORTIFRUT
Referência	3346
EAN13	3346

R$ 8,90

− 1 + COMPRAR



12 outros produtos na mesma categoria:



NECTARINA Importada Kg

R$ 19,98



Frutas Cristalizadas DIZA Pote 200G

R$ 7,99



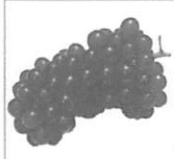
Ameixa Seca DIZA S/ Caroço Pote 200G

R$ 15,99



BANANA MAÇÃ kg

R$ 8,99



UVA Brasil Kg

R$ 21,90



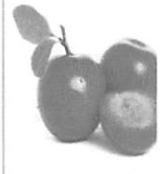
MAÇÃ Gala Graúda Kg

R$ 17,90



BANANA Maçã Kg

R$ 6,99



AMEIXA Importada Kg

R$ 25,90

©2023 Machadao Atacadista - Martins e Bruchman Ltda | Criado por Otex

Exibir Desktop

6

Mostrando nosso catálogo completo. Informe seu CEP para ver os produtos disponíveis e preços na sua região.

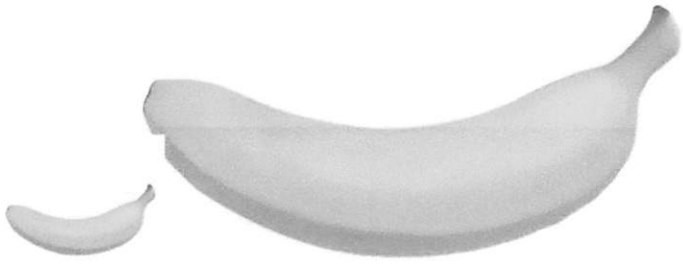
O que você procura?

Bem vindo! Acesse sua conta ou crie uma conta

Nossa Marca | Ofertas | Lançamentos | Hortifruti | Frutas | Verduras | Legumes | Orgânicos | Açougue & P

Início - Frutas - Banana - Banana Prata Unidade

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 /2024
FLS. 045
RUB.



Banana Prata Unidade
(Unidade com aprox. 200g)

R$ 2,60/Unidade

Adicionar ao Carrinho

Descrição

SKU: 100065

VEJA TAMBÉM

Olá, como podemos ajudar?



Cenoura Unidade
R$ 2,08/Unidade

Adicionar

(Unidade com aprox. 160g)



Laranja Pera Unidade
R$ 1,75/Unidade

Adicionar

(Unidade com aprox. 250g)



Limão Tahity Unidade
R$ 0,60/Unidade

Adicionar

(Unidade com aprox. 100g)



Manga Palmer Unidade
R$ 5,76/Unidade

Adicionar

(Unidade com aprox. 480g)



Água de Coco N
R$ 16,99/Unidade

Adicior

HORTIFRUTI

Somos a primeira e única Hortifruti.
Criamos um jeito diferente de oferecer o frescor das feiras com a praticidade dos grandes mercados. Levando até sua mesa o que a natureza tem de melhor.

Item 04

Clique aqui para inserir seu CEP

giassi Online

Pesquise por produtos ou marca...

CATEGORIAS ENCARTE LOJAS FÍSICAS SITE INSTITUCIONAL

> Hortifrúti > Legumes



Chuchu Kg

Marca: Giassi

R$ 6,58/kg

Quantidade:

ADICION

CONFIGURAÇÃO DE COOKIES

DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Chuchu Kg

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 15010001/2021
FLS. 046
RUB.

Item 10

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 047
RUB.



Feijao Verde Kg

R$ 27,99 /uni

Informações sobre o produto ou embalagem apresentada pode não ser atual ou completo. Sempre consulte o produto físico para as informações mais precisas e avisos. Para obter informações adicionais, entre em contato com o revendedor ou fabricante.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MAPA DE RISCOS

ÓRGÃO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE – MA.
UASG:	980258
SERVIÇO:	Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrúti), de forma parcelada, de interesse da administração municipal de Trizidela do Vale – MA.
PROCESSO:	1501001/2024

FASE DE ANÁLISE

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

Risco 01

Descrição:	Impugnação do Edital.

Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta

Dano
Atraso no procedimento licitatório.

Ação Preventiva	Responsável
Análise pormenorizada dos itens exigidos no Edital, de forma a não extrapolar as regulamentações previstas em Lei. Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer. Observar atentamente as regulamentações na condução do processo licitatório.	Equipe de Planejamento + agente de contratação

Ação de Contingência	Responsável
Toma as providências necessárias ao saneamento do processo no menor prazo possível, de modo a permitir a realização da licitação.	Equipe de Planejamento

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Risco 02

Descrição:	Fracionamento nas contratações.

Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	(X) Baixo	( ) Médio	( ) Alto

Dano
Utilização de dispensa de forma indevida (NLL, art. 75, I e II). Responsabilização dos servidores envolvidos na contratação, incluindo a autoridade do órgão.

Ação Preventiva	**Responsável**
Verificar o total de gastos previstos para o ano, na mesma UG, para objetos semelhantes. Nas dispensas em função do valor, preferencialmente inserir no mesmo processo de contratação itens de "Classe de Materiais", para os quais haja Expectativa razoável de contratação junto a uma mesma empresa atuante no mercado.	Equipe ou servidor responsável pelo processo de dispensa em função do valor

Ação de Contingência	**Responsável**
Caso o fracionamento seja observado antes da contratação, suspender o processo de dispensa, adotando a modalidade licitatória cabível.	Equipe ou servidor responsável pelo processo de dispensa em função do valor
Caso o fracionamento seja observado após a contratação, decidir motivadamente, à luz da LINDB, entre continuar com a contratação ou suspendê-la imediatamente. Comunicar a equipe de planejamento da contratação a respeito.	Gestor e fiscal do contrato

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Risco 03

Descrição:	Parcelamento ou agrupamento indevido de itens de natureza divisível nas licitações.

Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	(X) Médio	( ) Alto

Dano
Restrição indevida à competitividade em processos licitatórios, no caso de agrupamento indevido. Sobrecarga de trabalho à equipe/agente de contratação, no caso de parcelamento excessivo e imotivado. Nulidade e retrabalho, além de responsabilização dos gestores.

Ação Preventiva	**Responsável**
Verificar e justificar a opção pelo parcelamento ou agrupamento de itens em processos licitatórios, se for o caso, observando os aspectos a seguir: 1) se é técnica e economicamente viável dividir ou não a solução; 2) se há o melhor aproveitamento do mercado, inclusive quanto ao ganho de escala, e ampliação da competição ao dividir ou não a solução.	Setor requisitante, + Comissão/agente de contratação

Ação de Contingência	**Responsável**
Caso verificado o agrupamento de itens sem justificativa antes da licitação, suspender o andamento do processo e elaborar a justificativa pertinente, se for o caso. Caso verificado o agrupamento de itens sem justificativa após a licitação, verificar os impactos sobre competitividade da licitação, inclusive quanto ao número de licitantes, adotando as medidas que considerar pertinentes.	Setor requisitante, + Comissão/agente de contratação.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Risco 04

Descrição:	Contratação a preços muito discrepantes (inferiores ou superiores) aos praticados no mercado.

Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(X) Alto

Dano
Conforme o caso: licitação deserta, problemas na execução contratual; ou dano ao erário decorrente da execução de contratos com sobrepreço.

Ação Preventiva	**Responsável**
Realizar pesquisa preliminar de preços observando os parâmetros do art. 23 da NLL, das INs SEGES 65/2021 e 91/2022, conforme o caso, inclusive quanto à desconsideração de preços que não reflitam valores efetivamente praticados em contratos do setor público.	Setor requisitante, ou setor especializado na pesquisa preliminar de preços

Ação de Contingência	**Responsável**
Suspender a execução contratual caso o sobrepreço seja observado. Apurar o sobrepreço e reaver o dano ao erário.	Gestor e fiscal do contrato + Gestor do órgão

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Risco 05

Descrição:	Descrição do objeto, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, que não atende à demanda da Administração.

Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(X) Alto

Dano
Dano ao erário decorrente da aquisição de itens inservíveis ou em quantitativos superestimados. Retrabalho na realização de novos procedimentos de contratação.

Ação Preventiva	**Responsável**
Verificar o que outros órgãos têm adquirido para demandas e soluções (produtos similares). Quando possível, padronizar as especificações de bens e serviços que são mais frequentes.	Comissão/agente de contratação
Revisar a descrição do objeto, bem como os quantitativos previstos, antes da licitação, ou, no caso de dispensa, antes da contratação/emissão da Nota de Empenho. Após a fase de lances, verificar quantitativo e descrição do objeto inserida pela empresa provisoriamente em primeiro lugar.	Comissão/agente de contratação

Ação de Contingência	**Responsável**
Caso identificada a incompatibilidade entre a descrição do objeto e a necessidade da Administração, abter-se de realizar a contratação. Caso esta já tenha ocorrido, suspender a execução do contrato.	Gestor do órgão Gestor e fiscal do contrato

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Risco 06

Descrição:	Exigência indevida de marca.

Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(X) Alto

Dano
Restrição indevida à competitividade em processos licitatórios. Possível nulidade e retrabalho, além de responsabilização dos gestores.

Ação Preventiva	**Responsável**
Sempre justificar previamente a indicação de marca nas licitações, quando for o caso.	Setor requisitante

Ação de Contingência	**Responsável**
Caso identificada, antes da licitação, a indicação de marca sem justificativa, suspender o andamento do processo e elaborar a justificativa pertinente, ou retirar a exigência da marca. Caso identificada, depois da licitação, a indicação de marca sem justificativa, avaliar o impacto na competitividade do certame, inclusive quanto número de licitantes.	Setor requisitante

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Risco 07

Descrição:	Edital com cláusulas restritivas à competitividade.

Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(X) Alto

Dano
Baixa competitividade, culminando em licitação deserta e/ou problemas junto a órgãos de controle.

Ação Preventiva	**Responsável**
Seguir os modelos de editais da AGU.	Servidor ou equipe responsável pela elaboração do instrumento convocatório

Ação de Contingência	**Responsável**
Caso verificada a ocorrência de cláusulas restritivas antes do certame, suspender a licitação, corrigir o Edital, republicar o aviso e reabrir o prazo (interregno da modalidade). Caso verificada a ocorrência de cláusulas restritivas após o certame, verificar os impactos das cláusulas sobre a competitividade da licitação, inclusive quanto ao desconto obtido e ao número de licitantes. Caso tenha havido impacto sobre a competitividade, avaliar a possibilidade de anular o certame à luz da LINDB.	Servidor ou equipe responsável pela elaboração do instrumento convocatório + Comissão/agente de contratação + Gestor do órgão

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Risco 08

Descrição:	Divergências textuais entre Edital, TR, minuta de Ata e minuta de Contrato.

Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta

Dano
Pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao Edital; problemas na execução contratual.

Ação Preventiva	**Responsável**
Revisar TR e Edital antes da publicação do aviso, verificando a coerência entre os artefatos.	Servidor ou equipe responsável pela elaboração do instrumento convocatório + Comissão/agente de contratação

Ação de Contingência	**Responsável**
Caso verificada a divergência antes do certame, suspender a licitação, corrigir o Edital, republicar o aviso e reabrir o prazo (interregno da modalidade). Caso verificada a divergência após o certame e antes da assinatura do contrato, cogitar possíveis impactos sobre a competitividade da licitação e quanto à futura execução contratual. Caso verificada a divergência após a assinatura do contrato, proceder imediatamente à celebração de Termo Aditivo visando à unificação das cláusulas.	Servidor ou equipe responsável pela elaboração do instrumento convocatório + Comissão/agente de contratação + Gestor do órgão

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Risco 09

Descrição:	Contratação de empresa inapta, que não atua no ramo pertinente, ou impedida de contratar com a Administração.

Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(X) Alto

Dano
Problemas na execução do contrato. Responsabilização dos servidores envolvidos no processo de contratação, incluindo a autoridade do órgão.

Ação Preventiva	**Responsável**
Exigir no Edital/TR documentos compatíveis com a complexidade do objeto, a partir das minutas da AGU.	Setor requisitante + Servidor ou equipe responsável pela elaboração do instrumento convocatório
Verificar se a empresa possui CNAE pertinente ao objeto a ser contratado, além de eventuais registros de penalidades ou ocorrências impeditivas de licitar ou contratar. Verificar se a empresa possui experiência anterior compatível com a demanda.	Comissão/agente de contratação

Ação de Contingência	**Responsável**
Caso verificado ser o Edital muito permissivo, revisá-lo de modo a incluir as exigências devidas.	Setor requisitante + Servidor ou equipe responsável pela elaboração do instrumento convocatório
Caso verificada sanção que impeça a empresa de contratar com o órgão, alijá-la do certame, ou abster-se de celebrar ou prorrogar o contrato. Caso haja pendência documental no SICAF, solicitar diretamente à empresa a documentação que considerar pertinente, sendo devida em todos os casos a verificação de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal e Trabalhista.	Servidor ou equipe responsável pela condução do processo de escolha do fornecedor + Gestor do órgão

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Risco 10

Descrição:	Habilitação de empresa com documentação técnica e econômico-financeira forjada ou inidônea.

Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(X) Alto

Dano
Contratação irregular; não atendimento às condições de habilitação exigidas em lei; descumprimento contratual.

Ação Preventiva	**Responsável**
Avaliar a necessidade de realizar diligências para confirmar a veracidade dos documentos apresentados. Em se tratando de exigência de garantia, caso o licitante apresente seguro-garantia ou fiança bancária, consultar site da Susep ou do Banco Central, conforme o caso.	Comissão/agente de contratação

Ação de Contingência	**Responsável**
Desclassificar/inabilitar a empresa do certame. Caso o certame já tenha sido homologado, avaliar, à luz da LINDB, a pertinência de anular a licitação, inclusive se já iniciada a execução contratual. Abrir procedimento de apenação. Comunicar órgãos de controle.	Comissão/agente de contratação + Gestor e fiscal do contrato + Gestor do órgão

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Risco 11

Descrição:	Conluio entre licitantes.

Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(X) Alto

Dano
Prejuízo à competitividade. Tipificação como crime. Nulidade do certame.

Ação Preventiva	**Responsável**
Adotar rotinas de verificação de elementos que comprometem o caráter competitivo, tais como vínculos de parentesco, semelhanças incomuns nas propostas de preços, incoerências e inconsistências, apresentação de documentos falsos etc., anexando aos autos do processo licitatório os procedimentos aplicados.	Servidor ou equipe responsável pela elaboração do instrumento convocatório + Comissão/agente de contratação

Ação de Contingência	**Responsável**
Desclassificar/inabilitar a empresa do certame. Caso o certame já tenha sido homologado, avaliar, à luz da LINDB, a pertinência de anular a licitação, inclusive se já iniciada a execução contratual. Abrir procedimento de apenação. Comunicar órgãos de controle.	Comissão/agente de contratação + Gestor e fiscal do contrato + Gestor do órgão

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Risco 12

Descrição:	Negativa de assinatura de Contrato decorrente de atraso na condução do procedimento.

Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(X) Alto

Dano
Retrabalho. Contratação a preços menos vantajosos.

Ação Preventiva	**Responsável**
Realizar SRP sempre que possível. Identificar os objetos que mais demandam tempo na condução do Pregão (DEMO, ou aquisição com vários itens, p. ex), e, nestes casos, inserir no Edital previsão de validade da proposta de > 60d.	Servidor ou equipe responsável pela elaboração do instrumento convocatório
Agilizar a condução das etapas de lances, aceitação/negociação/habilitação, análise de recursos, adjudicação e homologação.	Comissão/agente de contratação
Acompanhar o prazo de validade das propostas, dando celeridade na convocação da licitante vencedora, visando à assinatura do contrato.	Comissão/agente de contratação + Fiscal do contrato

Ação de Contingência	**Responsável**
Caso o prazo esteja próximo ao final, sem previsão de convocação a tempo, consultar formalmente a empresa a propósito de seu interesse em prorrogar a validade da sua proposta.	Fiscal do contrato

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Risco 13

Descrição:	Risco de licitação deserta ou fracassada para item estratégico.		
Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(X) Alto

Dano
Retrabalho. Desabastecimento. Comprometimento da política pública.

Ação Preventiva	**Responsável**
Revisar o processo a cada etapa e antes de divulgar a licitação, dando especial atenção às cláusulas editalícias, aos quantitativos previstos, à descrição do objeto e ao valor estimado. Prever o mesmo item em licitações sucessivas. Assim, caso o item reste deserto ou fracassado na primeira licitação, o órgão teria uma segunda oportunidade para contratação em prazo curto. Antes de divulgar a licitação, buscar por Atas de Registro de Preços que contenham o objeto almejado em quantitativo suficiente para atender o órgão. Usá-la(s) caso necessário.	Setor requisitante + Servidor ou equipe responsável pela elaboração do instrumento convocatório + Comissão/agente de contratação

Ação de Contingência	**Responsável**
Realizar contratação emergencial.	Equipe ou servidor responsável pelo processo de dispensa

Trizidela do Vale – MA, 16 de janeiro de 2024.

RESPONSÁVEIS	
ASSINATURA:	
ASSINATURA:	

Assinado eletronicamente por: Deibson Pereira Freitas - CPF: ***.297.203-** em 29/11/2021 18:15:18 - IP com n°: 192.168.3.12

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 061
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
Av. Deputado Carlos Melo, 1670 - Aeroporto - CEP: 65727-000 - TRIZIDELA DO VALE\MA
CNPJ: 01.558.070/0001-22 - Tel: - Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

DIÁRIO OFICIAL

Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

Assinado eletronicamente por: Deibson Pereira Freitas
CPF: ***.297.203-** em 29/11/2021 18:15:18 - IP com n°: 192.168.3.12
www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial/?id=1699

Assinado eletronicamente por: Deibson Pereira Freitas - CPF: ***.297.203-** em 29/11/2021 18:15:18 - IP com n°: 192.168.3.12

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150101/2024
FLS. 062
RUB.

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

O QUE É O DIÁRIO OFICIAL?

É UM VEÍCULO OFICIAL DE DIVULGAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CUJO OBJETIVO É ATENDER AO PRINCIPIO DA PUBLICIDADE QUE TEM COMO FINALIDADE MOSTRAR QUE O PODER PÚBLICO DEVE AGIR COM A MAIOR TRANSPARÊNCIA POSSÍVEL, PARA QUE A POPULAÇÃO TENHA O CONHECIMENTO DE TODAS AS SUAS ATUAÇÕES E DECISÕES.

SUMÁRIO

REGULAMENTA A LEI Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NO MUNICÍPIO DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO.: 63/2021
DECRETO Nº 63

DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS: 445/2021
LEI N° 445

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO PÚBLICO DE TRIZIDELA DO VALE-MA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS: 446/2021
LEI N° 446

Assinado eletronicamente por: Deibson Pereira Freitas
CPF: ***.297.203-** em 29/11/2021 18:15:18 - IP com n°: 192.168.3.12
www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial/?id=1699

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 12001/2021
FLS. 063
RUB.

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - REGULAMENTA A LEI Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NO MUNICÍPIO DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO.: 63/2021

Decreto nº 63/2021 - GP, de 29 de novembro de 2021.

Regulamenta a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe sobreLicitações e Contratos Administrativos, no Município de Trizidela do Vale, Estado do Maranhão.

O PREFEITO DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Este Decreto regulamenta a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública Municipal de Trizidela do Vale-MA.

§ 1º - O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos da administração direta do Poder Executivo Municipal de Trizidela do Vale-MA, autarquias, fundações, fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal.

§ 2º - Não são abrangidas por este Decreto as licitações das empresas estatais municipais e suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

Art 2º - Na aplicação deste Decreto, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

CAPÍTULO II
DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art 3º - Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbea condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - conduzir a sessão pública;
II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;
V - verificar e julgar as condições de habilitação;
VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
VIII - indicar o vencedor do certame;
IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 064
RUB.

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

§ 1º - A Comissão de Contratação conduzirá o diálogo competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

§ 2º - Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133/2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

'§ 3º - O agente de contratação, será pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores ou empregados públicos dos quadros da Administração Pública de Trizidela do Vale-MA.

§ 4º - O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão, sempre que considerarem necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.

§ 5º - O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão com auxílio permanente de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores ou ocupantes de cargos em comissão da Administração Pública de Trizidela do Vale-MA

§ 6º - Em licitação na modalidade Pregão, o Agente responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

Art. 4º - Na designação de agente para atuar como Fiscal ou Gestor de Contratos de quetrata a Lei nº 14.133/2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e

III - previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

CAPÍTULO III
DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 5º - A Administração Pública de Trizidela do Vale-MA poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Parágrafo único: O plano de contratações anual de que trata o **caput** deste artigo deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pela Administração Pública Municipal na realização de licitações e na execução dos contratos.

CAPÍTULO IV
DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 6º - O Estudo Técnico Preliminar é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Art. 7º - O estudo técnico preliminar a que se refere o artigo 7º deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 065
RUB.

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 1º - O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 2º - Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

CAPÍTULO V
DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS

Art. 8º - A Administração Pública Municipal elaborará catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos.

§ 1º - Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o **caput**, será adotado, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133/2021, os Catálogos CATMAT e CATSER, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais-SIASG, do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.

§ 2º - A não utilização do catálogo eletrônico de padronização de que trata o caput deverá ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório.

Art. 9º - Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Município deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

Parágrafo Único: Na especificação de itens de consumo, a Administração buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

CAPÍTULO VI
DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 10° - No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, são auto aplicáveis, no que couber.

Art. 11° - Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º - A partir dos preços obtidos dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Administração, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo ainda ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 130.001/2024
FLS. 066
RUB.

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

§ 2º - Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 3º - A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.

§ 4º - Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.

CAPÍTULO VII
DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 12° - Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, noprazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, podendo ser prorrogável desde que justificada a imperiosa necessidade de prorrogação.

Parágrafo único: Decorrido o prazo de 6 (seis) meses indicado no **caput** sem o início da implantação de programa de integridade, o contrato será rescindido pela Administração, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas em função de inadimplemento de obrigação contratual, observado o contraditório e ampla defesa.

CAPÍTULO VIII
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 13° - Nas licitações para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o edital poderá, a critério da autoridade que o expedir, exigir que até 5% da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, ou oriundos ou egressos do sistema prisional, permitida a exigência cumulativa no mesmo instrumento convocatório.

CAPÍTULO IX
DO LEILÃO

Art. 14° - Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

I - realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nosseus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação.

II - designação de um Agente Público Municipal para atuar como leiloeiro, o qual terá a obrigação de conduzir as negociações em sessão pública, decidindo com fundamento nas normas legais e no edital de convocação sobre os entreveros resultantes das negociações.

III- elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros.

IV - realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.

§ 1º - O leilão não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

§ 2º- A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegurea integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.

CAPÍTULO X
DO JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

Art. 15 - Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica.

Parágrafo único: Em âmbito municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a formade cálculo da pontuação técnica.

CAPÍTULO XI
DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Art. 16° - O desempate entre propostas comerciais, obedecerá aos critérios definidos no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021. Todavia, para efeito do critério definido no inciso III do citado art. 60, a equidade entre homens e mulheres se

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 067
RUB.

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

dá na proporção de 1 (um) para 0,5 (meio) em favor destas, sucessivamente.

Art. 17° - Quando o empate se der com base na Lei Complementar Federal n.º 123/2006, o desempate se dá mediante simples comunicação ao Agente de Contratação de que pretende ficar com a obra e/ou serviço, com a apresentação de nova proposta de valor inferior.

CAPÍTULO XII
DA HABILITAÇÃO

Art. 18° - Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Parágrafo único: Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizadoprevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Art. 19° - A habilitação de qualquer adjudicatária em procedimentos licitatórios na Administração Pública Municipal, de acordo com o art. 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021, se dará nas seguintes modalidades:

I - jurídica;
II - técnica;
III - fiscal, social e trabalhista;
IV - econômico-financeira.

§ 1º - A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

§ 2º - A comprovação de qualificação técnica será autoaplicável ao art. 67, incisos I, II, III, IV, V e VI, §§§§§§§§§§ 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, I e II, 11.º e 12.º da Lei Federal n.º 14.133/2021;

§ 3º - Na documentação de que trata o inciso I do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

§ 4º - A comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista se dá mediante a apresentação de:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

§ 6º - A habilitação econômico-financeira será exigida na forma dos arts. 69, seus incisos e parágrafos da Lei Federal n.º 14.133/2021

CAPÍTULO XIII
DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 20° - Em âmbito municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de obras e serviços de engenharia.

Parágrafo Único: O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

Art. 21° - As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 068
RUB.

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

modalidades de Pregão ou Concorrência.

Art. 22° - Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação poderá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de intenção de registro de preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

§ 1º - O procedimento previsto no **caput** deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

§ 2º - O procedimento previsto no **caput** poderá ser dispensado mediante justificativa.

§ 3º - Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.

§ 4º - Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

Art. 23° - A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Art. 24° - A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Art. 25° - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único: O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do **caput** será formalizado por despacho fundamentado.

Art. 26° - O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO XIV

DO CREDENCIAMENTO

Art. 27° - O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

§ 1º - O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

§ 2º - A administração fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§ 3º - A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§ 4º - Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 5º - O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 069
RUB.

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

CAPÍTULO XV
DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 28° - Poder-se-á, em âmbito municipal, adotar o Procedimento de Manifestação de Interesse observando-se, como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 8.428 <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%208.428-2015?OpenDocument>de 02 de abril de 2015.

CAPÍTULO XVI
DO REGISTRO CADASTRAL

Art. 29° - Enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previsto no art. 87 da Lei n.º 14.133/2021, o sistema de registro cadastral de fornecedores do Município será regido, no que couber, pelo disposto na Instrução Normativa nº 3 de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

§ 1º - A Administração poderá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos em regulamento, bem como a ampla publicidade dos procedimentos para o cadastramento.

§ 2º - Na hipótese a que se refere o § 1º deste artigo, será admitido fornecedor que realize seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

CAPÍTULO XVII
DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

Art. 30° - Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

§ 1º - Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei nº 14.063/2020.

§2º - Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CAPÍTULO XVIII
DA SUBCONTRATAÇÃO

Art. 31° - A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou instrumentoequivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§ 1º - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civilcom dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe funçãona licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

§ 2º - É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional,foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pelalicitante ou contratada, com características semelhantes.

§ 3º - No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

CAPÍTULO XIX
DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Art. 32° - O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 070
RUB.

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.
II - em se tratando de compras:
a) provisoriamente, em até 05 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 10 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

CAPÍTULO XX

DAS SANÇÕES

Art. 33° - Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 daLei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação.

CAPÍTULO XXI
DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

Art. 34° - A Controladoria do Município regulamentará, por ato próprio, o disposto no art. 169 da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à responsabilidade da alta administração para implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos dos procedimentos de contratação, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

CAPÍTULO XXII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35° - Em âmbito municipal, enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a que se refere o art. 174 da Lei nº 14.133/2021, a divulgação dos atos será promovida da seguinte forma:
I - publicação em diário oficial das informações que a Lei nº 14.133/2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;
II - disponibilização da versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Art. 36° - A Secretaria Municipal de Administração poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de artefatos necessários à contratação.

Art. 37° - Nas referências à utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo municipal, considerar-se-á a redação em vigor na data de publicação deste Decreto.

Art. 38° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas

Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE/MA

EXECUTIVO
DATA: 10/08/2022
Volume: 9 - Número: 1342 de 10 de Agosto de 2022

ISSN 2764-7269

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 071
RUB.

DIÁRIO OFICIAL

APRESENTAÇÃO
É um veículo oficial de divulgação do Poder Executivo Municipal, cujo objetivo é atender ao principio da Publicidade que tem como finalidade mostrar que o Poder Público deve agir com a maior transparência possível, para que a população tenha o conhecimento de todas as suas atuações e decisões.

ACERVO
Todas as edições do Diário Oficial encontram-se disponíveis na forma eletrônica no domínio https://trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php, podendo ser consultadas e baixadas de forma gratuita por qualquer interessado, independente de cadastro prévio.

PERIDIOCIDADE
Todas as edições são geradas diariamente, com exceção aos sábados, domingos e feriados.

CONTATOS
Tel: 99 98276265
E-mail: oficialdiario2021@gmail.com

ENDEREÇO COMPLETO
Avenida Deputado Carlos Melo N°1670 - Aeroporto

RESPONSÁVEL
Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale

Assinado eletronicamente por:
Cristiane Cruz de Freitas
CPF: ***.801.323-**
em 10/08/2022 18:15:14
IP com n°: 192.168.3.41
www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1950

ISSN 2764-7269

SUMÁRIO

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150601/2024
FLS. 072
RUB.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

- PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DE POSSE : 032/2022 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
- PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DE POSSE : 030/2022 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
- PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DE POSSE : 034/2022 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
- PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DE POSSE : 031/2022 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

DECRETO

- REGULAMENTA O DISPOSTO NO ART. 20 DA LEI Nº. 14.133 DE 1º, DE ABRIL DE 2021, PARA ESTABELECER O ENQUADRAMENTO DOS BENS DE CONSUMO ADQUIRIDOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS DAS ESTRUTURAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO: 40/2022 - DECRETO Nº 40
- DISPÕE SOBRE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE IMÓVEL PARA FINS DE INSTALAÇÃO DE DEPÓSITO CENTRAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS E LIXOS NÃO ORGÂNICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. : 041/2022 - DECRETO Nº 041

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 10/08/2022 18:15:14 - IP com nº: 192.168.3.41
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1950

público que o(a) Sr.(a) MARIA DAS DORES DE SOUZA, brasileira, divorciada, RG n. 013114632000 -5 SSPMA, CPF n. 146.841.443-72, requereu, com base na Lei n. 13.465/2017 (Regularização Fundiária), o reconhecimento de Legitimação de Posse do imóvel localizado a **TRAVESSA SANTO ANTONIO DOS OLIVEIRAS N° 1410, BAIRRO SANTO ANTONIO DOS OLIVEIRAS, Trizidela do Vale-MA**. Assim, em razão de tal pedido, devendo ser sua posse mansa, pacífica e sem oposição, NOTIFICAMOS a quem tiver interesse para de forma expressa e fundamentada IMPUGNAR a referida posse nos autos do processo em epígrafe **no prazo legal de 30 (quinze) dias**, contados a partir da data de publicação deste edital junto ao setor jurídico da Prefeitura de Trizidela do Vale-MA, localizada a Avenida Deputado Carlos Melo, n. 1.670, Aeroporto, Trizidela do Vale -MA. Ressalta-se que a ausência de impugnação implicará no reconhecimento da Legitimação de Posse em alusão.

Trizidela do Vale-MA, 10 de Julho de 2022
Secretário Municipal de Administração
Enoque de Sá Barreto Filho

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 073
RUB.

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - REGULAMENTA O DISPOSTO NO ART. 20 DA LEI Nº. 14.133 DE 1º, DE ABRIL DE 2021, PARA ESTABELECER O ENQUADRAMENTO DOS BENS DE CONSUMO ADQUIRIDOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS DAS ESTRUTURAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO: 40/2022

DECRETO Nº 40/2022 – GP de 09 de Agosto de 2022.
Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº. 14.133 de 1º, de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública municipal de Trizidela do Vale/MA, nas categorias de qualidade comum e de luxo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e **CONSIDERANDO** o art. 20 da Lei nº. 14.133 de 1º, de abril de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº. 14.133 de 1º, de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública municipal nas categorias de qualidade comum e de luxo.

Parágrafo único. Este Decreto aplica-se às contratações realizadas por esta municipalidade com a utilização de recursos da União oriundos de transferências voluntárias e recursos próprios.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera -se:

I - bem de luxo - bem de consumo com alta elasticidade -renda da demanda, identificável por meio de características tais como:
a) ostentação;
b) opulência;
c) forte apelo estético; ou
d) requinte;

II - bem de qualidade comum - bem de consumo com baixa ou moderada elasticidade -renda da demanda;

III - bem de consumo - todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:
a) durabilidade - em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de dois anos;
b) fragilidade - facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;
c) perecibilidade - sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;
d) incorporabilidade - destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou
e) transformabilidade - adquirido para fins de utilização como matéria -prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem; e

IV - elasticidade-renda da demanda - razão entre a variação percentual da quantidade demandada e a variação percentual da renda média.

Art. 3º O ente público considerará no enquadramento do bem como de luxo, conforme conceituado no inciso I do caput do art. 2º:

I - relatividade econômica - variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem; e
II - relatividade temporal - mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:
a) evolução tecnológica;
b) tendências sociais;
c) alterações de disponibilidade no mercado; e
d) modificações no processo de suprimento logístico.

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 10/08/2022 18:15:14 - IP com n°: 192.168.3.41
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1950

Art. 4º Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I do **caput** do art. 2º:

I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou
II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade.

Art. 5º É vedada a aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, nos termos do disposto neste Decreto.

Art. 6º As unidades de contratação dos órgãos e das entidades, em conjunto com as unidades técnicas, identificarão os bens de consumo de luxo constantes dos documentos de formalização de demandas antes da elaboração do plano de contratações anual de que trata o inciso VII e caput do art. 12 da Lei nº. 14.133/2021.

Parágrafo único. Na hipótese de identificação de demandas por bens de consumo de luxo, nos termos do disposto no caput, os documentos de formalização de demandas retornarão aos setores requisitantes para supressão ou substituição dos bens demandados.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 074
RUB.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 09 DE AGOSTO DE 2022.

DEIBSON PEREIRA FREITAS
Prefeito de Trizidela do Vale/MA

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - DISPÕE SOBRE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE IMÓVEL PARA FINS DE INSTALAÇÃO DE DEPÓSITO CENTRAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS E LIXOS NÃO ORGÂNICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. : 041/2022

DECRETO Nº 041/2022 – GP DE 10 DE AGOSTO DE 2022.
DISPÕE SOBRE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE IMÓVEL PARA FINS DE INSTALAÇÃO DE DEPÓSITO CENTRAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS E LIXOS NÃO ORGÂNICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e as disposições do Decreto Lei n°. 3.365 de 21 de junho de 1941 e demais legislação pertinente a matéria, bem como o Requerimento e Justificativa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, protocolo geral n°. 5.979 de 09.08.2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de instalação de depósito central de resíduos sólidos recicláveis e lixos não orgânicos que serão coletados através dos pontos de descartes (ECOPONTOS) que serão distribuídos na cidade de Trizidela do Vale/MA, o seguinte imóvel:

UMA GLEBA DE TERRA, Localizado no Bairro Transwall, de Trizidela do Vale, medindo 2,00,00ha (dois hectares) num perímetro de 923,45M conforme mapa e memorial descritivo assinado pelo técnico em agropecuária Antônio Jose de Castro Magalhaes, CFTA nº 9761816036-8 e Termo de Responsabilidade Técnica TRT nº BR20220600078, com os seguintes limites e confrontações: Inicia-se a discrição deste perímetro no vértice V-01, de coordenadas N 9.493.381,65m e E 540.331.42m: Cerca; deste segue confrontando com Gonçalo Ribeiro Martins, com os seguintes azimutes e distancia: 173'32'45" e 149,95m até o vértice V-02, de coordenadas N 9.493.232,70m e E 540.348,66m; Cerca: deste segue confrontando com terras Municipais, com os seguintes azimutes e distancias:300° 47132" e 28,53m até o vértice V -03, de coordenadas 9.493.247, 30m e E 540.324,16m; 279'19'26" m até o vértice V-04, de coordenadas N 9.493.303,52m e E 539.981.76m: Estrada municipal: deste, segue confrontando com estrada municipal, com os seguintes azimutes e distancias:330042'30" e 29,99m até o vértice V -05, de coordenadas N9.493.329.67m e E539.967,09m; cerca; deste, confrontado com Gonçalo Ribeiro Martins, com os seguintes azimutes e distancias: 81°52'47" e 368,01m vértice V-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representados no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 45°00; fuso – 23, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distancias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM, PROPRIETÁRIO: GONÇALO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, casado pelo regime de Comunhão Parcial de Bens, com MARIA DOS SANTOS MARTINS, em 26/09/1966, (26 de setembro de 1966), aposentado, nascido em 10/10/1945, portador da cédula de identidade RG nº 89420598 -6SSP/MA, e inscrito no CPF/MF sob nº 032.424.433-98, residente e domiciliado a Rua Santo Antônio nº 38, Centro, Trizidela do Vale/MA, registrado matrícula sob n°. 2.953, folhas 153, do Livro 2N, Registro anterior: 2939, folhas 139 do Livro 2N. dou fé.14/06/2022

Parágrafo Único: Instaura-se o processo de desapropriação a tramitar conjuntamente às Secretarias do Meio Ambiente, Planejamento e de Finanças, com assessoria da Procuradoria Geral e demais órgãos a garantir a legalidade do processo.

Art. 2° Ficam fazendo parte integrante deste Decreto, a planta de localização e respectivo memorial descritivo.

Art. 3º Fica autorizado o Sr. JOSE CARLITO DE CASTRO (CPF n°. 057.956.053 -87), Engenheiro Civil do quadro desta administração pública, para providenciar Laudo de Viabilidade Técnica e de Avaliação do imóvel a ser desapropriado.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 10 DE AGOSTO DE 2022.

DEIBSON PEREIRA FREITAS
Prefeito de Trizidela do Vale/MA

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 10/08/2022 18:15:14 - IP com n°: 192.168.3.41
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1950

DIÁRIO OFICIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE/MA
EXECUTIVO
DATA: 18/01/2023
ISSN 2764-7269
Volume: 10 - Número: 1473 de 18 de Janeiro de 2023

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 15010001/2024
FLS. 075
RUB.

DIÁRIO OFICIAL

APRESENTAÇÃO
É um veículo oficial de divulgação do Poder Executivo Municipal, cujo objetivo é atender ao principio da Publicidade que tem como finalidade mostrar que o Poder Público deve agir com a maior transparência possível, para que a população tenha o conhecimento de todas as suas atuações e decisões.

ACERVO
Todas as edições do Diário Oficial encontram-se disponíveis na forma eletrônica no domínio https://trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php, podendo ser consultadas e baixadas de forma gratuita por qualquer interessado, independente de cadastro prévio.

PERIDIOCIDADE
Todas as edições são geradas diariamente, com exceção aos sábados, domingos e feriados.

CONTATOS
Tel: 99 98276265
E-mail: oficialdiario2021@gmail.com

ENDEREÇO COMPLETO
Avenida Deputado Carlos Melo N°1670 - Aeroporto

RESPONSÁVEL
Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale

Assinado eletronicamente por:
Cristiane Cruz de Freitas
CPF: ***.801.323-**
em 18/01/2023 18:10:33
IP com n°: 192.168.1.118
www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087

ISSN 2764-7269

SUMÁRIO

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150/001 /2024
FLS. 076
RUB.

DECRETO

- FICA APROVADA A INSTRUÇÃO NORMATIVA : 02/2023- DECRETO Nº 02
- DESIGNAÇÃO, A COMPETÊNCIA : 03/2023 - DECRETO Nº 03
- GESTÃO E A FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS CELEBRADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E PELAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL : 04/2023 - DECRETO Nº 04
- REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL: 06/2023 - DECRETO Nº 06
- ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR : 05/2023 - DECRETO Nº 05

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 18/01/2023 18:10:33 - IP com n°: 192.168.1.118
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087

devidamente fundamentada, observadas as determinações que seguem:

I - O veículo oficial deverá sair do Município de Trizidela do Vale com o tanque cheio, abastecido em posto contratado pelo Município, devendo a nota fiscal indicar, além da quantidade de combustível, a placa e a quilometragem do veículo;

II - Na prestação de contas, além da nota fiscal do abastecimento ocorrido, deverá ser juntada fotocópia da nota fiscal comprovando o abastecimento inicial conforme inciso I, bem como a rota percorrida pelo veículo abastecido.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 16 DE JANEIRO DE 2023.
Deibson Pereira Freitas

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR : 05/2023

DECRETO Nº 05/2023 – GP DE 16 DE JANEIRO DE 2023.

Dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP para as contratações diretas baseadas na Lei nº14.133/2021, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública do Município de Trizidela do Vale e dá outras providências.

O PREFEITO DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e CONSIDERANDO o art. 72 da Lei nº 14.133/2021:

D E C R E T A:

Art. 1º - A elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP não é obrigatório nos seguintes casos:

I - Contratação de obras, serviços, compras e aluguéis previstos nos incisos I, II, do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, independente da forma de contratação;

II – dispensas de licitação previstas nos incisos III, VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e nas contratações de remanescente a que se refere o § 7º do art. 90 da Lei nº 14.233/ 2021;

III – no caso de obras, caso o valor estimado supere o limite do inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, quando lei ou regulamento específico aplicável ao órgão dispuser de forma diversa deste Decreto;

IV – Contratações de objetos necessários ao enfrentamento do COVID-19;

V – Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos e prorrogações contratuais relativos a serviços contínuos.

Art. 2º- As contratações de obras, serviços e soluções de tecnologia da informação, que demandam análise atual da necessidade da instituição, não podem, em regra, se abster da elaboração do Estudo Técnico Preliminar.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Administração editará os atos normativos necessários para execução do disposto neste Decreto.

Art. 4º - Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 16 DE JANEIRO DE 2023.
Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 077
RUB.

Clicksign Gestão de Documentos S.A.

Certifica que existe 1 assinatura digital no documento assinado

Chave do documento:
cb35eb4e-0576-4029-b2ae-25ad6dc79435

Data: 06/02/2024 20:28:56 -03:00

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 078
RUB.

DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE/MA
EXECUTIVO
Volume: 11 - Número: 1822 de 6 de Fevereiro de 2024
DATA: 06/02/2024

APRESENTAÇÃO
É um veículo oficial de divulgação do Poder Executivo Municipal, cujo objetivo é atender ao principio da Publicidade que tem como finalidade mostrar que o Poder Público deve agir com a maior transparência possível, para que a população tenha o conhecimento de todas as suas atuações e decisões.

ACERVO
Todas as edições do Diário Oficial encontram-se disponíveis na forma eletrônica no domínio https://trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php, podendo ser consultadas e baixadas de forma gratuita por qualquer interessado, independente de cadastro prévio.

PERIDIOCIDADE
Todas as edições são geradas diariamente, com exceção aos sábados, domingos e feriados.

CONTATOS
Tel: 99981360608
E-mail: oficialdiario2021@gmail.com

ENDEREÇO COMPLETO
Avenida Deputado Carlos Melo N°1670 - Aeroporto

RESPONSÁVEL
Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale

Assinado eletronicamente por:
Cristiane Cruz de Freitas
CPF: ***.801.323-**
em 06/02/2024 20:27:41
IP com n°: 192.168.3.41
www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2448

ISSN 2764-7269

Assinado com assinatura digital e carimbo de tempo por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** - em 06/02/2024 20:27:41 - IP com n°: 192.168.3.41 - www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2448

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 079
RUB.

SUMÁRIO

DECRETO

- ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA NAS CONTRATAÇÕES PELA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 05/2024 - DECRETO Nº 05
- DISPÕE SOBRE AS AUTORIZAÇÕES E HORÁRIOS DO USO DE SONS AUTOMOTIVOS, PAREDÕES E APARELHOS SIMILARES À REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES CARNAVALESCAS NO ÂMBITO DE MUNICÍPIO TRIZIDELA DO VALE-MA: 06/2024 - DECRETO Nº 06
- REGULAMENTA O ART. 79 DA LEI 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISCIPLINA O PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA : 04/2024 - DECRETO Nº 04

PORTARIA

- INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA ATUAR EM LICITAÇÕES PÚBLICAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE TRIZIDELA DO VALE: 27/2024 - PORTARIA N° 27

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 06/02/2024 20:27:41 - IP com n°: 192.168.3.41
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2448

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA NAS CONTRATAÇÕES PELA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 05/2024

DECRETO Nº 05/2024, de 05 de fevereiro de 2024.

Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública de Trizidela do Vale-MA direta, autárquica e fundacional.

O PREFEITO DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) ;

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios previstos no 5º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de Setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) .

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150101/2024
FLS. 080
RUB.

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º - Este Decreto estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 , no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º - Para efeito deste Decreto, considera-se pessoa física todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, que participa ou manifesta a intenção de partici par de processo de contratação pública, sendo equiparado a fornecedor ou ao prestador de serviço que, em atendimento à solicitaçã o da Administração, oferece proposta.

Abertura a pessoas físicas

Art. 3º - Os editais ou os avisos de contratação direta deverão possibilitar a contratação das pessoas físicas de que trata o art. 2º, em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar.

CAPÍTULO II

DO EDITAL

Regras específicas

Art. 4º - O edital ou o aviso de contratação direta deverá conter, dentre outras cláusulas:

I - exigência de certidões ou atestados de qualificação técnica, quando couber, expedidos por pessoas jurídicas de direito públic o ou privado, que comprovem ter as pessoas físicas fornecido os materiais ou prestado os serviços compatíveis com o objeto da licitação;

II - apresentação pelo adjudicatário, dos seguintes documentos, no mínimo:

a) documentos pessoais, como CPF, Carteira de Identidade ou CNH;

b) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente , na forma da lei;

c) prova de regularidade perante a Seguridade Social e trabalhista;

d) certidão negativa de insolvência civil, que contemple o domicílio ou sede da pessoa física;

e) declaração (Anexo Único):

1. inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 06/02/2024 20:27:41 - IP com nº: 192.168.3.41
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2448

2. pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;

III - exigência de a pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da **contratação pela Câmara;**

IV - exigência do cadastramento da pessoa física no Sistema de Registro Cadastral Unificado (SICAF), quando couber.

§ 1º - Para fins de cumprimento do inciso I, serão aceitos certidões ou atestados que informem que a pessoa física forneceu materiais ou prestou serviços compatíveis com o objeto da licitação quando não era trabalhador autônomo e/ou quando possuía qualquer vínculo de subordinação.

Art. 2º - O valor de que trata o inciso III deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Prefeitu ra Municipal, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 081
RUB.

§ 3º - O sistema mencionado no inciso IV é constituído e regulamentado pelo Poder Executivo Federal.

Art. 5º - Além da apresentação da declaração indicada no item 2 da alínea "e" do inciso II do artigo anterior, a Prefeitura Municipal sempre verificará existência de sanção que impeça a participação da pessoa física no certame e/ou na futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

II - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

Parágrafo único. A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do Código Penal

Art. 6º - No que se refere aos recolhimentos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Prefeitura Municipal deverá observar, quando for o caso:

I - descontará, do valor a ser pago à pessoa física, 11%;

II - recolherá, a título de contribuição patronal, 20% sobre o valor do contrato.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a necessidade de recolhimento de outras contribuições.

Art. 7º - Os casos omissos serão dirimidos à luz da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com o auxílio das unidades de assessoramento jurídico e de controle interno.

Art. 8º - Secretaria Municipal de Administração poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Decreto.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, 05 DE FEVEREIRO DE 2024.
Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DO DECRETO N° 05/2024

DECLARAÇÃO

EU, fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG n..... e CPF n....., endereço completo, em obs ervância ao artigo 4º, II, alínea "e" do Decreto Municipal n° 05/2024, **venho DECLARAR**:

a) que não há fato impeditivo para que eu possa celebrar contrato com a Administração Pública de Trizidela do Vale -MA;

b) que tenho pleno conhecimento e aceito as regras e condições gerais do contrato n. ....., estou ciente pela necess idade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento.

Firmo a presente declaração sob responsabilidades administrativas, civis e penais.

Trizidela do Vale-MA, ... de ..... de 202....

Fulano de tal

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 06/02/2024 20:27:41 - IP com n°: 192.168.3.41
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2448

CPF .....
Declarante

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, 05 DE FEVEREIRO DE 2024.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 130100/2024
FLS. 082
RUB.

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - DISPÕE SOBRE AS AUTORIZAÇÕES E HORÁRIOS DO USO DE SONS AUTOMOTIVOS, PAREDÕES E APARELHOS SIMILARES À REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES CARNAVALESCAS NO ÂMBITO DE MUNICÍPIO TRIZIDELA DO VALE-MA: 06/2024

DECRETO Nº 06/2024, de 05 de fevereiro de 2024.

Dispõe sobre as autorizações e horários do uso de sons automotivos, paredões e aparelhos similares à realização das festivida des carnavalescas no âmbito de município Trizidela do Vale-MA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Trizidela do Vale-MA, e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 215 da Constituição Federal, que trata do incentivo dos entes federativos as manifestações culturais;
CONSIDERANDO as festividades carnavalescas como expressão relevante de nossa cultura popular.

DECRETA:
Art. 1º - Fica autorizado em todo território do Município de Trizidela do Vale-MA a realização de "MANIFESTAÇÕES CARNAVALESCAS" bem como uso de paredões e sons automotivos.
Art. 2º - Os eventos do CARNAVAL, período de 09/02 a 14/02, estão autorizados das 14:00 às 05h00 do dia seguinte.
Art. 3º - Os eventos que estenderão ao período do carnaval, o denominado "Lava Pratos", período 15/02 a 18/02, estão autorizados nas seguintes datas e horários:
I - das 12:00 hrs às 23:50 hrs, estando liberado sons automotivos e paredões em todo território do município;
II- Os bares permanecem abertos até as 3:00 hrs do dia seguinte, sem o uso de sons automotivos.
Art. 4º - O uso de paredão só será permitido nos dias e horários acima citados pelo poder público.
Parágrafo único. Em caso de descumprimento, a realização do evento será imediatamente interrompida com o apoio da força de segurança da Polícia Militar.
Art. 5º - Fica expressamente vedada como ponto de concentração e/ou circulação dos sons automotivos, paredões e aparelhos similares nas proximidades do Hospital Público Municipal Dr. João Alberto, no raio de 100 metros
Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, 05 DE FEVEREIRO DE 2024.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - REGULAMENTA O ART. 79 DA LEI 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISCIPLINA O PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA : 04/2024

DECRETO Nº 04/2024, de 05 de fevereiro de 2024.

Regulamenta o art. 79 da lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que disciplina o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços, no âmbito da Administração Pública de Trizidela do Vale-MA direta, autárquica e fundacional.

O PREFEITO DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º - Este Decreto regulamenta o art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços, no âmbito da administração pública municipal direta, autárq uica e fundacional.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto não se aplica às contratações de obras e serviços especiais de engenharia.

Definições

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 06/02/2024 20:27:41 - IP com nº: 192.168.3.41
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2448

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 083
RUB

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ATOS REFERENTE À PESQUISA DE PREÇOS

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 084
RUB

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

COTAÇÃO DE PREÇOS
FONTE: PESQUISA DE PREÇOS – COMPRAS.GOV.BR

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 085
RUB.

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
9/2024	980258	Concluída	ADRIELE PAIVA OLIVEIRA

Título: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - HORTIFRUTIS.

Observações:

Total de itens cotados: 27 **Valor total da pesquisa de preços:** R$ 409.850,7688

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463748 - Legume In Natura Tipo: Abóbora Cabotiá / Japonesa	Quilograma	300

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 3,0000	R$ 3,5980	R$ 3,5000	Coeficiente de Variação: 18,8271% Desvio Padrão: 0,6774 Maior Preço: R$ 4,8900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	75	Quilograma	R$ 3,5000	18/01/2024	Não
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 2,9900	18/01/2024	Não
3	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 2,0000	18/01/2024	Não
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 4,8900	18/01/2024	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	40	Quilograma	R$ 4,8900	18/01/2024	Não
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 4,8900	18/01/2024	Não
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	2770	Quilograma	R$ 4,2500	18/01/2024	Não
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	13	Quilograma	R$ 5,0000	18/01/2024	Não
9	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	75	Quilograma	R$ 2,2500	18/01/2024	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	500	Quilograma	R$ 2,1000	18/01/2024	Não
		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.					

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150109 / 2024
FLS. 086
RUB.

11	I	gov.br	210	Quilograma	R$ 3,1000	17/01/2024	Sim
12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	1465	Quilograma	R$ 4,3000	16/01/2024	Não
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	144	Quilograma	R$ 3,4900	12/01/2024	Não
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	170	Quilograma	R$ 2,4500	22/01/2024	Não
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	30	Quilograma	R$ 5,0000	19/01/2024	Não
16	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	500	Quilograma	R$ 1,7400	10/01/2024	Não
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	1000	Quilograma	R$ 3,2300	10/01/2024	Não
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	100	Quilograma	R$ 5,2900	10/01/2024	Não
19	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	300	Quilograma	R$ 3,0000	05/01/2024	Sim
20	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	34	Quilograma	R$ 7,0000	05/01/2024	Não
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	200	Quilograma	R$ 3,5000	04/01/2024	Sim
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	48	Quilograma	R$ 6,4895	04/01/2024	Não
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	76	Quilograma	R$ 3,7000	03/01/2024	Não
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	150	Quilograma	R$ 3,2500	03/01/2024	Não
25	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	50	Quilograma	R$ 3,5000	02/01/2024	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	15	Quilograma	R$ 8,1600	29/12/2023	Não
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	120	Quilograma	R$ 2,5000	29/12/2023	Não
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	3480	Quilograma	R$ 2,9900	29/12/2023	Não
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	600	Quilograma	R$ 3,4983	28/12/2023	Não
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	135	Quilograma	R$ 4,1000	28/12/2023	Não
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	107	Quilograma	R$ 5,3000	28/12/2023	Não
32	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	600	Quilograma	R$ 4,5000	28/12/2023	Não
33	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	12	Quilograma	R$ 5,0000	27/12/2023	Não
34	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	16	Quilograma	R$ 6,0000	27/12/2023	Não
35	I	PREFEITURA DE NOVA ARAÇÁ - Compras.gov.br	500	Quilograma	R$ 4,2500	27/12/2023	Não
36	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	40	Quilograma	R$ 5,0000	27/12/2023	Não
37	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	1783	Quilograma	R$ 3,5100	26/12/2023	Não
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	33	Quilograma	R$ 3,4500	26/12/2023	Não
39	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	70	Quilograma	R$ 2,5000	26/12/2023	Não
40	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	190	Quilograma	R$ 3,5000	26/12/2023	Sim
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	600	Quilograma	R$ 2,5000	26/12/2023	Não
		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.					

42	I	gov.br	101	Quilograma	R$ 3,5000	23/12/2023	Não
43	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	34	Quilograma	R$ 3,4000	22/12/2023	Não
44	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	26	Quilograma	R$ 3,2000	22/12/2023	Não
45	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	24	Quilograma	R$ 3,7500	22/12/2023	Não
46	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	80	Quilograma	R$ 4,2500	22/12/2023	Não
47	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	32	Quilograma	R$ 5,0000	22/12/2023	Não
48	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	72	Quilograma	R$ 4,2900	22/12/2023	Não
49	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 3,7500	22/12/2023	Não
50	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	136	Quilograma	R$ 7,4900	22/12/2023	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC 150.001/2024
FLS. 087
RUB.

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463818 - Verdura In Natura Tipo: Acelga	Quilograma	950

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	
R$ 3,5000	R$ 4,8550	R$ 4,8850	Coeficiente de Variação: 20,0721% Desvio Padrão: 0,9745 Maior Preço: R$ 5,9500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	Quilograma	R$ 12,5000	17/01/2024	Não
2	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	2485	Quilograma	R$ 6,4000	15/01/2024	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Quilograma	R$ 4,7300	09/01/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	180	Quilograma	R$ 7,4900	04/01/2024	Não
5	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 7,0000	04/01/2024	Não
6	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	3950	Quilograma	R$ 6,5000	04/01/2024	Não
7	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	5080	Quilograma	R$ 9,4200	04/01/2024	Não
8	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	600	Quilograma	R$ 3,5400	03/01/2024	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 13,2000	02/01/2024	Não
10	I	COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R$ 3,4000	30/12/2023	Não
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3880	Quilograma	R$ 2,0500	29/12/2023	Não
12	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	157	Quilograma	R$ 5,7500	26/12/2023	Não
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Quilograma	R$ 4,2000	26/12/2023	Sim

14	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	400	Quilograma		R$ 8,8000	22/12/2023	Não
15	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1600	Quilograma		R$ 10,4900	21/12/2023	Não
16	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Quilograma		R$ 12,3500	21/12/2023	Não
17	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	13	Quilograma		R$ 14,5000	20/12/2023	Não
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	23	Quilograma		R$ 9,9900	20/12/2023	Não
19	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	28	Quilograma		R$ 24,2500	18/12/2023	Não
20	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	80	Quilograma		R$ 6,4500	18/12/2023	Não
21	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	50	Quilograma		R$ 11,6800	13/12/2023	Não
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	800	Quilograma		R$ 3,5000	12/12/2023	Sim
23	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1000	Quilograma		R$ 6,9000	12/12/2023	Não
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	14	Quilograma		R$ 11,4000	11/12/2023	Não
25	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	24	Quilograma		R$ 7,0000	11/12/2023	Não
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4677	Quilograma		R$ 9,0000	11/12/2023	Não
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	46	Quilograma		R$ 8,9800	08/12/2023	Não
28	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	44	Quilograma		R$ 4,5000	08/12/2023	Não
29	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1500	Quilograma		R$ 1,9900	07/12/2023	Não
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	9109	Quilograma		R$ 2,5000	07/12/2023	Não
31	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 12,9000	06/12/2023	Não
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	320	Quilograma		R$ 5,0400	06/12/2023	Sim
33	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2000	Quilograma		R$ 8,4500	05/12/2023	Não
34	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	18	Quilograma		R$ 4,8000	01/12/2023	Não
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	Quilograma		R$ 3,9700	30/11/2023	Não
36	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	150	Quilograma		R$ 8,0000	30/11/2023	Não
37	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	328	Quilograma		R$ 5,9300	30/11/2023	Sim
38	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	4625	Quilograma		R$ 4,0000	30/11/2023	Não
39	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	13875	Quilograma		R$ 4,0100	30/11/2023	Não
40	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	4900	Quilograma		R$ 0,9000	30/11/2023	Não
41	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	14700	Quilograma		R$ 0,9000	30/11/2023	Não
42	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	5000	Quilograma		R$ 4,7900	29/11/2023	Não
43	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	35	Quilograma		R$ 4,8000	27/11/2023	Não
44	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 6,8500	24/11/2023	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150401/2024
FLS. 088
RUB.

45	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	7000	Quilograma	R$ 5,7500	17/11/2023	Não
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	225	Quilograma	R$ 5,9500	16/11/2023	Sim
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R$ 5,9500	16/11/2023	Sim
48	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	973	Quilograma	R$ 7,2400	16/11/2023	Não
49	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	795	Quilograma	R$ 10,6500	14/11/2023	Não
50	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	66	Quilograma	R$ 5,6800	14/11/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 089
RUB.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463830 - Verdura In Natura Tipo: Alface Americana	Unidade	1950

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 3,8500	R$ 4,7514	R$ 4,1500	Coeficiente de Variação: 22,8796% Desvio Padrão: 1,0871 Maior Preço: R$ 6,9600

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	25	Unidade	R$ 3,0900	18/01/2024	Não
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	900	Unidade	R$ 3,0100	17/01/2024	Não
3	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	6396	Unidade	R$ 2,5000	16/01/2024	Não
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Unidade	R$ 2,6700	04/01/2024	Não
5	I	PREFEITURA DE NOVA ARAÇÁ - Compras.gov.br	2000	Unidade	R$ 2,3900	27/12/2023	Não
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	48	Unidade	R$ 5,0000	19/12/2023	Não
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7000	Unidade	R$ 1,1500	18/12/2023	Não
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	464	Unidade	R$ 4,1900	14/12/2023	Não
9	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	700	Unidade	R$ 2,0100	12/12/2023	Não
10	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1530	Unidade	R$ 2,2500	06/12/2023	Não
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1180	Unidade	R$ 3,9900	06/12/2023	Sim
12	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	1000	Unidade	R$ 4,1000	30/11/2023	Sim
13	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	400	Unidade	R$ 3,0100	29/11/2023	Não
14	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	230	Unidade	R$ 2,1000	17/11/2023	Não
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5495	Unidade	R$ 3,2000	17/11/2023	Não
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	16485	Unidade	R$ 3,2000	17/11/2023	Não
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5600	Unidade	R$ 3,4000	10/11/2023	Não

18	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	390	Unidade		R$ 3,1200	08/11/2023	Não
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	900	Unidade		R$ 3,3000	01/11/2023	Não
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Unidade		R$ 2,0300	31/10/2023	Não
21	I	INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	7700	Unidade		R$ 4,0500	20/10/2023	Não
22	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	70	Unidade		R$ 5,7800	20/10/2023	Não
23	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6000	Unidade		R$ 2,2000	10/10/2023	Não
24	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12	Unidade		R$ 3,5000	29/09/2023	Não
25	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	7500	Unidade		R$ 6,9000	18/09/2023	Não
26	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1000	Unidade		R$ 4,4100	05/09/2023	Sim
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	250	Unidade		R$ 5,8000	04/09/2023	Não
28	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1000	Unidade		R$ 3,4900	04/09/2023	Não
29	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	500	Unidade		R$ 2,3000	31/08/2023	Não
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8491	Unidade		R$ 3,0000	31/08/2023	Não
31	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - Compras.gov.br	10	Unidade		R$ 3,7500	31/08/2023	Não
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Unidade		R$ 4,1300	30/08/2023	Não
33	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	800	Unidade		R$ 6,8000	28/08/2023	Não
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	341	Unidade		R$ 6,0200	28/08/2023	Não
35	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1000	Unidade		R$ 6,9600	23/08/2023	Sim
36	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	600	Unidade		R$ 7,4600	23/08/2023	Não
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	660	Unidade		R$ 4,0000	21/08/2023	Não
38	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	30	Unidade		R$ 1,5920	17/08/2023	Não
39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Unidade		R$ 3,5400	14/08/2023	Não
40	I	INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	72	Unidade		R$ 6,1200	10/08/2023	Não
41	I	INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	1506	Unidade		R$ 5,8000	10/08/2023	Sim
42	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	96	Unidade		R$ 3,8000	01/08/2023	Não
43	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - Compras.gov.br	3	Unidade		R$ 4,2000	28/07/2023	Não
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Unidade		R$ 3,8500	20/07/2023	Sim
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Unidade		R$ 3,8500	20/07/2023	Não
46	I	PREFEITURA DE TEIXEIRA SOARES - PR - Compras.gov.br	600	Unidade		R$ 2,2000	19/07/2023	Não
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2628	Unidade		R$ 2,7000	14/07/2023	Não
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Unidade		R$ 4,0700	11/07/2023	Não
49	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	250	Unidade		R$ 4,0700	11/07/2023	Não
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.						

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 090
RUB.

50	I	gov.br	1000	Unidade	R$ 4,1500	10/07/2023	Sim

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 091
RUB.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464381 - Fruta Tipo: Banana Prata / Banana Branca , Apresentação: Natural	Unidade	19800

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 0,7200	R$ 1,0099	R$ 0,9649	Coeficiente de Variação: 24,0024% Desvio Padrão: 0,2424 Maior Preço: R$ 1,3900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	53550	Unidade	R$ 2,4800	28/12/2023	Não
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE ALAGOAS - Compras.gov.br	8000	Unidade	R$ 0,7200	28/12/2023	Sim
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHãO - Compras.gov.br	800	Unidade	R$ 6,5000	22/12/2023	Não
4	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	80000	Unidade	R$ 0,4900	20/12/2023	Não
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	1500	Unidade	R$ 8,9000	14/12/2023	Não
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	1500	Unidade	R$ 8,9000	14/12/2023	Não
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS - Compras.gov.br	4731	Unidade	R$ 3,4400	11/12/2023	Não
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHãO - Compras.gov.br	18600	Unidade	R$ 0,9997	11/12/2023	Sim
9	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	350	Unidade	R$ 5,0000	14/11/2023	Não
10	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	600	Unidade	R$ 0,5900	17/10/2023	Não
11	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R$ 5,3000	11/10/2023	Não
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Unidade	R$ 69,8600	22/09/2023	Não
13	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	16250	Unidade	R$ 2,8000	18/09/2023	Não
14	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	48750	Unidade	R$ 5,0000	18/09/2023	Não
15	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 5,9900	31/08/2023	Não
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	10000	Unidade	R$ 0,6600	30/08/2023	Não
17	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	500	Unidade	R$ 3,4900	24/08/2023	Não
18	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	500	Unidade	R$ 3,4900	24/08/2023	Não
19	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	500	Unidade	R$ 3,4900	24/08/2023	Não
20	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	500	Unidade	R$ 3,4900	24/08/2023	Não
21	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	900	Unidade	R$ 9,6800	23/08/2023	Não
		UNIVERSIDADE FEDERAL DE					

22	I	ALAGOAS - Compras.gov.br	70000	Unidade		R$ 0,2900	21/07/2023	Não
23	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	187180	Unidade		R$ 0,2500	19/06/2023	Não
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	5	Unidade		R$ 6,0000	12/06/2023	Não
25	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	2	Unidade		R$ 4,8000	12/05/2023	Não
26	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	4000	Unidade		R$ 0,9300	11/05/2023	Não
27	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	4000	Unidade		R$ 0,9300	11/05/2023	Sim
28	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	4000	Unidade		R$ 0,9300	11/05/2023	Não
29	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	7700	Unidade		R$ 0,2500	27/04/2023	Não
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	48655	Unidade		R$ 6,1700	14/04/2023	Não
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8587	Unidade		R$ 3,0000	14/04/2023	Não
32	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1800	Unidade		R$ 4,3000	22/03/2023	Não
33	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	70	Unidade		R$ 126,9900	17/03/2023	Não
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	55000	Unidade		R$ 1,0000	17/03/2023	Não
35	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - .Compras.gov.br	21600	Unidade		R$ 0,5500	16/03/2023	Não
36	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	14000	Unidade		R$ 1,3900	09/03/2023	Sim
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade		R$ 6,0000	09/03/2023	Não
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade		R$ 5,0000	09/03/2023	Não
39	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	192	Unidade		R$ 3,9700	24/02/2023	Não
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade		R$ 66,8400	24/02/2023	Não
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	19	Unidade		R$ 66,8400	24/02/2023	Não
42	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade		R$ 66,8400	24/02/2023	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 120100 /2024
FLS. 092
RUB.

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 5

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463754 - Legume In Natura Tipo: Batata Inglesa	Quilograma	2900

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 4,0700	R$ 5,3200	R$ 5,5300	Coeficiente de Variação: 16,8421% Desvio Padrão: 0,8960 Maior Preço: R$ 6,3000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	720	Quilograma	R$ 4,5000	18/01/2024	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 093
RUB.

2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	135	Quilograma		R$ 6,9900	18/01/2024	Não
3	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1500	Quilograma		R$ 6,2000	18/01/2024	Sim
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	850	Quilograma		R$ 4,9988	18/01/2024	Não
5	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	22500	Quilograma		R$ 3,3000	18/01/2024	Não
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	500	Quilograma		R$ 6,2000	18/01/2024	Não
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	70	Quilograma		R$ 6,2000	18/01/2024	Não
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	500	Quilograma		R$ 6,2000	18/01/2024	Não
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	3150	Quilograma		R$ 6,1000	18/01/2024	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	25	Quilograma		R$ 5,9000	18/01/2024	Não
11	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	425	Quilograma		R$ 2,8000	18/01/2024	Não
12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	3240	Quilograma		R$ 5,3000	18/01/2024	Não
13	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 6,6900	17/01/2024	Não
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	12	Quilograma		R$ 8,1600	17/01/2024	Não
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	429	Quilograma		R$ 6,0000	17/01/2024	Não
16	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1400	Quilograma		R$ 6,3000	17/01/2024	Sim
17	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	24858	Quilograma		R$ 6,0000	17/01/2024	Não
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	358	Quilograma		R$ 4,0000	19/01/2024	Não
19	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	Quilograma		R$ 6,8200	17/01/2024	Não
20	I	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA - Compras.gov.br	72	Quilograma		R$ 5,4500	16/01/2024	Não
21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	3195	Quilograma		R$ 6,3000	16/01/2024	Não
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	113	Quilograma		R$ 5,2900	16/01/2024	Não
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	11	Quilograma		R$ 6,2000	16/01/2024	Não
24	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	10800	Quilograma		R$ 2,2200	16/01/2024	Não
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5000	Quilograma		R$ 2,6100	16/01/2024	Não
26	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	3200	Quilograma		R$ 5,0000	15/01/2024	Não
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	59	Quilograma		R$ 4,5000	15/01/2024	Não
28	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	660	Quilograma		R$ 5,8100	15/01/2024	Não
29	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1980	Quilograma		R$ 5,5300	15/01/2024	Sim
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	35	Quilograma		R$ 7,5000	15/01/2024	Não
31	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	35464	Quilograma		R$ 3,1300	15/01/2024	Não
32	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	99	Quilograma		R$ 6,4800	12/01/2024	Não
33	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	531	Quilograma		R$ 8,0000	12/01/2024	Não

34	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	680	Quilograma	R$ 4,9900	12/01/2024	Não
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5650	Quilograma	R$ 3,4000	22/01/2024	Não
36	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 5,3500	12/01/2024	Não
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	69	Quilograma	R$ 5,6300	11/01/2024	Não
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	12	Quilograma	R$ 8,9000	19/01/2024	Não
39	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	5927	Quilograma	R$ 2,7800	11/01/2024	Não
40	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	17782	Quilograma	R$ 2,7800	11/01/2024	Não
41	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1880	Quilograma	R$ 4,5000	19/01/2024	Sim
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	46	Quilograma	R$ 7,2400	11/01/2024	Não
43	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 5,0800	10/01/2024	Não
44	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	6000	Quilograma	R$ 3,9800	10/01/2024	Não
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4450	Quilograma	R$ 4,9000	10/01/2024	Não
46	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	103	Quilograma	R$ 4,5400	10/01/2024	Não
47	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	139	Quilograma	R$ 8,6000	09/01/2024	Não
48	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	400	Quilograma	R$ 5,0000	09/01/2024	Não
49	I	PREFEITURA DE MERCEDES - PR - Compras.gov.br	1400	Quilograma	R$ 4,0700	09/01/2024	Sim
50	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	138	Quilograma	R$ 5,0000	09/01/2024	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 094
RUB.

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 6

Descrição do item

463767 - Legume In Natura Tipo: Beterraba

Unidade de Fornecimento

Quilograma

Quantidade

2250

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R$ 2,4900

Média
R$ 4,1200

Mediana
R$ 4,6000

Coeficiente de Variação: 21,9515%
Desvio Padrão: 0,9044
Maior Preço: R$ 5,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	35	Quilograma	R$ 4,8000	19/01/2024	Não
2	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	540	Quilograma	R$ 3,4500	19/01/2024	Não
3	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	56	Quilograma	R$ 6,2500	19/01/2024	Não
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	65	Quilograma	R$ 4,9000	19/01/2024	Não
		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.					

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 095
RUB.

5	I	gov.br	376	Quilograma		R$ 4,9000	19/01/2024	Não
6	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	4	Quilograma		R$ 8,2500	19/01/2024	Não
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	400	Quilograma		R$ 5,3000	18/01/2024	Não
8	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	45800	Quilograma		R$ 1,9500	18/01/2024	Não
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 5,1500	18/01/2024	Não
10	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	40	Quilograma		R$ 5,1500	18/01/2024	Não
11	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	300	Quilograma		R$ 5,1500	18/01/2024	Não
12	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	1890	Quilograma		R$ 4,6000	18/01/2024	Sim
13	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	50	Quilograma		R$ 1,7300	18/01/2024	Não
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2940	Quilograma		R$ 4,8000	18/01/2024	Não
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 4,0500	17/01/2024	Não
16	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	98	Quilograma		R$ 4,8000	17/01/2024	Não
17	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1000	Quilograma		R$ 4,3000	17/01/2024	Sim
18	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	16879	Quilograma		R$ 5,5000	17/01/2024	Não
19	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	Quilograma		R$ 5,0000	17/01/2024	Não
20	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1820	Quilograma		R$ 4,8000	16/01/2024	Sim
21	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	5760	Quilograma		R$ 1,8800	16/01/2024	Não
22	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	600	Quilograma		R$ 3,9800	15/01/2024	Não
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	9	Quilograma		R$ 5,5000	15/01/2024	Não
24	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	3354	Quilograma		R$ 3,1800	15/01/2024	Não
25	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 4,4700	12/01/2024	Não
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	700	Quilograma		R$ 4,6600	22/01/2024	Sim
27	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	5	Quilograma		R$ 5,1500	12/01/2024	Não
28	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	5471	Quilograma		R$ 2,8800	11/01/2024	Não
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	183	Quilograma		R$ 6,2400	11/01/2024	Não
30	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 2,8900	10/01/2024	Não
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 5,1000	09/01/2024	Não
32	I	PREFEITURA DE MERCEDES - PR - Compras.gov.br	500	Quilograma		R$ 3,9900	09/01/2024	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	410	Quilograma		R$ 5,8300	09/01/2024	Não
34	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	28	Quilograma		R$ 5,0000	05/01/2024	Não
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Quilograma		R$ 2,9900	04/01/2024	Sim
36	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUí - Compras.gov.br	500	Quilograma		R$ 6,0000	04/01/2024	Não
		INST.FED.DE EDUC., CIENC.E						

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 096
RUB.

37	I	TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	3160	Quilograma	R$ 4,5000	04/01/2024	Não
38	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	2750	Quilograma	R$ 4,5000	04/01/2024	Não
39	I	PREFEITURA DE DOIS VIZINHOS - PR - Compras.gov.br	40	Quilograma	R$ 4,2900	04/01/2024	Não
40	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	108	Quilograma	R$ 5,5000	03/01/2024	Não
41	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1600	Quilograma	R$ 2,4900	03/01/2024	Sim
42	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	80	Quilograma	R$ 3,7000	03/01/2024	Não
43	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	240	Quilograma	R$ 3,7000	03/01/2024	Não
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1200	Quilograma	R$ 5,0000	02/01/2024	Sim
45	I	COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R$ 2,0000	30/12/2023	Não
46	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	225	Quilograma	R$ 3,4500	29/12/2023	Não
47	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	43	Quilograma	R$ 5,1100	29/12/2023	Não
48	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R$ 2,3000	29/12/2023	Não
49	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	180	Quilograma	R$ 4,0000	29/12/2023	Não
50	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6200	Quilograma	R$ 1,7000	29/12/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 7

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463781 - Legume In Natura Tipo: Cebola Branca	Quilograma	2250

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	
R$ 2,9900	R$ 4,4300	R$ 4,5000	Coeficiente de Variação: 24,6637% Desvio Padrão: 1,0926 Maior Preço: R$ 6,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	136	Quilograma	R$ 4,4000	19/01/2024	Não
2	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	540	Quilograma	R$ 6,4000	19/01/2024	Não
3	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	265	Quilograma	R$ 6,7000	19/01/2024	Não
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	119	Quilograma	R$ 3,5000	19/01/2024	Não
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	247	Quilograma	R$ 4,9500	19/01/2024	Não
6	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	821	Quilograma	R$ 3,7000	19/01/2024	Não
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Quilograma	R$ 6,8000	19/01/2024	Não
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	545	Quilograma	R$ 3,0000	19/01/2024	Não
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	5020	Quilograma	R$ 3,8000	18/01/2024	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 /2024
FLS. 097
RUB.

10	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	180	Quilograma		R$ 4,5000	18/01/2024	Não
11	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	400	Quilograma		R$ 4,0000	18/01/2024	Não
12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	500	Quilograma		R$ 3,3980	18/01/2024	Não
13	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	37460	Quilograma		R$ 3,4300	18/01/2024	Não
14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	55	Quilograma		R$ 7,2000	18/01/2024	Não
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	400	Quilograma		R$ 7,2000	18/01/2024	Não
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	1680	Quilograma		R$ 6,0000	18/01/2024	Sim
17	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	288028	Quilograma		R$ 2,8000	18/01/2024	Não
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	25	Quilograma		R$ 6,5000	18/01/2024	Não
19	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	165	Quilograma		R$ 4,7500	18/01/2024	Não
20	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	655	Quilograma		R$ 5,5000	17/01/2024	Não
21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	346	Quilograma		R$ 4,6000	17/01/2024	Não
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2235	Quilograma		R$ 4,2000	17/01/2024	Sim
23	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	22036	Quilograma		R$ 5,9000	17/01/2024	Não
24	I	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA - Compras.gov.br	144	Quilograma		R$ 5,6400	16/01/2024	Não
25	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	3230	Quilograma		R$ 4,8000	16/01/2024	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	274	Quilograma		R$ 5,2500	16/01/2024	Não
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	49	Quilograma		R$ 5,7000	16/01/2024	Não
28	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	5040	Quilograma		R$ 3,0800	16/01/2024	Não
29	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2000	Quilograma		R$ 5,3900	16/01/2024	Sim
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	260	Quilograma		R$ 3,5000	15/01/2024	Não
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	3	Quilograma		R$ 8,5800	15/01/2024	Não
32	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	21582	Quilograma		R$ 2,7000	15/01/2024	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1600	Quilograma		R$ 3,5000	22/01/2024	Não
34	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	68	Quilograma		R$ 6,4800	11/01/2024	Não
35	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	230	Quilograma		R$ 5,9900	11/01/2024	Não
36	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1800	Quilograma		R$ 4,8000	10/01/2024	Sim
37	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	1700	Quilograma		R$ 2,9900	10/01/2024	Sim
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	162	Quilograma		R$ 4,2500	10/01/2024	Não
39	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	88	Quilograma		R$ 6,4000	09/01/2024	Não
40	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	800	Quilograma		R$ 3,8000	09/01/2024	Não
		PREFEITURA DE MERCEDES - PR -						

41	I	Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 3,9000	09/01/2024	Não
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	157	Quilograma	R$ 6,4900	05/01/2024	Não
43	I	PREFEITURA DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	3770	Quilograma	R$ 4,7900	05/01/2024	Não
44	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	208	Quilograma	R$ 5,7000	04/01/2024	Não
45	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	496	Quilograma	R$ 6,9900	04/01/2024	Não
46	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	395	Quilograma	R$ 5,6000	04/01/2024	Não
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1480	Quilograma	R$ 3,2000	04/01/2024	Não
48	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	78	Quilograma	R$ 5,2900	04/01/2024	Não
49	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	1800	Quilograma	R$ 3,2000	04/01/2024	Sim
50	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	228	Quilograma	R$ 4,9978	04/01/2024	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 098
RUB.

Item: 8

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463770 - Legume In Natura Tipo: Cenoura	Quilograma	3700

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	
R$ 3,2000	R$ 4,7900	R$ 4,5000	Coeficiente de Variação: 24,2380% Desvio Padrão: 1,1610 Maior Preço: R$ 6,3800

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	348	Quilograma	R$ 5,2000	19/01/2024	Não
2	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	540	Quilograma	R$ 6,8200	19/01/2024	Não
3	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	805	Quilograma	R$ 6,1000	19/01/2024	Não
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	362	Quilograma	R$ 4,8000	19/01/2024	Não
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	260	Quilograma	R$ 4,9500	19/01/2024	Não
6	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	815	Quilograma	R$ 4,2000	19/01/2024	Não
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	108	Quilograma	R$ 9,2500	19/01/2024	Não
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2468	Quilograma	R$ 4,5000	19/01/2024	Sim
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	81	Quilograma	R$ 10,5000	19/01/2024	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	5180	Quilograma	R$ 5,8000	18/01/2024	Não
11	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	720	Quilograma	R$ 5,4000	18/01/2024	Não
		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.					

12	I	gov.br	535	Quilograma		R$ 4,9900	18/01/2024	Não
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	326	Quilograma		R$ 5,0000	18/01/2024	Não
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	750	Quilograma		R$ 6,1000	18/01/2024	Não
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	700	Quilograma		R$ 5,4985	18/01/2024	Não
16	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	1517	Quilograma		R$ 5,8000	18/01/2024	Sim
17	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	61800	Quilograma		R$ 2,7700	18/01/2024	Não
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 6,3800	18/01/2024	Não
19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	45	Quilograma		R$ 6,3800	18/01/2024	Não
20	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	300	Quilograma		R$ 6,3800	18/01/2024	Não
21	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	2270	Quilograma		R$ 6,3800	18/01/2024	Sim
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	46	Quilograma		R$ 5,1000	18/01/2024	Não
23	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	425	Quilograma		R$ 2,2900	18/01/2024	Não
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	80	Quilograma		R$ 4,2300	17/01/2024	Não
25	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	130	Quilograma		R$ 9,1600	17/01/2024	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	633	Quilograma		R$ 6,0000	17/01/2024	Não
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	211	Quilograma		R$ 5,9500	17/01/2024	Não
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	1375	Quilograma		R$ 5,5500	17/01/2024	Sim
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	900	Quilograma		R$ 6,8500	17/01/2024	Não
30	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	21840	Quilograma		R$ 6,2000	17/01/2024	Não
31	I	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA - Compras.gov.br	24	Quilograma		R$ 4,4000	16/01/2024	Não
32	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	2930	Quilograma		R$ 6,3000	16/01/2024	Sim
33	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	118	Quilograma		R$ 6,0000	16/01/2024	Não
34	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	390	Quilograma		R$ 5,2500	16/01/2024	Não
35	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	86	Quilograma		R$ 5,5400	16/01/2024	Não
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	1500	Quilograma		R$ 3,5000	16/01/2024	Sim
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	198	Quilograma		R$ 3,5500	16/01/2024	Não
38	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	2400	Quilograma		R$ 3,9800	15/01/2024	Sim
39	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	700	Quilograma		R$ 8,0000	15/01/2024	Não
40	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	53	Quilograma		R$ 5,5000	15/01/2024	Não
41	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	609	Quilograma		R$ 4,2500	15/01/2024	Não
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	30	Quilograma		R$ 9,3500	15/01/2024	Não
43	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	30728	Quilograma		R$ 3,1800	15/01/2024	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150/001/2024
FLS. 099
RUB.

44	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	399	Quilograma	R$ 8,9000	12/01/2024	Não
45	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	250	Quilograma	R$ 5,1700	12/01/2024	Não
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1100	Quilograma	R$ 3,9000	22/01/2024	Sim
47	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	120	Quilograma	R$ 6,2500	12/01/2024	Não
48	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	168	Quilograma	R$ 5,6100	11/01/2024	Não
49	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1032	Quilograma	R$ 3,2000	11/01/2024	Sim
50	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	16013	Quilograma	R$ 3,4900	11/01/2024	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 100
RUB.

Item: 9

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463881 - Condimento Tipo: Cebolinha E Coentro , Apresentação: Natural	Molho	8500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 1,9900	R$ 3,0420	R$ 3,1000	Coeficiente de Variação: 18,9744% Desvio Padrão: 0,5772 Maior Preço: R$ 3,6200

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	820	Molho	R$ 4,4000	18/01/2024	Não
2	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	408	Molho	R$ 4,3500	21/12/2023	Não
3	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	9720	Molho	R$ 3,5100	19/12/2023	Sim
4	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	10232	Molho	R$ 2,9900	16/11/2023	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUí - Compras.gov.br	400	Molho	R$ 3,2500	20/10/2023	Não
6	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUí - Compras.gov.br	400	Molho	R$ 3,0800	20/10/2023	Não
7	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	8827	Molho	R$ 1,9900	18/10/2023	Sim
8	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	26482	Molho	R$ 1,9900	18/10/2023	Não
9	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUí - Compras.gov.br	300	Molho	R$ 1,2000	12/10/2023	Não
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Molho	R$ 1,8000	19/09/2023	Não
11	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	680	Molho	R$ 2,6200	06/09/2023	Não
12	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1968	Molho	R$ 1,1800	31/08/2023	Não
13	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	2600	Molho	R$ 1,9700	24/08/2023	Não
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	300	Molho	R$ 4,1000	18/08/2023	Não
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	85	Molho	R$ 3,8000	11/08/2023	Não
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	120	Molho	R$ 14,9900	11/08/2023	Não
		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.					

17	I	gov.br	4030	Molho	R$ 5,9500	01/08/2023	Não
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	945	Molho	R$ 4,1000	24/07/2023	Não
19	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	48	Molho	R$ 4,3000	06/06/2023	Não
20	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2572	Molho	R$ 2,5900	24/05/2023	Não
21	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	1000	Molho	R$ 1,2500	18/05/2023	Não
22	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	2800	Molho	R$ 3,1000	11/05/2023	Sim
23	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	614	Molho	R$ 1,5600	11/05/2023	Não
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2030	Molho	R$ 1,3000	11/05/2023	Não
25	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	180	Molho	R$ 2,0000	11/04/2023	Não
26	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	2800	Molho	R$ 3,6200	23/03/2023	Sim
27	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	6	Molho	R$ 6,8400	08/03/2023	Não
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Molho	R$ 14,9900	03/03/2023	Não
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Molho	R$ 16,0000	15/02/2023	Não
30	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	200	Molho	R$ 4,5000	06/02/2023	Não
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	733	Molho	R$ 7,3300	27/01/2023	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150102/2024
FLS. 101
RUB.

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 10

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463778 - Legume In Natura Tipo: Chuchu Verde	Quilograma	1550

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 4,0000	R$ 4,6583	R$ 4,5250	Coeficiente de Variação: 12,8716% Desvio Padrão: 0,5996 Maior Preço: R$ 5,4500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	86	Quilograma	R$ 4,2000	19/01/2024	Não
2	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	540	Quilograma	R$ 2,9300	19/01/2024	Não
3	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	67	Quilograma	R$ 5,7500	19/01/2024	Não
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	92	Quilograma	R$ 6,2500	19/01/2024	Não
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Quilograma	R$ 5,2500	19/01/2024	Não
6	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	18	Quilograma	R$ 5,5000	19/01/2024	Não
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	13	Quilograma	R$ 7,3000	19/01/2024	Não
		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.					

8	I	gov.br	4	Quilograma		R$ 7,5000	19/01/2024	Não
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2270	Quilograma		R$ 5,9000	18/01/2024	Não
10	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	480	Quilograma		R$ 3,0000	18/01/2024	Não
11	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	135	Quilograma		R$ 6,9900	18/01/2024	Não
12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	300	Quilograma		R$ 5,3900	18/01/2024	Não
13	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	8700	Quilograma		R$ 2,0000	18/01/2024	Não
14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	10	Quilograma		R$ 5,9600	18/01/2024	Não
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 5,9600	18/01/2024	Não
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	1520	Quilograma		R$ 5,4500	18/01/2024	Sim
17	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	425	Quilograma		R$ 2,5000	18/01/2024	Não
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	60	Quilograma		R$ 4,6900	17/01/2024	Não
19	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	42	Quilograma		R$ 5,0000	17/01/2024	Não
20	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	14	Quilograma		R$ 5,0000	17/01/2024	Não
21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	560	Quilograma		R$ 5,4500	17/01/2024	Sim
22	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	21840	Quilograma		R$ 3,6000	17/01/2024	Não
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1355	Quilograma		R$ 4,0000	16/01/2024	Sim
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	113	Quilograma		R$ 5,5000	16/01/2024	Não
25	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	800	Quilograma		R$ 4,0000	15/01/2024	Sim
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	65	Quilograma		R$ 5,3300	15/01/2024	Não
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	99	Quilograma		R$ 6,2800	12/01/2024	Não
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	21	Quilograma		R$ 8,6300	12/01/2024	Não
29	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 4,7600	12/01/2024	Não
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 2,1300	22/01/2024	Não
31	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	90	Quilograma		R$ 2,9600	12/01/2024	Não
32	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	38	Quilograma		R$ 7,4800	11/01/2024	Não
33	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	80	Quilograma		R$ 5,5900	10/01/2024	Não
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 5,7500	10/01/2024	Não
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Quilograma		R$ 5,7600	10/01/2024	Não
36	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	35	Quilograma		R$ 5,1000	09/01/2024	Não
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 5,8000	09/01/2024	Não
38	I	PREFEITURA DE MERCEDES - PR - Compras.gov.br	400	Quilograma		R$ 4,6900	09/01/2024	Não
39	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	150	Quilograma		R$ 3,9900	05/01/2024	Não
		PREFEITURA DE NOVA PRATA DO						

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 102
RUB.

40	I	IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	1100	Quilograma	R$ 4,5500	05/01/2024	Sim
41	I	PREFEITURA DE NOVA FATIMA - PR - Compras.gov.br	10	Quilograma	R$ 8,3900	05/01/2024	Não
42	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Quilograma	R$ 3,9800	04/01/2024	Não
43	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	9	Quilograma	R$ 4,8000	04/01/2024	Não
44	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	48	Quilograma	R$ 5,5729	04/01/2024	Não
45	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUí - Compras.gov.br	150	Quilograma	R$ 5,5000	04/01/2024	Não
46	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUí - Compras.gov.br	1190	Quilograma	R$ 4,5000	04/01/2024	Sim
47	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUí - Compras.gov.br	420	Quilograma	R$ 4,0000	04/01/2024	Não
48	I	PREFEITURA DE DOIS VIZINHOS - PR - Compras.gov.br	60	Quilograma	R$ 2,9900	04/01/2024	Não
49	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	28	Quilograma	R$ 4,9500	03/01/2024	Não
50	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 5,1500	03/01/2024	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150/001/2024
FLS. 103
RUB.

Item: 11

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464556 - Leguminosa Variedade: Feijão Verde , Tipo: Tipo 1	Quilograma	2750

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	
R$ 12,0000	R$ 15,1983	R$ 14,5800	Coeficiente de Variação: 19,6443% Desvio Padrão: 2,9856 Maior Preço: R$ 19,6333

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	Quilograma	R$ 7,1700	17/01/2024	Não
2	I	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA - Compras.gov.br	48	Quilograma	R$ 15,5600	16/01/2024	Não
3	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	1320	Quilograma	R$ 13,0000	15/01/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	440	Quilograma	R$ 10,4000	29/12/2023	Não
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHãO - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 15,2200	28/12/2023	Não
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHãO - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 15,2200	28/12/2023	Não
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHãO - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 15,2200	28/12/2023	Não
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHãO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R$ 15,2200	28/12/2023	Não
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	150	Quilograma	R$ 13,9766	28/12/2023	Não
10	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.S. PERNAMBUCANO - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 7,6700	27/12/2023	Não
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Quilograma	R$ 14,2900	22/12/2023	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 104
RUB.

12	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	570	Quilograma		R$ 16,1600	19/12/2023	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	600	Quilograma		R$ 8,6600	14/12/2023	Não
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	600	Quilograma		R$ 8,6600	14/12/2023	Não
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	72	Quilograma		R$ 14,1555	12/12/2023	Não
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	520	Quilograma		R$ 9,0000	11/12/2023	Não
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHãO - Compras.gov.br	920	Quilograma		R$ 19,6333	11/12/2023	Sim
18	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	4762	Quilograma		R$ 14,2500	08/12/2023	Não
19	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	160	Quilograma		R$ 13,3700	30/11/2023	Não
20	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	160	Quilograma		R$ 13,3700	30/11/2023	Não
21	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	160	Quilograma		R$ 13,3700	30/11/2023	Não
22	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 20,0000	29/11/2023	Não
23	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1584	Quilograma		R$ 4,0700	14/11/2023	Não
24	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	7181	Quilograma		R$ 3,7400	14/11/2023	Não
25	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	7	Quilograma		R$ 13,2300	13/11/2023	Não
26	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	137	Quilograma		R$ 13,2300	13/11/2023	Não
27	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	245	Quilograma		R$ 13,2300	13/11/2023	Não
28	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	338	Quilograma		R$ 13,2300	13/11/2023	Não
29	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	273	Quilograma		R$ 13,2300	13/11/2023	Não
30	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	50	Quilograma		R$ 10,7226	09/11/2023	Não
31	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	3002	Quilograma		R$ 6,8500	07/11/2023	Não
32	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 19,3300	07/11/2023	Não
33	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	240	Quilograma		R$ 9,7100	06/11/2023	Não
34	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 13,4900	01/11/2023	Não
35	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 13,4900	01/11/2023	Não
36	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 15,6700	01/11/2023	Não
37	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	500	Quilograma		R$ 4,5200	26/10/2023	Não
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	50	Quilograma		R$ 20,6700	25/10/2023	Não
39	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 6,5000	24/10/2023	Não
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	2116	Quilograma		R$ 12,0000	23/10/2023	Sim
41	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 11,8300	20/10/2023	Não
42	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	80	Quilograma		R$ 10,5000	20/10/2023	Não
43	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 10,0000	20/10/2023	Não
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.						

44	I	gov.br	140	Quilograma	R$ 20,6700	20/10/2023	Não
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R$ 13,0900	16/10/2023	Não
46	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	3600	Quilograma	R$ 2,9000	10/10/2023	Não
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	700	Quilograma	R$ 5,5600	09/10/2023	Não
48	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	25	Quilograma	R$ 14,0000	06/10/2023	Não
49	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5560	Quilograma	R$ 13,0000	04/10/2023	Não
50	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI - Compras.gov.br	625	Quilograma	R$ 7,0000	25/09/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 105
RUB.

Item: 12

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464393 - Fruta Tipo: Laranja Pera , Apresentação: Natural	Quilograma	1700

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	
R$ 3,7000	R$ 4,5000	R$ 4,4750	Coeficiente de Variação: 13,9444% Desvio Padrão: 0,6275 Maior Preço: R$ 5,3500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	514	Quilograma	R$ 3,0000	19/01/2024	Não
2	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	810	Quilograma	R$ 3,9800	19/01/2024	Não
3	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2351	Quilograma	R$ 3,2500	19/01/2024	Não
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	427	Quilograma	R$ 2,7000	19/01/2024	Não
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	294	Quilograma	R$ 3,5800	19/01/2024	Não
6	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2421	Quilograma	R$ 2,7000	19/01/2024	Não
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	940	Quilograma	R$ 2,5000	19/01/2024	Não
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	122	Quilograma	R$ 5,5000	19/01/2024	Não
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	6820	Quilograma	R$ 2,2000	18/01/2024	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	825	Quilograma	R$ 4,2500	18/01/2024	Não
11	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1232	Quilograma	R$ 3,7000	18/01/2024	Sim
12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R$ 2,5000	18/01/2024	Não
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R$ 2,7995	18/01/2024	Não
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2856	Quilograma	R$ 2,2000	18/01/2024	Não
		UNIVERSIDADE FEDERAL					

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 106
RUB.

15	I	FLUMINENSE - Compras.gov.br	48400	Quilograma		R$ 2,0000	18/01/2024	Não
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	500	Quilograma		R$ 4,2500	18/01/2024	Não
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	120	Quilograma		R$ 4,2500	18/01/2024	Não
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 4,2500	18/01/2024	Não
19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	1030	Quilograma		R$ 4,1500	18/01/2024	Sim
20	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	183	Quilograma		R$ 4,5000	18/01/2024	Não
21	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	165	Quilograma		R$ 5,2500	18/01/2024	Não
22	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	480	Quilograma		R$ 3,8900	17/01/2024	Não
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	250	Quilograma		R$ 7,6300	17/01/2024	Não
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1700	Quilograma		R$ 4,8000	17/01/2024	Sim
25	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1350	Quilograma		R$ 2,4000	17/01/2024	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1500	Quilograma		R$ 2,5500	17/01/2024	Não
27	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	30531	Quilograma		R$ 3,5000	17/01/2024	Não
28	I	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA - Compras.gov.br	120	Quilograma		R$ 4,4500	16/01/2024	Não
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	4190	Quilograma		R$ 2,3500	16/01/2024	Não
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	265	Quilograma		R$ 3,5000	16/01/2024	Não
31	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2000	Quilograma		R$ 3,1700	16/01/2024	Não
32	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	102	Quilograma		R$ 2,7500	16/01/2024	Não
33	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	5000	Quilograma		R$ 4,0000	15/01/2024	Não
34	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	468	Quilograma		R$ 3,4800	15/01/2024	Não
35	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1404	Quilograma		R$ 3,2700	15/01/2024	Não
36	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	160	Quilograma		R$ 5,6000	15/01/2024	Não
37	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	26820	Quilograma		R$ 2,8000	15/01/2024	Não
38	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	26820	Quilograma		R$ 2,6800	15/01/2024	Não
39	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	416	Quilograma		R$ 3,4900	12/01/2024	Não
40	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	300	Quilograma		R$ 3,7600	12/01/2024	Não
41	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	750	Quilograma		R$ 3,7900	12/01/2024	Não
42	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4200	Quilograma		R$ 2,9500	22/01/2024	Não
43	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2752	Quilograma		R$ 2,2900	11/01/2024	Não
44	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1248	Quilograma		R$ 3,2500	10/01/2024	Não
45	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	77	Quilograma		R$ 2,9000	10/01/2024	Não
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Quilograma		R$ 5,3500	10/01/2024	Sim

47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	350	Quilograma	R$ 2,9500	10/01/2024	Não
48	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	609	Quilograma	R$ 3,5000	09/01/2024	Não
49	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	800	Quilograma	R$ 2,4500	09/01/2024	Não
50	I	PREFEITURA DE MERCEDES - PR - Compras.gov.br	2500	Quilograma	R$ 3,7500	09/01/2024	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 107
RUB.

Item: 13

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464398 - Fruta Tipo: Limão Taiti , Apresentação: Natural	Quilograma	650

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 3,1600	R$ 4,4700	R$ 4,1450	Coeficiente de Variação: 23,7405% Desvio Padrão: 1,0612 Maior Preço: R$ 6,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	4	Quilograma	R$ 7,4000	19/01/2024	Não
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	9	Quilograma	R$ 9,5000	19/01/2024	Não
3	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	540	Quilograma	R$ 4,0000	18/01/2024	Sim
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 4,3500	18/01/2024	Não
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Quilograma	R$ 8,2200	18/01/2024	Não
6	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	5030	Quilograma	R$ 4,7900	18/01/2024	Não
7	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	129414	Quilograma	R$ 1,9900	18/01/2024	Não
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	3	Quilograma	R$ 3,0000	18/01/2024	Não
9	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	30	Quilograma	R$ 4,1300	18/01/2024	Não
10	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 5,3900	17/01/2024	Não
11	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2	Quilograma	R$ 5,0000	17/01/2024	Não
12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	4	Quilograma	R$ 3,8000	17/01/2024	Não
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	80	Quilograma	R$ 5,8000	17/01/2024	Não
14	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	6591	Quilograma	R$ 6,9000	17/01/2024	Não
15	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	Quilograma	R$ 12,1200	17/01/2024	Não
16	I	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA - Compras.gov.br	144	Quilograma	R$ 5,2100	16/01/2024	Não
17	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	110	Quilograma	R$ 5,3000	16/01/2024	Não
18	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1320	Quilograma	R$ 6,2900	16/01/2024	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 108
RUB.

19	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	600	Quilograma		R$ 6,0000	16/01/2024	Sim
20	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 5,0000	15/01/2024	Não
21	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	384	Quilograma		R$ 5,7700	15/01/2024	Sim
22	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1152	Quilograma		R$ 5,5000	15/01/2024	Não
23	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	1365	Quilograma		R$ 5,1800	15/01/2024	Não
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	68	Quilograma		R$ 13,5000	12/01/2024	Não
25	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10	Quilograma		R$ 7,9500	12/01/2024	Não
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	575	Quilograma		R$ 3,6000	22/01/2024	Sim
27	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	900	Quilograma		R$ 4,4200	10/01/2024	Não
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Quilograma		R$ 4,4000	10/01/2024	Não
29	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	70	Quilograma		R$ 3,9000	10/01/2024	Não
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	210	Quilograma		R$ 3,2700	09/01/2024	Não
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	5	Quilograma		R$ 9,0000	05/01/2024	Não
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	390	Quilograma		R$ 4,2900	04/01/2024	Sim
33	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	30	Quilograma		R$ 2,5000	04/01/2024	Não
34	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	350	Quilograma		R$ 4,5000	04/01/2024	Não
35	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	400	Quilograma		R$ 2,5000	04/01/2024	Não
36	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	500	Quilograma		R$ 3,1600	03/01/2024	Sim
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Quilograma		R$ 3,7400	03/01/2024	Não
38	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	13600	Quilograma		R$ 3,3400	03/01/2024	Não
39	I	COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	1200	Quilograma		R$ 3,7700	30/12/2023	Não
40	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	55	Quilograma		R$ 4,0000	29/12/2023	Não
41	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	30	Quilograma		R$ 3,0000	29/12/2023	Não
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	45	Quilograma		R$ 5,0000	29/12/2023	Não
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10900	Quilograma		R$ 2,4900	29/12/2023	Não
44	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	80	Quilograma		R$ 2,8000	28/12/2023	Não
45	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	22	Quilograma		R$ 7,0000	28/12/2023	Não
46	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	300	Quilograma		R$ 4,0000	27/12/2023	Não
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br	2000	Quilograma		R$ 8,1000	27/12/2023	Não
48	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	75	Quilograma		R$ 5,0000	26/12/2023	Não
49	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	85	Quilograma		R$ 5,0000	26/12/2023	Não
50	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 3,6900	26/12/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 109
RUB.

Item: 14

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464401 - Fruta Tipo: Maçã Fuji , Apresentação: Natural	Quilograma	2675

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 7,2400	R$ 8,9450	R$ 8,6750	Coeficiente de Variação: 18,4159% Desvio Padrão: 1,6473 Maior Preço: R$ 11,1900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	177	Quilograma	R$ 9,5000	19/01/2024	Não
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	316	Quilograma	R$ 8,0000	19/01/2024	Não
3	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	26	Quilograma	R$ 12,8900	19/01/2024	Não
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2326	Quilograma	R$ 7,5000	19/01/2024	Sim
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	14	Quilograma	R$ 13,5000	19/01/2024	Não
6	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	450	Quilograma	R$ 8,5000	18/01/2024	Não
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	440	Quilograma	R$ 8,5000	18/01/2024	Não
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 8,4990	18/01/2024	Não
9	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	30450	Quilograma	R$ 6,7600	18/01/2024	Não
10	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	220	Quilograma	R$ 12,9400	18/01/2024	Não
11	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 12,9400	18/01/2024	Não
12	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	3360	Quilograma	R$ 9,7600	18/01/2024	Não
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	153	Quilograma	R$ 10,9900	18/01/2024	Não
14	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	75	Quilograma	R$ 9,1700	18/01/2024	Não
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	120	Quilograma	R$ 14,9700	17/01/2024	Não
16	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	833	Quilograma	R$ 10,3200	17/01/2024	Não
17	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	141	Quilograma	R$ 9,5000	17/01/2024	Não
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	750	Quilograma	R$ 6,0000	17/01/2024	Não
19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - Compras.gov.br	1880	Quilograma	R$ 7,2400	17/01/2024	Sim
20	I	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA - Compras.gov.br	144	Quilograma	R$ 10,4200	16/01/2024	Não
21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	617	Quilograma	R$ 9,5000	16/01/2024	Não

22	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	3200	Quilograma		R$ 10,0000	15/01/2024	Não
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	22	Quilograma		R$ 9,0000	15/01/2024	Não
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	315	Quilograma		R$ 14,5000	15/01/2024	Não
25	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	440	Quilograma		R$ 9,0000	12/01/2024	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	288	Quilograma		R$ 13,9600	12/01/2024	Não
27	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 10,4500	12/01/2024	Não
28	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	1600	Quilograma		R$ 9,8500	12/01/2024	Sim
29	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	3500	Quilograma		R$ 8,7900	12/01/2024	Não
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	4200	Quilograma		R$ 10,7500	11/01/2024	Não
31	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	2000	Quilograma		R$ 11,1900	10/01/2024	Sim
32	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	5000	Quilograma		R$ 6,9900	10/01/2024	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1600	Quilograma		R$ 4,2000	10/01/2024	Não
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Quilograma		R$ 10,4500	10/01/2024	Não
35	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	22	Quilograma		R$ 12,7000	09/01/2024	Não
36	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	105	Quilograma		R$ 7,9900	09/01/2024	Não
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 12,4500	09/01/2024	Não
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	674	Quilograma		R$ 9,0000	05/01/2024	Não
39	I	PREFEITURA DE NOVA FATIMA - PR - Compras.gov.br	1000	Quilograma		R$ 7,0000	05/01/2024	Não
40	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	88	Quilograma		R$ 7,2500	04/01/2024	Não
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2500	Quilograma		R$ 4,8300	04/01/2024	Não
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	85	Quilograma		R$ 9,2800	04/01/2024	Não
43	I	PREFEITURA DE DOIS VIZINHOS - PR - Compras.gov.br	120	Quilograma		R$ 6,1500	04/01/2024	Não
44	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	350	Quilograma		R$ 10,5000	04/01/2024	Não
45	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	1410	Quilograma		R$ 8,5000	04/01/2024	Não
46	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	5350	Quilograma		R$ 8,5000	04/01/2024	Não
47	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	699	Quilograma		R$ 9,0000	03/01/2024	Não
48	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Compras.gov.br	600	Quilograma		R$ 8,3475	03/01/2024	Não
49	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1500	Quilograma		R$ 4,6000	03/01/2024	Não
50	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1000	Quilograma		R$ 8,0500	03/01/2024	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 110
RUB.

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 15

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464405 - Fruta Tipo: Mamão Formosa , Apresentação: Natural	Quilograma	1200

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 111
RUB.

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	Coeficiente de Variação: 19,3654%
R$ 4,9000	R$ 7,3275	R$ 7,9600	Desvio Padrão: 1,4190
			Maior Preço: R$ 8,4900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	142	Quilograma	R$ 5,8000	19/01/2024	Não
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R$ 5,8000	18/01/2024	Não
3	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 5,9900	18/01/2024	Não
4	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	600	Quilograma	R$ 4,7400	18/01/2024	Não
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	50	Quilograma	R$ 8,0000	18/01/2024	Não
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 8,0000	18/01/2024	Não
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	840	Quilograma	R$ 7,8900	18/01/2024	Sim
8	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	290	Quilograma	R$ 4,7300	18/01/2024	Não
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	141	Quilograma	R$ 5,5000	17/01/2024	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	250	Quilograma	R$ 7,4000	17/01/2024	Não
11	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	30531	Quilograma	R$ 6,9000	17/01/2024	Não
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 3,8200	17/01/2024	Não
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R$ 7,0000	16/01/2024	Não
14	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	5040	Quilograma	R$ 3,9700	16/01/2024	Não
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	900	Quilograma	R$ 8,0300	16/01/2024	Sim
16	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	70	Quilograma	R$ 9,5000	15/01/2024	Não
17	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	5647	Quilograma	R$ 1,8000	15/01/2024	Não
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	66	Quilograma	R$ 7,0000	12/01/2024	Não
19	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	800	Quilograma	R$ 11,4900	12/01/2024	Não
20	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	1300	Quilograma	R$ 11,3400	12/01/2024	Não
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	550	Quilograma	R$ 2,9500	22/01/2024	Não
22	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	700	Quilograma	R$ 8,5714	10/01/2024	Não
23	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	3600	Quilograma	R$ 5,8900	10/01/2024	Não
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 11,0500	10/01/2024	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 112
RUB.

25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 6,9900	10/01/2024	Não
26	I	PREFEITURA DE MERCEDES - PR - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 9,6500	09/01/2024	Não
27	I	PREFEITURA DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	5150	Quilograma	R$ 10,2600	05/01/2024	Não
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R$ 5,8000	04/01/2024	Não
29	I	PREFEITURA DE DOIS VIZINHOS - PR - Compras.gov.br	130	Quilograma	R$ 8,1400	04/01/2024	Não
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 4,2500	03/01/2024	Não
31	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	28680	Quilograma	R$ 4,0400	03/01/2024	Não
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1700	Quilograma	R$ 7,7000	02/01/2024	Não
33	I	COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	6500	Quilograma	R$ 5,0900	30/12/2023	Não
34	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	275	Quilograma	R$ 4,5000	29/12/2023	Não
35	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	14	Quilograma	R$ 12,0000	29/12/2023	Não
36	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 4,9000	29/12/2023	Sim
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5200	Quilograma	R$ 3,9000	29/12/2023	Não
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	41	Quilograma	R$ 8,9600	28/12/2023	Não
39	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	150	Quilograma	R$ 5,8800	28/12/2023	Não
40	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	140	Quilograma	R$ 8,7500	27/12/2023	Não
41	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	700	Quilograma	R$ 5,0000	27/12/2023	Não
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	30	Quilograma	R$ 7,0000	27/12/2023	Não
43	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	26	Quilograma	R$ 7,9900	27/12/2023	Não
44	I	PREFEITURA DE NOVA ARAÇÁ - Compras.gov.br	900	Quilograma	R$ 8,4900	27/12/2023	Sim
45	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 5,9900	27/12/2023	Não
46	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	14	Quilograma	R$ 7,5000	27/12/2023	Não
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.S. PERNAMBUCANO - Compras.gov.br	145	Quilograma	R$ 3,6700	27/12/2023	Não
48	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	1116	Quilograma	R$ 3,4100	26/12/2023	Não
49	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	600	Quilograma	R$ 12,6600	26/12/2023	Não
50	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	750	Quilograma	R$ 3,7000	26/12/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 16

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464418 - Fruta Tipo: Melancia Vermelha , Apresentação: Natural	Quilograma	2850

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	Coeficiente de Variação: 19,8773%
R$ 1,9800	R$ 2,9340	R$ 3,0000	Desvio Padrão: 0,5832
			Maior Preço: R$ 3,5500

Método de cálculo adotado: Mediana

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 113
RUB.

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	700	Quilograma	R$ 3,9500	22/01/2024	Não
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	5060	Quilograma	R$ 2,3000	22/01/2024	Não
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	5550	Quilograma	R$ 2,0000	22/01/2024	Não
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	2600	Quilograma	R$ 1,9800	22/01/2024	Sim
5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12720	Quilograma	R$ 1,8000	22/01/2024	Não
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	38160	Quilograma	R$ 2,3000	22/01/2024	Não
7	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R$ 3,5000	22/01/2024	Não
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	9902	Quilograma	R$ 2,9000	22/01/2024	Não
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4200	Quilograma	R$ 1,7900	22/01/2024	Não
10	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	810	Quilograma	R$ 4,0000	19/01/2024	Não
11	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	130	Quilograma	R$ 5,6700	19/01/2024	Não
12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	196	Quilograma	R$ 3,0000	19/01/2024	Não
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1200	Quilograma	R$ 2,3000	18/01/2024	Não
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	945	Quilograma	R$ 2,7000	18/01/2024	Não
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R$ 2,6000	18/01/2024	Não
16	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R$ 2,6400	18/01/2024	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	90	Quilograma	R$ 3,5800	18/01/2024	Não
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	400	Quilograma	R$ 3,5800	18/01/2024	Não
19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R$ 3,5800	18/01/2024	Não
20	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	446791	Quilograma	R$ 1,8800	18/01/2024	Não
21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	255	Quilograma	R$ 4,7500	18/01/2024	Não
22	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	480	Quilograma	R$ 3,8900	17/01/2024	Não
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	3800	Quilograma	R$ 2,8000	17/01/2024	Não
24	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	30531	Quilograma	R$ 4,4000	17/01/2024	Não
25	I	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA - Compras.gov.br	240	Quilograma	R$ 2,9400	16/01/2024	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1450	Quilograma	R$ 3,0000	16/01/2024	Sim

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 114
RUB.

27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	108	Quilograma	R$ 3,9900	16/01/2024	Não
28	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	6840	Quilograma	R$ 2,5900	16/01/2024	Não
29	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R$ 3,0700	16/01/2024	Não
30	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R$ 3,5000	15/01/2024	Sim
31	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	25901	Quilograma	R$ 1,3500	15/01/2024	Não
32	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1260	Quilograma	R$ 2,5000	12/01/2024	Não
33	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	144	Quilograma	R$ 2,9000	12/01/2024	Não
34	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	1250	Quilograma	R$ 3,7900	12/01/2024	Não
35	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	6827	Quilograma	R$ 2,4800	11/01/2024	Não
36	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	20481	Quilograma	R$ 2,4800	11/01/2024	Não
37	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R$ 2,0500	10/01/2024	Não
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1350	Quilograma	R$ 2,0000	10/01/2024	Não
39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Quilograma	R$ 5,1500	10/01/2024	Não
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Quilograma	R$ 3,9900	10/01/2024	Não
41	I	PREFEITURA DE MERCEDES - PR - Compras.gov.br	2500	Quilograma	R$ 3,5500	09/01/2024	Sim
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	13050	Quilograma	R$ 2,5000	05/01/2024	Não
43	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	228	Quilograma	R$ 4,5000	05/01/2024	Não
44	I	PREFEITURA DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	10280	Quilograma	R$ 3,7900	05/01/2024	Não
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3200	Quilograma	R$ 2,9900	04/01/2024	Não
46	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	8700	Quilograma	R$ 3,6000	04/01/2024	Não
47	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	3500	Quilograma	R$ 3,5000	04/01/2024	Não
48	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	9880	Quilograma	R$ 3,5000	04/01/2024	Não
49	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	17500	Quilograma	R$ 3,5000	04/01/2024	Não
50	I	PREFEITURA DE DOIS VIZINHOS - PR - Compras.gov.br	130	Quilograma	R$ 2,6100	04/01/2024	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 17

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464422 - Fruta Tipo: Melão Amarelo , Apresentação: Natural	Quilograma	1080

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	Coeficiente de Variação: 21,0211%
R$ 4,4700	R$ 6,4283	R$ 6,1650	Desvio Padrão: 1,3513
			Maior Preço: R$ 9,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150/001/2024
FLS. 115
RUB.

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	600	Quilograma	R$ 6,1000	22/01/2024	Não
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4572	Quilograma	R$ 2,9900	22/01/2024	Não
3	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	13716	Quilograma	R$ 2,9900	22/01/2024	Não
4	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 4,4700	22/01/2024	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4032	Quilograma	R$ 3,9000	22/01/2024	Não
6	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1269	Quilograma	R$ 5,0000	19/01/2024	Não
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	400	Quilograma	R$ 5,8000	18/01/2024	Não
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 6,3000	18/01/2024	Sim
9	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	1700	Quilograma	R$ 3,8400	18/01/2024	Não
10	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	90	Quilograma	R$ 7,3000	18/01/2024	Não
11	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 7,3000	18/01/2024	Não
12	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	2520	Quilograma	R$ 7,3000	18/01/2024	Não
13	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	440037	Quilograma	R$ 2,6400	18/01/2024	Não
14	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	75	Quilograma	R$ 3,6900	18/01/2024	Não
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	160	Quilograma	R$ 6,2000	17/01/2024	Não
16	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	20223	Quilograma	R$ 7,4000	17/01/2024	Não
17	I	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA - Compras.gov.br	288	Quilograma	R$ 4,3900	16/01/2024	Não
18	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	4752	Quilograma	R$ 4,6900	16/01/2024	Não
19	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2500	Quilograma	R$ 5,2500	16/01/2024	Não
20	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 5,9800	15/01/2024	Sim
21	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 6,7900	12/01/2024	Sim
22	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	1250	Quilograma	R$ 7,0700	12/01/2024	Não
23	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	2500	Quilograma	R$ 3,9500	10/01/2024	Não
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 6,8000	09/01/2024	Não
25	I	PREFEITURA DE MERCEDES - PR - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 7,9900	09/01/2024	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	189	Quilograma	R$ 5,9500	09/01/2024	Não
		PREFEITURA DE NOVA PRATA DO					

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150/001/2024
FLS. 116
RUB.

27	I	IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	9800	Quilograma	R$ 7,1100	05/01/2024	Não
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	700	Quilograma	R$ 4,0000	04/01/2024	Não
29	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	2500	Quilograma	R$ 5,5000	04/01/2024	Não
30	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	8100	Quilograma	R$ 4,5000	04/01/2024	Não
31	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	9100	Quilograma	R$ 4,0000	04/01/2024	Não
32	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	24800	Quilograma	R$ 5,5900	03/01/2024	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1800	Quilograma	R$ 8,6000	02/01/2024	Não
34	I	COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	5000	Quilograma	R$ 4,4700	30/12/2023	Não
35	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	150	Quilograma	R$ 6,0000	29/12/2023	Não
36	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R$ 3,6500	29/12/2023	Não
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7400	Quilograma	R$ 3,2900	29/12/2023	Não
38	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	2788	Quilograma	R$ 7,7700	28/12/2023	Não
39	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 5,7766	28/12/2023	Não
40	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	267	Quilograma	R$ 9,7500	27/12/2023	Não
41	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	2674	Quilograma	R$ 4,3100	26/12/2023	Não
42	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	1040	Quilograma	R$ 6,0300	26/12/2023	Sim
43	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	2260	Quilograma	R$ 6,0200	26/12/2023	Não
44	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	218	Quilograma	R$ 9,9000	26/12/2023	Não
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1200	Quilograma	R$ 3,1500	26/12/2023	Não
46	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 9,0000	22/12/2023	Sim
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1400	Quilograma	R$ 7,0000	22/12/2023	Não
48	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	252	Quilograma	R$ 9,8200	21/12/2023	Não
49	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	10000	Quilograma	R$ 4,9900	21/12/2023	Não
50	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	8060	Quilograma	R$ 5,5000	21/12/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 18

Descrição do item

463796 - Legume In Natura Tipo: Pepino

Unidade de Fornecimento

Quilograma

Quantidade

1290

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	Coeficiente de Variação: 16,5823%
R$ 3,4500	R$ 4,5440	R$ 4,4700	Desvio Padrão: 0,7535
			Maior Preço: R$ 5,4500

Método de cálculo adotado: Mediana

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 120100/2024
FLS. 117
RUB.

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	152	Quilograma	R$ 6,1100	22/01/2024	Não
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1160	Quilograma	R$ 5,3000	22/01/2024	Sim
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	1188	Quilograma	R$ 4,0500	22/01/2024	Sim
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 3,9000	22/01/2024	Não
5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5736	Quilograma	R$ 1,8000	22/01/2024	Não
6	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 4,4700	22/01/2024	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Quilograma	R$ 3,3400	22/01/2024	Não
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	57	Quilograma	R$ 7,8300	19/01/2024	Não
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	301	Quilograma	R$ 7,0000	19/01/2024	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	350	Quilograma	R$ 5,8000	18/01/2024	Não
11	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	600	Quilograma	R$ 5,8000	18/01/2024	Não
12	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	25250	Quilograma	R$ 1,8500	18/01/2024	Não
13	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	45	Quilograma	R$ 6,1000	18/01/2024	Não
14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 6,1000	18/01/2024	Não
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	2940	Quilograma	R$ 5,4900	18/01/2024	Não
16	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	108	Quilograma	R$ 4,0000	17/01/2024	Não
17	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	131	Quilograma	R$ 6,2000	17/01/2024	Não
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	180	Quilograma	R$ 6,3000	17/01/2024	Não
19	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	600	Quilograma	R$ 4,8000	16/01/2024	Não
20	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	3725	Quilograma	R$ 3,6800	15/01/2024	Não
21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	42	Quilograma	R$ 8,6300	12/01/2024	Não
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1400	Quilograma	R$ 3,2000	10/01/2024	Não
23	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 5,6500	10/01/2024	Não
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 5,3400	10/01/2024	Não
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	70	Quilograma	R$ 3,4000	10/01/2024	Não
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	380	Quilograma	R$ 6,2300	09/01/2024	Não
27	I	PREFEITURA DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 5,1800	05/01/2024	Não
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	990	Quilograma	R$ 3,4500	04/01/2024	Sim
29	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	800	Quilograma	R$ 5,5000	04/01/2024	Não
30	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	2040	Quilograma	R$ 4,5000	04/01/2024	Não

31	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	3400	Quilograma		R$ 3,5000	04/01/2024	Não
32	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	800	Quilograma		R$ 2,9900	03/01/2024	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Quilograma		R$ 5,4500	02/01/2024	Sim
34	I	COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	2000	Quilograma		R$ 3,2700	30/12/2023	Não
35	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 3,0000	29/12/2023	Não
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7300	Quilograma		R$ 2,0800	29/12/2023	Não
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	5	Quilograma		R$ 9,4900	28/12/2023	Não
38	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 5,6700	28/12/2023	Não
39	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 6,5000	28/12/2023	Não
40	I	PREFEITURA DE NOVA ARAÇÁ - Compras.gov.br	800	Quilograma		R$ 4,1900	27/12/2023	Não
41	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	93	Quilograma		R$ 4,3000	26/12/2023	Não
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	9	Quilograma		R$ 5,0000	26/12/2023	Não
43	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	40	Quilograma		R$ 4,7000	26/12/2023	Não
44	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	9	Quilograma		R$ 6,9000	26/12/2023	Não
45	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 5,5000	26/12/2023	Não
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	900	Quilograma		R$ 2,3500	26/12/2023	Não
47	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	69	Quilograma		R$ 7,1300	22/12/2023	Não
48	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	850	Quilograma		R$ 5,7800	22/12/2023	Não
49	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 5,5000	22/12/2023	Não
50	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 5,5000	22/12/2023	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 /2024
FLS. 118
RUB.

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 19

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
463809 - Legume In Natura Tipo: Pimentão Verde	Quilograma	1200

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	
R$ 5,5000	R$ 7,4657	R$ 7,1700	Coeficiente de Variação: 18,0010% Desvio Padrão: 1,3439 Maior Preço: R$ 9,8000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1926	Quilograma	R$ 5,8800	22/01/2024	Não
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	500	Quilograma	R$ 9,8000	22/01/2024	Sim

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 119
RUB.

3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	1264	Quilograma	R$ 6,9300	22/01/2024	Não
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	1100	Quilograma	R$ 6,9300	22/01/2024	Sim
5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2256	Quilograma	R$ 3,2000	22/01/2024	Não
6	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R$ 6,2500	22/01/2024	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	736	Quilograma	R$ 5,5000	22/01/2024	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 4,4000	22/01/2024	Não
9	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	270	Quilograma	R$ 6,1500	19/01/2024	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	7	Quilograma	R$ 12,8000	19/01/2024	Não
11	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	490	Quilograma	R$ 10,0500	18/01/2024	Não
12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Quilograma	R$ 8,2000	18/01/2024	Não
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	10	Quilograma	R$ 25,0000	18/01/2024	Não
14	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	5030	Quilograma	R$ 3,0000	18/01/2024	Não
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	30	Quilograma	R$ 11,3900	18/01/2024	Não
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	80	Quilograma	R$ 11,3900	18/01/2024	Não
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R$ 8,4900	18/01/2024	Sim
18	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	15	Quilograma	R$ 6,2500	18/01/2024	Não
19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	40	Quilograma	R$ 9,2800	17/01/2024	Não
20	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	55	Quilograma	R$ 5,5000	17/01/2024	Não
21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	6	Quilograma	R$ 10,0000	17/01/2024	Não
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 9,8000	17/01/2024	Não
23	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	2151	Quilograma	R$ 5,9000	17/01/2024	Não
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	210	Quilograma	R$ 7,8000	16/01/2024	Não
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 5,5200	16/01/2024	Não
26	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 6,9800	15/01/2024	Não
27	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	216	Quilograma	R$ 7,4900	15/01/2024	Não
28	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	648	Quilograma	R$ 7,1700	15/01/2024	Sim
29	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	5978	Quilograma	R$ 3,9800	15/01/2024	Não
30	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	6	Quilograma	R$ 7,9000	12/01/2024	Não
31	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 4,9900	10/01/2024	Não
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 10,6500	10/01/2024	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	70	Quilograma	R$ 9,8400	10/01/2024	Não
34	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 8,8000	09/01/2024	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 120
RUB.

35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	280	Quilograma	R$ 11,7000	09/01/2024	Não
36	I	PREFEITURA DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	80	Quilograma	R$ 9,1000	05/01/2024	Não
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	68	Quilograma	R$ 11,9700	04/01/2024	Não
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R$ 7,5000	04/01/2024	Não
39	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 7,0000	04/01/2024	Não
40	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	2790	Quilograma	R$ 4,0000	04/01/2024	Não
41	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	1940	Quilograma	R$ 7,4600	04/01/2024	Não
42	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Compras.gov.br	20	Quilograma	R$ 8,7500	03/01/2024	Não
43	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	73	Quilograma	R$ 10,0000	03/01/2024	Não
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1200	Quilograma	R$ 8,1200	02/01/2024	Sim
45	I	COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	2500	Quilograma	R$ 5,9300	30/12/2023	Não
46	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	57	Quilograma	R$ 10,7500	29/12/2023	Não
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2540	Quilograma	R$ 4,8000	29/12/2023	Não
48	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	94	Quilograma	R$ 19,0000	28/12/2023	Não
49	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	94	Quilograma	R$ 17,0000	28/12/2023	Não
50	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	150	Quilograma	R$ 9,3800	28/12/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 20

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
481121 - Verdura In Natura* Tipo: Repolho Verde , Espécie: Comum , Aplicação: Culinária Em Geral , Características Adicionais: 1ª Qualidade/Folha Verde Vivo/Sem Fungos.	Quilograma	1300

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	
R$ 3,8300	R$ 4,8075	R$ 4,4850	Coeficiente de Variação: 21,5309% Desvio Padrão: 1,0351 Maior Preço: R$ 6,4300

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	75	Quilograma	R$ 1,8800	18/01/2024	Não
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	500	Quilograma	R$ 3,8400	17/01/2024	Não
3	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	5	Quilograma	R$ 4,7400	12/01/2024	Não
4	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	250	Quilograma	R$ 7,0000	04/01/2024	Não
5	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	3440	Quilograma	R$ 6,0000	04/01/2024	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150/001/2024
FLS. 121
RUB.

6	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	3020	Quilograma		R$ 8,4900	04/01/2024	Não
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	30	Quilograma		R$ 6,4000	22/12/2023	Não
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	70	Quilograma		R$ 4,2500	21/12/2023	Não
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	420	Quilograma		R$ 8,9200	21/12/2023	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 4,0000	21/12/2023	Não
11	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Quilograma		R$ 12,0000	20/12/2023	Não
12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	270	Quilograma		R$ 6,5000	20/12/2023	Não
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	12	Quilograma		R$ 12,0000	19/12/2023	Não
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	11	Quilograma		R$ 6,8300	19/12/2023	Não
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	184	Quilograma		R$ 5,9800	18/12/2023	Não
16	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	94	Quilograma		R$ 4,3900	18/12/2023	Não
17	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	48	Quilograma		R$ 7,5000	15/12/2023	Não
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	30	Quilograma		R$ 5,0000	14/12/2023	Não
19	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Quilograma		R$ 7,0000	13/12/2023	Não
20	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	63	Quilograma		R$ 9,0000	13/12/2023	Não
21	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2700	Quilograma		R$ 2,1000	12/12/2023	Não
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	180	Quilograma		R$ 3,9900	11/12/2023	Não
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	101	Quilograma		R$ 2,8500	08/12/2023	Não
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	75	Quilograma		R$ 4,7700	07/12/2023	Não
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Quilograma		R$ 3,5000	01/12/2023	Não
26	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	600	Quilograma		R$ 4,2000	30/11/2023	Não
27	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	246	Quilograma		R$ 4,6200	30/11/2023	Não
28	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Quilograma		R$ 3,5000	27/11/2023	Não
29	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	6300	Quilograma		R$ 2,5000	23/11/2023	Não
30	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	8100	Quilograma		R$ 3,0800	14/11/2023	Não
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	620	Quilograma		R$ 2,6000	09/11/2023	Não
32	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	250	Quilograma		R$ 6,6200	08/11/2023	Não
33	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	150	Quilograma		R$ 4,2000	01/11/2023	Não
34	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 5,7600	01/11/2023	Não
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 4,5000	27/10/2023	Não
36	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 5,7600	26/10/2023	Não
37	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	627	Quilograma		R$ 4,9800	17/10/2023	Sim
38	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1000	Quilograma		R$ 6,4300	16/10/2023	Sim

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 122
RUB.

39	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	10000	Quilograma	R$ 1,8500	10/10/2023	Não
40	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	408	Quilograma	R$ 4,4000	29/09/2023	Não
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	44	Quilograma	R$ 6,6600	29/09/2023	Não
42	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Quilograma	R$ 2,9900	28/09/2023	Não
43	I	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	10	Quilograma	R$ 5,2800	27/09/2023	Não
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	141	Quilograma	R$ 4,9100	22/09/2023	Não
45	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	720	Quilograma	R$ 3,9900	20/09/2023	Sim
46	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1440	Quilograma	R$ 7,7400	31/08/2023	Não
47	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	84	Quilograma	R$ 9,7000	25/08/2023	Não
48	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	737	Quilograma	R$ 3,8300	22/08/2023	Sim
49	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 7,4900	15/08/2023	Não
50	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	450	Quilograma	R$ 4,5000	15/08/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 21

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
481106 - Legume In Natura* Tipo: Tomate , Espécie: Brasileira , Características Adicionais: Comum	Quilograma	4600

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 6,8000	R$ 8,6943	R$ 8,2500	Coeficiente de Variação: 14,3266% Desvio Padrão: 1,2456 Maior Preço: R$ 10,5000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	177	Quilograma	R$ 7,6400	22/01/2024	Não
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	117	Quilograma	R$ 7,0000	19/01/2024	Não
3	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	488	Quilograma	R$ 9,6400	19/01/2024	Sim
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	268	Quilograma	R$ 4,7500	19/01/2024	Não
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1112	Quilograma	R$ 6,0000	19/01/2024	Não
6	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	400	Quilograma	R$ 4,5000	19/01/2024	Não
7	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	87150	Quilograma	R$ 4,1300	18/01/2024	Não
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	728	Quilograma	R$ 6,8000	17/01/2024	Sim
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	30451	Quilograma	R$ 8,0000	17/01/2024	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150/001/2024
FLS. 123
RUB.

10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	19	Quilograma	R$ 6,0000	15/01/2024	Não
11	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	350	Quilograma	R$ 6,9900	12/01/2024	Não
12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	4	Quilograma	R$ 7,8200	11/01/2024	Não
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	561	Quilograma	R$ 7,7400	11/01/2024	Sim
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	32	Quilograma	R$ 11,3000	09/01/2024	Não
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	40	Quilograma	R$ 11,5000	09/01/2024	Não
16	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	869	Quilograma	R$ 10,5000	09/01/2024	Sim
17	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Compras.gov.br	450	Quilograma	R$ 7,4500	03/01/2024	Não
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1390	Quilograma	R$ 5,0000	03/01/2024	Não
19	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	64	Quilograma	R$ 8,8900	28/12/2023	Não
20	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	243	Quilograma	R$ 10,6000	28/12/2023	Não
21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	108	Quilograma	R$ 7,0000	27/12/2023	Não
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	94	Quilograma	R$ 6,5000	27/12/2023	Não
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	210	Quilograma	R$ 6,0000	26/12/2023	Não
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	760	Quilograma	R$ 8,0000	26/12/2023	Sim
25	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	226	Quilograma	R$ 5,8000	26/12/2023	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	255	Quilograma	R$ 8,0000	21/12/2023	Não
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	175	Quilograma	R$ 5,1200	21/12/2023	Não
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	6	Quilograma	R$ 10,6000	21/12/2023	Não
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	12	Quilograma	R$ 11,4100	21/12/2023	Não
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	19	Quilograma	R$ 7,5000	20/12/2023	Não
31	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 9,9300	20/12/2023	Não
32	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS - Compras.gov.br	2700	Quilograma	R$ 9,9300	20/12/2023	Sim
33	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS - Compras.gov.br	4080	Quilograma	R$ 8,2500	19/12/2023	Sim
34	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	216	Quilograma	R$ 5,4500	19/12/2023	Não
35	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	55	Quilograma	R$ 10,5000	18/12/2023	Não
36	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	182	Quilograma	R$ 8,8000	18/12/2023	Não
37	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	11250	Quilograma	R$ 3,0000	18/12/2023	Não
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	194	Quilograma	R$ 8,4000	15/12/2023	Não
39	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	225	Quilograma	R$ 10,6700	15/12/2023	Não
40	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	5663	Quilograma	R$ 6,3000	14/12/2023	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100[illegible]/2024
FLS. 134
RUB.

41	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	16988	Quilograma	R$ 6,3800	14/12/2023	Não
42	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	400	Quilograma	R$ 7,9700	13/12/2023	Não
43	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	15	Quilograma	R$ 7,9000	12/12/2023	Não
44	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Quilograma	R$ 6,0000	07/12/2023	Não
45	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE ALAGOAS - Compras.gov.br	299	Quilograma	R$ 5,9403	05/12/2023	Não
46	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	73	Quilograma	R$ 6,0000	01/12/2023	Não
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	150	Quilograma	R$ 8,8200	30/11/2023	Não
48	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	164	Quilograma	R$ 8,3100	30/11/2023	Não
49	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 24,5800	24/11/2023	Não
50	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Quilograma	R$ 9,0000	24/11/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 22

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464474 - Polpa De Fruta Tipo: Maracujá , Apresentação: Congelada	Quilograma	1766

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 15,9900	R$ 18,9673	R$ 18,4993	Coeficiente de Variação: 12,0075% Desvio Padrão: 2,2775 Maior Preço: R$ 23,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	120	Quilograma	R$ 8,3500	22/01/2024	Não
2	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R$ 15,9900	22/01/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3112	Quilograma	R$ 51,2500	22/01/2024	Não
4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10840	Quilograma	R$ 9,5000	19/01/2024	Não
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	800	Quilograma	R$ 23,0000	18/01/2024	Sim
6	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	700	Quilograma	R$ 17,9985	18/01/2024	Sim
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	180	Quilograma	R$ 19,1000	18/01/2024	Não
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 19,1000	18/01/2024	Não
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	450	Quilograma	R$ 14,2800	18/01/2024	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	17	Quilograma	R$ 25,0000	18/01/2024	Não
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10500	Quilograma	R$ 3,9000	17/01/2024	Não

12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	75	Quilograma		R$ 35,7200	17/01/2024	Não
13	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	Quilograma		R$ 17,4700	17/01/2024	Não
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	500	Quilograma		R$ 20,8000	16/01/2024	Sim
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 18,3000	16/01/2024	Não
16	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	2640	Quilograma		R$ 20,0000	16/01/2024	Não
17	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	12	Quilograma		R$ 29,5000	15/01/2024	Não
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	64	Quilograma		R$ 27,5000	12/01/2024	Não
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3600	Quilograma		R$ 13,9000	10/01/2024	Não
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 28,0000	10/01/2024	Não
21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Quilograma		R$ 29,0000	09/01/2024	Não
22	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	272	Quilograma		R$ 22,0500	09/01/2024	Não
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	440	Quilograma		R$ 15,0000	05/01/2024	Não
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	353	Quilograma		R$ 15,1000	04/01/2024	Não
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Quilograma		R$ 15,0000	04/01/2024	Não
26	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	48	Quilograma		R$ 14,0000	03/01/2024	Não
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 17,0000	03/01/2024	Não
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Quilograma		R$ 17,0000	02/01/2024	Sim
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	125	Quilograma		R$ 18,0000	29/12/2023	Não
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	840	Quilograma		R$ 21,0000	29/12/2023	Sim
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2700	Quilograma		R$ 18,9900	29/12/2023	Não
32	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	400	Quilograma		R$ 25,0000	28/12/2023	Não
33	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	400	Quilograma		R$ 23,0000	28/12/2023	Não
34	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	14	Quilograma		R$ 28,4600	28/12/2023	Não
35	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 16,3800	28/12/2023	Não
36	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	405	Quilograma		R$ 19,7200	26/12/2023	Não
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	284	Quilograma		R$ 21,3900	26/12/2023	Não
38	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	152	Quilograma		R$ 23,5400	26/12/2023	Não
39	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	460	Quilograma		R$ 34,0000	26/12/2023	Não
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	720	Quilograma		R$ 16,9500	26/12/2023	Sim
41	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	368	Quilograma		R$ 27,0000	22/12/2023	Não
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	105	Quilograma		R$ 27,0000	22/12/2023	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 135
RUB.

43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	560	Quilograma	R$ 19,0000	22/12/2023	Sim
44	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	84	Quilograma	R$ 29,9000	22/12/2023	Não
45	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	9	Quilograma	R$ 17,8000	22/12/2023	Não
46	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	210	Quilograma	R$ 24,1800	21/12/2023	Não
47	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 12,9800	21/12/2023	Não
48	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R$ 12,9800	21/12/2023	Não
49	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	14	Quilograma	R$ 15,4600	21/12/2023	Não
50	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	7	Quilograma	R$ 24,9000	20/12/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 126
RUB.

Item: 23

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464485 - Polpa De Fruta Tipo: Cajá , Apresentação: Congelada	Quilograma	1766

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 12,0000	R$ 13,2900	R$ 12,9000	Coeficiente de Variação: 9,5305% Desvio Padrão: 1,2666 Maior Preço: R$ 15,6500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R$ 12,0000	22/01/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1652	Quilograma	R$ 15,6500	22/01/2024	Sim
3	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	13060	Quilograma	R$ 4,5000	19/01/2024	Não
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	34	Quilograma	R$ 23,0000	18/01/2024	Não
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	40	Quilograma	R$ 25,7500	17/01/2024	Não
6	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	Quilograma	R$ 14,0000	17/01/2024	Não
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	25	Quilograma	R$ 18,9000	15/01/2024	Não
8	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	18013	Quilograma	R$ 9,2800	15/01/2024	Não
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	63	Quilograma	R$ 12,7500	12/01/2024	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	365	Quilograma	R$ 12,7400	11/01/2024	Não
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 28,0000	10/01/2024	Não
12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	60	Quilograma	R$ 21,0000	09/01/2024	Não
13	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	272	Quilograma	R$ 20,0000	09/01/2024	Não
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	220	Quilograma	R$ 10,0000	05/01/2024	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 127
RUB.

15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	133	Quilograma		R$ 10,3000	04/01/2024	Não
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Quilograma		R$ 10,8000	04/01/2024	Não
17	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	48	Quilograma		R$ 13,8700	03/01/2024	Não
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	250	Quilograma		R$ 11,2500	03/01/2024	Não
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Quilograma		R$ 12,9000	02/01/2024	Não
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Quilograma		R$ 12,9000	02/01/2024	Sim
21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	66	Quilograma		R$ 13,0000	30/12/2023	Não
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	125	Quilograma		R$ 11,0000	29/12/2023	Não
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1020	Quilograma		R$ 12,5000	29/12/2023	Sim
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHãO - Compras.gov.br	20	Quilograma		R$ 15,5000	28/12/2023	Não
25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 13,9500	28/12/2023	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	34	Quilograma		R$ 11,0000	26/12/2023	Não
27	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	152	Quilograma		R$ 15,7200	26/12/2023	Não
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	68	Quilograma		R$ 11,4000	22/12/2023	Não
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	583	Quilograma		R$ 15,0000	22/12/2023	Não
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	70	Quilograma		R$ 12,6500	22/12/2023	Não
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	520	Quilograma		R$ 10,9800	22/12/2023	Não
32	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	52	Quilograma		R$ 11,4000	21/12/2023	Não
33	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	2900	Quilograma		R$ 10,3900	21/12/2023	Não
34	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	28	Quilograma		R$ 10,9900	20/12/2023	Não
35	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	900	Quilograma		R$ 13,4000	20/12/2023	Sim
36	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	256	Quilograma		R$ 18,9000	19/12/2023	Não
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	500	Quilograma		R$ 10,0000	19/12/2023	Não
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	86	Quilograma		R$ 19,3300	19/12/2023	Não
39	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	180	Quilograma		R$ 13,7500	19/12/2023	Não
40	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	234	Quilograma		R$ 20,9000	19/12/2023	Não
41	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	215	Quilograma		R$ 14,7000	19/12/2023	Não
42	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	60	Quilograma		R$ 11,8000	19/12/2023	Não
43	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2700	Quilograma		R$ 13,0000	19/12/2023	Não
44	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	106	Quilograma		R$ 10,9000	18/12/2023	Não
45	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	33	Quilograma		R$ 18,0000	18/12/2023	Não

46	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	55	Quilograma	R$ 14,0000	18/12/2023	Não
47	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 12,7600	15/12/2023	Não
48	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	54	Quilograma	R$ 18,2500	15/12/2023	Não
49	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	800	Quilograma	R$ 12,4400	14/12/2023	Não
50	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	192	Quilograma	R$ 12,5000	14/12/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 128
RUB.

Item: 24

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464484 - Polpa De Fruta Tipo: Acerola , Apresentação: Congelada	Quilograma	1766

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	
R$ 8,0000	R$ 10,8000	R$ 11,2500	Coeficiente de Variação: 14,0120% Desvio Padrão: 1,5133 Maior Preço: R$ 12,3000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1740	Quilograma	R$ 12,0100	22/01/2024	Sim
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 8,0000	22/01/2024	Não
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	7389	Quilograma	R$ 4,0000	22/01/2024	Não
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	2800	Quilograma	R$ 4,0000	22/01/2024	Não
5	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R$ 10,5000	22/01/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2132	Quilograma	R$ 12,1100	22/01/2024	Não
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 6,5000	22/01/2024	Não
8	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	13840	Quilograma	R$ 3,9900	19/01/2024	Não
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	750	Quilograma	R$ 7,8900	18/01/2024	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 6,5710	18/01/2024	Não
11	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	265	Quilograma	R$ 8,2900	18/01/2024	Não
12	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 8,2900	18/01/2024	Não
13	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	450	Quilograma	R$ 8,2000	18/01/2024	Não
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	68	Quilograma	R$ 21,0000	18/01/2024	Não
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	400	Quilograma	R$ 7,6000	18/01/2024	Não
16	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	480	Quilograma	R$ 8,5000	17/01/2024	Não
17	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	40	Quilograma	R$ 24,7400	17/01/2024	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 129
RUB.

18	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	Quilograma	R$ 10,0000	17/01/2024	Não
19	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1180	Quilograma	R$ 12,3000	16/01/2024	Sim
20	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1452	Quilograma	R$ 9,9900	16/01/2024	Sim
21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	61	Quilograma	R$ 7,8000	16/01/2024	Não
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	170	Quilograma	R$ 10,0000	12/01/2024	Não
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	440	Quilograma	R$ 7,9900	11/01/2024	Não
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	309	Quilograma	R$ 8,0100	10/01/2024	Não
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 20,0000	10/01/2024	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	730	Quilograma	R$ 8,0000	09/01/2024	Não
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	80	Quilograma	R$ 17,0000	09/01/2024	Não
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	488	Quilograma	R$ 7,2500	09/01/2024	Não
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1100	Quilograma	R$ 8,4900	05/01/2024	Não
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	819	Quilograma	R$ 25,0000	05/01/2024	Não
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	432	Quilograma	R$ 9,9900	04/01/2024	Não
32	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	295	Quilograma	R$ 8,7000	04/01/2024	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 10,0000	04/01/2024	Não
34	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	410	Quilograma	R$ 7,9900	03/01/2024	Não
35	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1395	Quilograma	R$ 8,0000	03/01/2024	Sim
36	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	480	Quilograma	R$ 7,5000	03/01/2024	Não
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	380	Quilograma	R$ 10,0000	02/01/2024	Não
38	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1200	Quilograma	R$ 12,0000	02/01/2024	Sim
39	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	231	Quilograma	R$ 10,4000	30/12/2023	Não
40	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	369	Quilograma	R$ 9,5000	29/12/2023	Não
41	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	125	Quilograma	R$ 10,8500	29/12/2023	Não
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	101	Quilograma	R$ 18,9000	29/12/2023	Não
43	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	126	Quilograma	R$ 17,1300	29/12/2023	Não
44	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 14,7200	29/12/2023	Não
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2700	Quilograma	R$ 6,5000	29/12/2023	Não
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2750	Quilograma	R$ 10,8000	29/12/2023	Não
47	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	350	Quilograma	R$ 25,0000	28/12/2023	Não
48	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	350	Quilograma	R$ 23,0000	28/12/2023	Não
		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.					

49	I	gov.br	94	Quilograma	R$ 17,3300	28/12/2023	Não
50	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	200	Quilograma	R$ 8,7475	28/12/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100L/2021
FLS. 130
RUB.

Item: 25

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464514 - Polpa De Fruta Tipo: Goiaba Vermelha , Apresentação: Congelada	Quilograma	1766

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	
R$ 7,7000	R$ 9,9513	R$ 9,4900	Coeficiente de Variação: 20,1220% Desvio Padrão: 2,0024 Maior Preço: R$ 14,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R$ 12,3300	22/01/2024	Não
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	100	Quilograma	R$ 7,8000	22/01/2024	Não
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	6270	Quilograma	R$ 4,2000	22/01/2024	Não
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	2200	Quilograma	R$ 5,2400	22/01/2024	Não
5	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	600	Quilograma	R$ 9,9800	22/01/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	2422	Quilograma	R$ 16,5500	22/01/2024	Não
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	1100	Quilograma	R$ 6,1400	22/01/2024	Não
8	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	12460	Quilograma	R$ 3,9900	19/01/2024	Não
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	400	Quilograma	R$ 7,7000	18/01/2024	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	750	Quilograma	R$ 7,8000	18/01/2024	Não
11	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	600	Quilograma	R$ 5,9983	18/01/2024	Não
12	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	140	Quilograma	R$ 9,8200	18/01/2024	Não
13	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 9,8200	18/01/2024	Não
14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	450	Quilograma	R$ 8,6800	18/01/2024	Sim
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	170	Quilograma	R$ 18,0000	18/01/2024	Não
16	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	70	Quilograma	R$ 26,0800	17/01/2024	Não
17	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	Quilograma	R$ 10,0000	17/01/2024	Não
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	1200	Quilograma	R$ 7,8000	16/01/2024	Não
19	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov. br	2040	Quilograma	R$ 10,2500	16/01/2024	Sim
20	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	50	Quilograma	R$ 15,5000	15/01/2024	Não

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150109/2024
FLS. 131
RUB.

21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	113	Quilograma		R$ 10,5000	12/01/2024	Não
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	292	Quilograma		R$ 7,0000	11/01/2024	Não
23	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3550	Quilograma		R$ 9,3000	10/01/2024	Não
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	206	Quilograma		R$ 7,5000	10/01/2024	Não
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 18,0000	10/01/2024	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	582	Quilograma		R$ 8,0000	09/01/2024	Sim
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Quilograma		R$ 17,0000	09/01/2024	Não
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	163	Quilograma		R$ 8,7500	09/01/2024	Não
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	540	Quilograma		R$ 7,7000	05/01/2024	Sim
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	546	Quilograma		R$ 19,5000	05/01/2024	Não
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	173	Quilograma		R$ 10,9500	04/01/2024	Não
32	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	265	Quilograma		R$ 8,6000	04/01/2024	Não
33	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	48	Quilograma		R$ 10,7400	03/01/2024	Não
34	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 7,3000	03/01/2024	Não
35	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	165	Quilograma		R$ 10,0000	30/12/2023	Não
36	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	700	Quilograma		R$ 12,0000	29/12/2023	Sim
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	86	Quilograma		R$ 19,5000	29/12/2023	Não
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	77	Quilograma		R$ 24,8300	29/12/2023	Não
39	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	100	Quilograma		R$ 15,0000	29/12/2023	Não
40	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	300	Quilograma		R$ 16,0000	28/12/2023	Não
41	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	300	Quilograma		R$ 14,0000	28/12/2023	Sim
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	31	Quilograma		R$ 19,8400	28/12/2023	Não
43	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 10,3333	28/12/2023	Não
44	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÀ - Compras.gov.br	190	Quilograma		R$ 11,7000	28/12/2023	Não
45	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHãO - Compras.gov.br	20	Quilograma		R$ 12,5000	28/12/2023	Não
46	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	594	Quilograma		R$ 9,0000	28/12/2023	Sim
47	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	200	Quilograma		R$ 13,3200	28/12/2023	Não
48	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	22	Quilograma		R$ 8,0000	27/12/2023	Não
49	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	63	Quilograma		R$ 10,9000	27/12/2023	Não
50	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	75	Quilograma		R$ 7,2500	27/12/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 132
RUB.

Item: 26

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464468 - Polpa De Fruta Tipo: Abacaxi , Apresentação: Congelada	Quilograma	1766

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 9,9900	R$ 11,1050	R$ 11,1200	Coeficiente de Variação: 6,8546% Desvio Padrão: 0,7612 Maior Preço: R$ 12,4000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	4054	Quilograma	R$ 4,0000	22/01/2024	Não
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	2700	Quilograma	R$ 4,0000	22/01/2024	Não
3	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1500	Quilograma	R$ 10,9900	22/01/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2632	Quilograma	R$ 21,4400	22/01/2024	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Quilograma	R$ 6,1400	22/01/2024	Não
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	23844	Quilograma	R$ 3,8100	19/01/2024	Não
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	72	Quilograma	R$ 12,3300	19/01/2024	Não
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	250	Quilograma	R$ 7,9840	18/01/2024	Não
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	726	Quilograma	R$ 8,5000	17/01/2024	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	26	Quilograma	R$ 24,0800	17/01/2024	Não
11	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	Quilograma	R$ 10,3000	17/01/2024	Não
12	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1200	Quilograma	R$ 9,9900	16/01/2024	Sim
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	41	Quilograma	R$ 7,8000	16/01/2024	Não
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	368	Quilograma	R$ 9,5000	12/01/2024	Não
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 20,8500	10/01/2024	Não
16	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	923	Quilograma	R$ 7,3400	09/01/2024	Não
17	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	660	Quilograma	R$ 7,7000	05/01/2024	Não
18	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG - Compras.gov.br	25	Quilograma	R$ 18,0000	05/01/2024	Não
19	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	480	Quilograma	R$ 9,8900	04/01/2024	Não
20	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	133	Quilograma	R$ 9,1000	04/01/2024	Não
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 10,0000	04/01/2024	Não
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	850	Quilograma	R$ 7,9900	03/01/2024	Não
		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.					

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150/001/2024
FLS. 133
RUB.

23	I	gov.br	450	Quilograma	R$ 7,5000	03/01/2024	Não
24	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1200	Quilograma	R$ 12,4000	02/01/2024	Sim
25	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	66	Quilograma	R$ 9,5000	30/12/2023	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	200	Quilograma	R$ 9,0000	29/12/2023	Não
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	29	Quilograma	R$ 22,4500	29/12/2023	Não
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	188	Quilograma	R$ 8,3500	29/12/2023	Não
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	28	Quilograma	R$ 16,8300	29/12/2023	Não
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	2700	Quilograma	R$ 8,0000	29/12/2023	Não
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	75	Quilograma	R$ 20,0000	28/12/2023	Não
32	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	61	Quilograma	R$ 9,5000	27/12/2023	Não
33	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	42	Quilograma	R$ 8,2500	27/12/2023	Não
34	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	270	Quilograma	R$ 7,8000	26/12/2023	Não
35	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	225	Quilograma	R$ 4,8500	26/12/2023	Não
36	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 23,3000	23/12/2023	Não
37	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	3000	Quilograma	R$ 11,5000	23/12/2023	Sim
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	396	Quilograma	R$ 10,0000	22/12/2023	Não
39	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	68	Quilograma	R$ 8,0000	22/12/2023	Não
40	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	70	Quilograma	R$ 8,7500	22/12/2023	Não
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	480	Quilograma	R$ 10,5000	22/12/2023	Sim
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	420	Quilograma	R$ 19,1000	22/12/2023	Não
43	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	52	Quilograma	R$ 7,9000	21/12/2023	Não
44	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	10	Quilograma	R$ 27,9000	21/12/2023	Não
45	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	213	Quilograma	R$ 7,1300	21/12/2023	Não
46	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	580	Quilograma	R$ 11,2500	20/12/2023	Sim
47	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	28	Quilograma	R$ 7,9900	20/12/2023	Não
48	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	400	Quilograma	R$ 7,7500	20/12/2023	Não
49	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	8	Quilograma	R$ 14,6000	20/12/2023	Não
50	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	80	Quilograma	R$ 17,9000	19/12/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 27

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
464511 - Polpa De Fruta Tipo: Caju , Apresentação: Congelada	Quilograma	1766

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 134
RUB.

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 11,0000	R$ 13,9067	R$ 12,5750	Coeficiente de Variação: 21,1955% Desvio Padrão: 2,9476 Maior Preço: R$ 19,0600

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	4000	Quilograma	R$ 9,5000	22/01/2024	Não
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	120	Quilograma	R$ 8,0000	22/01/2024	Não
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	3722	Quilograma	R$ 5,0000	22/01/2024	Não
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	2600	Quilograma	R$ 3,9000	22/01/2024	Não
5	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	600	Quilograma	R$ 10,2500	22/01/2024	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1362	Quilograma	R$ 11,8200	22/01/2024	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1100	Quilograma	R$ 7,0200	22/01/2024	Não
8	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	21874	Quilograma	R$ 3,9200	19/01/2024	Não
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	750	Quilograma	R$ 7,7000	18/01/2024	Não
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	600	Quilograma	R$ 6,5816	18/01/2024	Não
11	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	51	Quilograma	R$ 17,0000	18/01/2024	Não
12	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	400	Quilograma	R$ 7,6000	18/01/2024	Não
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	130	Quilograma	R$ 21,7500	17/01/2024	Não
14	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	Quilograma	R$ 12,0000	17/01/2024	Não
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1145	Quilograma	R$ 7,6000	16/01/2024	Não
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 9,6000	16/01/2024	Não
17	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	2280	Quilograma	R$ 9,9000	16/01/2024	Não
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	25	Quilograma	R$ 18,9000	15/01/2024	Não
19	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	18369	Quilograma	R$ 4,9900	15/01/2024	Não
20	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	321	Quilograma	R$ 10,0000	12/01/2024	Não
21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	185	Quilograma	R$ 8,1500	11/01/2024	Não
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	314	Quilograma	R$ 8,1000	09/01/2024	Não
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	60	Quilograma	R$ 17,0000	09/01/2024	Não
24	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	326	Quilograma	R$ 7,2500	09/01/2024	Não
		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.					

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 135
RUB.

25	I	gov.br	500	Quilograma	R$ 7,7000	05/01/2024	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	398	Quilograma	R$ 9,1000	04/01/2024	Não
27	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	300	Quilograma	R$ 7,5000	03/01/2024	Não
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	133	Quilograma	R$ 8,0000	02/01/2024	Não
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	165	Quilograma	R$ 10,5000	30/12/2023	Não
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	313	Quilograma	R$ 11,0000	29/12/2023	Sim
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	42	Quilograma	R$ 16,0000	29/12/2023	Não
32	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	33	Quilograma	R$ 19,3900	28/12/2023	Não
33	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	Quilograma	R$ 7,6475	28/12/2023	Não
34	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	100	Quilograma	R$ 9,6267	28/12/2023	Não
35	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	105	Quilograma	R$ 16,6000	27/12/2023	Sim
36	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	180	Quilograma	R$ 7,8000	26/12/2023	Não
37	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	474	Quilograma	R$ 6,5000	26/12/2023	Não
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	17	Quilograma	R$ 7,9000	26/12/2023	Não
39	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	432	Quilograma	R$ 11,6300	26/12/2023	Sim
40	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	460	Quilograma	R$ 26,0000	26/12/2023	Não
41	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	612	Quilograma	R$ 13,3300	26/12/2023	Sim
42	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	330	Quilograma	R$ 8,7500	22/12/2023	Não
43	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	207	Quilograma	R$ 10,9000	22/12/2023	Não
44	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	105	Quilograma	R$ 8,7500	22/12/2023	Não
45	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	588	Quilograma	R$ 19,0600	22/12/2023	Sim
46	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	9	Quilograma	R$ 14,0000	22/12/2023	Não
47	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	68	Quilograma	R$ 22,0000	22/12/2023	Não
48	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	263	Quilograma	R$ 8,1000	21/12/2023	Não
49	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Quilograma	R$ 27,9000	21/12/2023	Não
50	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	14	Quilograma	R$ 18,8000	21/12/2023	Não

Legenda: ⚠ Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 24/01/2024 10:31

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):
- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150.001/2024
FLS. 136
RUB.

$$D = \sqrt[2]{\frac{\sum_{i=1}^{n}(x-\mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 137
RUB

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PREÇOS COTADOS NA FONTE DE PESQUISA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS
FONTE: PESQUISA DE PREÇOS – COMPRAS.GOV.BR

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	Abobora in natura, tipo madura.	463748	300	Kg	3,50	1.050,00
2	Acelga verde in natura, comum, sem manchas e sem danos às folhas.	463818	950	Kg	4,89	4.645,50
3	Alface in natura, tipo americano.	463830	1950	Unidade	4,15	8.092,50
4	Banana in natura, espécie prata.	464381	19800	Unidade	0,96	19.008,00
5	Batata in natura, tipo inglesa, lavada, lisa de 1ª qualidade.	463754	2900	Kg	5,53	16.037,00
6	Beterraba in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	463767	2250	Kg	4,60	10.350,00
7	Cebola in natura, tipo branca para uso culinário.	463781	2250	Kg	4,50	10.125,00
8	Cenoura in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	463770	3700	Kg	4,50	16.650,00
9	Cheiro verde in natura, composto de cebolinha e coentro.	463881	8500	Molho	3,10	26.350,00
10	Chuchu verde in natura, espécie comum, de 1° qualidade.	463778	1550	Kg	4,53	7.021,50
11	Feijão verde tipo 1, de 1° qualidade.	464556	2750	Kg	14,58	40.095,00
12	Laranja in natura, espécie pera.	464393	1700	Kg	4,48	7.616,00
13	Limão tipo Taiti, in natura.	464393	650	Kg	4,15	2.697,50
14	Maçã in natura, espécie nacional.	464401	2675	Kg	8,68	23.219,00
15	Mamão formosa in natura, sem danos físicos, de 1° qualidade.	464405	1200	Kg	7,96	9.552,00
16	Melancia in natura, espécie redonda, sem danos físicos, de 1° qualidade.	464418	2850	Kg	3,00	8.550,00
17	Melão in natura, espécie amarelo.	464422	1080	Kg	6,17	6.663,60
18	Pepino verde in natura, espécie comum.	463796	1290	Kg	4,47	5.766,30
19	Pimentão verde in natura, sem danos físicos, de 1° qualidade.	463809	1200	Kg	7,17	8.604,00
20	Repolho verde in natura, sem danos nas folhas.	481121	1300	Kg	4,49	5.837,00
21	Tomate vermelho in natura, sem danos físicos, de 1° qualidade.	481106	4600	Kg	8,25	37.950,00
22	Polpa de fruta, sabor: maracujá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464474	1766	Unidade	18,50	32.671,00
23	Polpa de fruta, sabor: cajá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464485	1766	Unidade	12,90	22.781,40
24	Polpa de fruta, sabor: acerola, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464485	1766	Unidade	11,25	19.867,50
25	Polpa de fruta, sabor: goiaba vermelha, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464514	1766	Unidade	9,49	16.759,34
26	Polpa de fruta, sabor: abacaxi, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464468	1766	Unidade	11,12	19.637,92

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

27	Polpa de fruta, sabor: caju, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464511	1766	Unidade	12,58	22.216,28
VALOR TOTAL						**409.813,34**

Trizidela do Vale – MA, 24 de janeiro de 2024.

Natália Santos Dias Vieira
Chefe do Setor de Compras.
Portaria nº 43/2021 – GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos legais, e em conformidade Decreto Municipal nº 02/2023-GP, de 16/01/2023.

1. OBJETO: Contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios - perecíveis (hortifrútis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA).

2. PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 19/01 a 24/01/2024.

3. METODOLOGIA APLICADA: o valor de referência foi aferido por meio da **MEDIANA.**

4. FONTES DE PESQUISA

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando o seguinte parâmetro, observado o art. 6º do Decreto Municipal nº 02/2023-GP, de 16/01/2023:

I – PESQUISA DE PREÇOS: composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, disponível no site (Compras.gov.br - Pesquisa de Precos (serpro.gov.br)).

5. ANÁLISE DA PESQUISA

Considerando o art. 6º do Decreto Municipal 2/2023 foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado por item, a **mediana** dos valores obtidos na pesquisa de preços, sobre um conjunto de no mínimo três preços.

Nos itens **2, 4, 10, 12, 13, 14, 17, 20, 22, 27, foram** utilizados a regra do arredondamento, para facilitar a compreensão das informações, um meio pratico em situações envolvendo inúmeros valores, pois facilita a estimativa do valor geral.

Tendo sido priorizado o inciso I do referido Decreto Municipal citado acima, como fonte de consulta chegou-se ao:

Preço de Referência	**R$ 409.813,34**

6. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Por fim, declaro que todos os preços informados se referem a materiais que atendem à descrição exigida em todas as especificidades do item orçado para compor o Mapa Comparativo de Preços, são verídicas e estão de acordo com a realidade do mercado e me responsabilizo por tal informação.

7. ANEXOS

A documentação comprobatória das pesquisas de preços coletadas integra este processo como documento anexo. Estas informações subsidiaram a elaboração do Mapa de Preços no qual constam as médias das cotações de preços para o estabelecimento dos valores unitários dos itens a serem licitados.

Trizidela do Vale – MA, 24 de janeiro de 2024.

Natália Santos Dias Vieira
Chefe do Setor de Compras.
Portaria n° 43/2021 – GP

DIÁRIO OFICIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE/MA

EXECUTIVO
DATA: 18/01/2023
Volume: 10 - Número: 1473 de 18 de Janeiro de 2023

ISSN 2764-7269

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150.1001/2021
FLS. 142
RUB.

DIÁRIO OFICIAL

APRESENTAÇÃO
É um veículo oficial de divulgação do Poder Executivo Municipal, cujo objetivo é atender ao principio da Publicidade que tem como finalidade mostrar que o Poder Público deve agir com a maior transparência possível, para que a população tenha o conhecimento de todas as suas atuações e decisões.

ACERVO
Todas as edições do Diário Oficial encontram-se disponíveis na forma eletrônica no domínio https://trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php, podendo ser consultadas e baixadas de forma gratuita por qualquer interessado, independente de cadastro prévio.

PERIDIOCIDADE
Todas as edições são geradas diariamente, com exceção aos sábados, domingos e feriados.

CONTATOS
Tel: 99 98276265
E-mail: oficialdiario2021@gmail.com

ENDEREÇO COMPLETO
Avenida Deputado Carlos Melo N°1670 - Aeroporto

RESPONSÁVEL
Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale

Assinado eletronicamente por:
Cristiane Cruz de Freitas
CPF: ***.801.323-**
em 18/01/2023 18:10:33
IP com n°: 192.168.1.118
www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087

ISSN 2764-7269

SUMÁRIO

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 143
RUB.

DECRETO

- FICA APROVADA A INSTRUÇÃO NORMATIVA : 02/2023- DECRETO Nº 02
- DESIGNAÇÃO, A COMPETÊNCIA : 03/2023 - DECRETO Nº 03
- GESTÃO E A FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS CELEBRADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E PELAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL : 04/2023 - DECRETO Nº 04
- REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL: 06/2023 - DECRETO Nº 06
- ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR : 05/2023 - DECRETO Nº 05

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 18/01/2023 18:10:33 - IP com n°: 192.168.1.118
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - FICA APROVADA A INSTRUÇÃO NORMATIVA : 02/2023

DECRETO Nº 02/2023 – GP, DE 16 DE JANEIRO DE 2023.

O PREFEITO DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovada a INSTRUÇÃO NORMATIVA (ANEXO ÚNICO), que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços de referência que irão embasar as contratações, alterações e prorrogações contratuais para aquisição de bens e prestação de serviços comuns, no âmbito da Administração Pública Municipal, Direta e Indireta.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 16 DE JANEIRO DE 2023.
Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 02/2023 - GP

INSTRUÇÃO NORMATIVA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Do objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º - Esta Instrução Normativa dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

§ 1º - O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica às contratações:

I – de obras e serviços de engenharia;

II – de seguro, financiamento, locação de imóveis em que o Poder Público seja locatário e às demais contratações regidas, predominantemente, por norma de Direito Privado;

III – em que a Administração for parte como usuária de serviço público;

IV – quando se tratar de contratações, alterações ou prorrogações contratuais a serem financiadas por organismo internacional que imponha seu método de licitação para concessão do recurso;

V – de locação de mão de obra com dedicação exclusiva, que seguirá o método da composição do preço baseada em planilha de custos.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 144
RUB

§ 2º - Para aferição da vantagem econômica das adesões às atas de registro de preços, bem como da contratação de item específico constante de grupo de itens em atas de registro de preços, deverá ser observado o disposto nesta Instrução Normativa.

Das definições

Art. 2º - Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I – preço coletado: preço obtido na pesquisa mediante a aplicação dos parâmetros definidos no art. 6º, desta Instrução Normativa;

II – preços aceitáveis: preços coletados que se situem nos limites estipulados no art. 10, § 1º, desta Instrução Normativa;

III – cesta de preços: conjunto que obtenha o maior número de preços aceitáveis coletados, não podendo ser inferior a 3 (três);

IV – preço estimado ou de referência: valor obtido a partir de método estatístico aplicado sobre a cesta de preços formada, devendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexequíveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados;

V – preço máximo: valor limite que a Administração se dispõe a pagar por determinado objeto, levando-se em consideração o preço estimado, os aspectos mercadológicos próprios à negociação com o setor público e os recursos orçamentários disponíveis;

VI – sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada;

VII – intervalo temporal: período considerado para a realização da pesquisa, tomando-se por base a primeira e a última data de referência dos preços aceitáveis obtidos para formação da cesta de preços;

VIII – abrangência espacial: localização geográfica dos órgãos e entidades da Administração Pública pesquisados para obtenção de preços aceitáveis para formação da cesta de preços;

IX – nota técnica: opinião técnica da Controladoria Geral do Município sobre o preço de determinado bem ou serviço, fundamentada após ampla pesquisa de mercado realizada nos parâmetros estipulados no art. 6°, desta Instrução Normativa, que norteará as manifestações dos servidores responsáveis pela coleta de preços por, no mínimo, 12 (doze) meses da sua publicação até ser revisada por outra de igual teor;

X – preço contratado: é o preço obtido pela Administração após descontos obtidos sobre o preço de referência;

XI – data da pesquisa de preços: data em que o servidor ou equipe responsável realizou a coleta de preços para

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 18/01/2023 18:10:33 - IP com nº: 192.168.1.118
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 145
RUB.

formação das cestas;

XII – data de referência: data a ser considerada de cada preço coletado para formação da cesta de preços;

XIII – data da análise: data da manifestação técnica definitiva da Controladoria Geral do Município no âmbito do processo;

XIV – preço inexequível: preço coletado situado abaixo do limite inferior, definido no inciso IV, do § 1º, do art. 10, desta Instrução Normativa;

XV – preço excessivamente elevado: preço coletado situado acima do limite superior, definido no inciso V, do § 1º, do art. 10, desta Instrução Normativa;

XVI – preço inconsistente: preço coletado que, após aplicação dos procedimentos descritos no § 1º, do art. 10, desta Instrução Normativa, revele-se incompatível com a cesta de preços aceitáveis. § 1º Para efeito do disposto no inciso XII, deste artigo, considerar-se-á como data de referência:

a) – preço público oriundo de pregão: data de homologação do certame;

b) – preço público oriundo de contrato: data de assinatura do instrumento contratual ou do respectivo termo aditivo;

c) – preço pesquisado em sítios de domínio amplo, sítios ou mídias especializadas: data de acesso ao respectivo sítio ou mídia;

d) – preço coletado junto a possíveis fornecedores: data de apresentação da respectiva proposta pelo fornecedor.

Parágrafo Único - Os valores obtidos na pesquisa de preços realizada com base nesta Instrução Normativa serão considerados "preços de referência", quando se tratar de um processo licitatório e, em se tratando de análise de prorrogação contratual, considerar-se-ão "preços máximos".

CAPÍTULO II

ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇO

Da formalização

Art. 3º - A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I – descrição do objeto a ser contratado;

II – identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III – caracterização das fontes consultadas;

IV – série de preços coletados e número de preços consultados na formação da cesta;

V – intervalo temporal e abrangência espacial de cada cesta de preços;

VI – método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VII – justificativa para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VIII – memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

IX – justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV, do art. 6º, desta Instrução Normativa.

Art. 4º - Para cada item integrante do rol de produtos ou serviços, objeto da contratação, alteração ou prorrogação contratual, deverá ser feita uma pesquisa de preços específica, de modo a colher evidências adequadas e suficientes para apuração dos preços de referência.

§ 1º - É dever do servidor ou equipe responsável apensar ao respectivo processo de contratação, alteração ou prorrogação contratual a documentação com as evidências da pesquisa realizada.

§ 2º - Considera-se suficiência uma medida relativa à quantidade de evidência, enquanto a adequação relaciona-se com a qualidade da evidência, sua relevância, validade e confiabilidade.

§ 3º - Considera-se item uma unidade de produto ou serviço com a respectiva descrição.

Dos critérios

Art. 5º - Sempre que possível, a pesquisa de preços deverá observar as condições comerciais praticadas, incluindo critérios objetivos que possam aprimorar a adequação dos preços pesquisados à situação sob análise:

I – prazos e locais de entrega;

II – instalação e montagem do bem ou execução do serviço;

III – formas de pagamento, garantias exigidas e custos de distribuição;

IV – marcas e modelos disponíveis no mercado, em especial, quando houver diversos fabricantes;

V – padrão de qualidade e desempenho do bem ou serviço;

VI – volume negociado, considerando os prováveis efeitos de uma economia de escala em razão da quantidade adquirida.

Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com a metodologia estabelecida pela Controladoria Geral do Município.

Dos parâmetros

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 18/01/2023 18:10:33 - IP com nº: 192.168.1.118
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087

Art. 6º - A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou Banco de Preços em Saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II – contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive, quando se tratar de composição de preço por custos unitários, na seguinte ordem de prioridade:

a) contratações ou atas de registro de preços vigentes de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Município de Trizidela do Vale;

b) contratações ou atas de registro de preços vigentes de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, de quaisquer entes federados ou esferas de Poder, sediados no Município de Trizidela do Vale;

c) contratações ou atas de registro de preços vigentes de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, de quaisquer entes federados ou esferas de Poder, sediados no Estado do Maranhão;

d) contratações ou atas de registro de preços vigentes de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, de quaisquer entes federados ou esferas de Poder, sediados na Região Nordeste do Brasil;

e) contratações ou atas de registro de preços vigentes de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, de quaisquer entes federados ou esferas de Poder, sediados nos demais estados da federação ou no Distrito Federal.

III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo dos entes federados e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV – pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e -mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V – pesquisa em base oficial de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.

§ 1º - O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, tomando por base a média saneada do conjunto de dados pesquisados com, no mínimo, 3 (três) preços aceitáveis, considerados aqueles constantes de bancos de dados públicos, as quantidades a serem contratadas, a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 2º - Os preços serão pesquisados observando-se a ordem de prioridade do caput.

PREFEITURA MUNICIPAL
PROC. 150001/2024
FLS. 146

§ 3º - Em caso de impossibilidade de aplicação do disposto no § 2º, deste artigo, deverão ser apresentadas as devidas justificativas nos autos e observada a ordem disposta no caput.

§ 4º - Somente devem ser considerados preços cuja data de referência esteja compreendida no intervalo de até 12 (doze) meses de antecedência da data da pesquisa de preços, salvo em caso de exigência de prazo inferior.

§ 5º - A pesquisa de preços deve ser formalizada com a utilização de, pelo menos, 2 (dois) dos parâmetros indicados no caput, à exceção de preços coletados conforme os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, deste artigo.

§ 6º - Em caso de impossibilidade de aplicação do disposto no § 5º, deste artigo, deverão ser apresentadas as devidas justificativas nos autos.

§ 7º - O resultado da pesquisa de preços poderá ser aplicado aos processos licitatórios cujas sessões se realizem em até 12 (doze) meses depois, ressalvados os preços estipulados pelo inciso II, deste artigo, que podem ser utilizados enquanto vigentes.

Art. 7º - Quando a pesquisa de preços for realizada em sítios de domínio amplo, nos termos do inciso III, do art. 6º, desta Instrução Normativa, deverá ser observado o seguinte:

I – não devem ser utilizados como fonte de pesquisa sítios de troca, de intermediação de vendas ou de leilão;

II – não devem ser coletados preços promocionais, por não representarem o comportamento normal do mercado;

III – devem incluir o frete no preço final do produto, de modo que a precificação do item inclua o seu custo de distribuição.

Art. 8º - Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, do art. 6º, desta Instrução Normativa, deverá ser observado:

I – prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II – obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 18/01/2023 18:10:33 - IP com nº: 192.168.1.118
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 147
RUB

contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III – informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 5º, desta Instrução Normativa, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado;

IV – registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV, do art. 6º, desta Instrução Normativa;

V – as empresas pesquisadas devem atuar no ramo pertencente à contratação desejada, o que deve ser comprovado mediante consulta à Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE vinculada ao CNPJ do proponente;

VI – inexistência de vínculo entre os sócios e administradores das empresas pesquisadas.

Parágrafo único. Sempre que houver ampla competição no mercado, devem ser utilizados fornecedores que ainda não tenham participado de pesquisa de preços recente.

Art. 9º - Para fins de pesquisas com possíveis fornecedores, nos termos do inciso IV, do art. 6º, deverão ser obtidas propostas formais, contendo, no mínimo, o disposto nas alíneas do inciso II, do art. 8º, desta Instrução Normativa.

Da metodologia para obtenção do preço estimado

Art. 10. - Será utilizado, como método para obtenção do preço estimado, o cálculo da média saneada dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos dos parâmetros de que trata o art. 6º, desta Instrução Normativa, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º - Para cálculo da média saneada, será dado tratamento estatístico aos preços unitários coletados de acordo com os seguintes passos:

I – tabulação dos preços coletados por item;

II – cálculo, por item, do valor da média (X) e do desvio-padrão (S) da série de dados;

III – cálculo do coeficiente de variação (CV) da série de dados, obtido pela divisão entre o desvio padrão (S) e a média (X);

IV – definição do limite inferior da série de dados, dado pela diferença entre a média (X) com o desvio padrão (S);

V – definição do limite superior da série de dados, dado pela soma entre a média (X) com o desvio padrão (S);

VI – eliminação dos valores situados abaixo do limite inferior e acima do limite superior da série de dados, calculados conforme incisos IV e V, deste parágrafo, por representarem preços manifestamente inexequíveis, desarrazoados ou excessivamente elevados;

VII – cálculo da média dos valores remanescentes da série de dados após o procedimento do inciso VI, deste parágrafo.

§ 2º - Para fins de cálculo da média saneada, devem ser utilizadas duas casas decimais.

§ 3º - Caso o coeficiente de variação (CV) seja inferior a 25%, a série de dados será considerada homogênea e serão dispensados os procedimentos descritos nos incisos IV, V e VI, do § 1º, deste artigo, realizando-se a média aritmética de todos seus os valores.

§ 4º - Caso a realização do procedimento previsto no inciso VI, do § 1º, deste artigo, resulte em cesta composta por menos de 3 (três) preços aceitáveis, a pesquisa deverá ser refeita, somente sendo admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços mediante justificativa nos autos do gestor responsável e aprovação pela autoridade competente.

§ 5º - Após o tratamento estatístico de que trata o § 1º, deste artigo, o preço estimado da contratação, de forma a considerar a atratividade do mercado e a mitigar o risco de sobrepreço, poderá ser obtido, ainda, acrescentando-se ou subtraindo-se determinado percentual à média saneada calculada.

§ 6º - Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável, aprovados pela autoridade competente e, posteriormente, pela Controladoria Geral do Município.

CAPÍTULO III
CONTRATAÇÃO DIRETA

Art. 11. - Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 6º, desta Instrução Normativa.

§ 1º - Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 6º, desta Instrução Normativa, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º - Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º - Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 18/01/2023 18:10:33 - IP com nº: 192.168.1.118
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087

§ 4º - Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II, do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º - O procedimento do § 4º, deste artigo, será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Das orientações gerais

Art. 12. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação que adote como critério de julgamento o maior desconto.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 16

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - DESIGNAÇÃO, A COMPETÊNCIA : 03/2023

DECRETO Nº 03/2023 – GP, DE 16 DE JANEIRO DE 2023.
Regulamenta, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a designação, a competência e a atuação dos agentes de contratação, das equipes de apoio e das comissões de contratação nas licitações e contratos no âmbito dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Trizidela do Vale-MA.
O PREFEITO DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente no § 3º do seu art. 8º :

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A designação, a competência e a atuação dos agentes de contratação, das equipes de apoio e das comissões de contratação nas licitações e nos contratos no âmbito dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta, autárquica e fundacional, regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão regulamentadas por este Decreto.

Parágrafo único. A designação, a competência e a atuação dos gestores e dos fiscais de contratos serão disciplinadas em regulamento próprio.
Art. 2º - Para os fins do disposto neste Decreto, serão adotadas as denifições trazidas no art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 /2021
FLS. 148
RUB.

CAPÍTULO II

DOS AGENTES DE CONTRATAÇÃO, DAS COMISSÕES DE CONTRATAÇÃO E DAS EQUIPES DE APOIO

Seção I

Dos Agentes de Contratação

Art. 3º - Os agentes de contratação serão designados pela autoridade competente do órgão ou da entidade, dentre os servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública do Poder Executivo Municipal, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame, desde a fase preparatória até a homologação.

§ 1º - Nas contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, as atividades descritas no caput deste artigo deverão ser exercidas por 1 (um) agente de contratação para a fase interna e por 1 (um) agente de contratação para a fase externa da licitação, salvo nas hipóteses em que a modalidade de licitação possuir disciplina própria sobre a matéria.

§ 2º - O agente de contratação da fase interna será responsável pela fase preparatória.

§ 3º - O agente de contratação da fase externa será responsável pelas fases de:

I - divulgação do edital, no caso de licitação;

II - apresentação de propostas e lances;

III - julgamento;

IV - habilitação;

V - recurso.

§ 4º - A critério da autoridade competente, o agente de contratação poderá ser designado:

I - para um procedimento específico, considerando a especialidade ou a complexidade do objeto da contratação;

II - para diversos procedimentos de contratações a serem realizadas, mediante identificação por períodos:

a) determinado, admitidas sucessivas designações; ou

b) indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.
§ 5º - Na hipótese de vários servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública do Poder Executivo Municipal terem sido nominados como agentes de contratação, a escolha dar-se-á mediante rodízio, ressalvados os casos de designação em razão da especialidade ou da

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 18/01/2023 18:10:33 - IP com nº: 192.168.1.118
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087

PREFEITURA DE TRIZIDELA DO VALE

Trabalho e desenvolvimento

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150101/2024
FLS. 149
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MEMORANDO SOLICITANDO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ao Senhor
José Willian da Silva Figueiredo
MD Contador
Nesta

Assunto: Contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios - perecíveis (hortifrútis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA).

Prezado Contador,

Pelo presente solicito a esse setor contábil que informe a dotação orçamentária para ocorrer a despesa referente a contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios - perecíveis (hortifrútis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA).

Órgãos Interessados:

- Secretaria Municipal de Administração
- Fundo Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Assistencia Social/Fundo Municipal de Assitencia Social
- Secretaria Municipal de Educação

Trizidela do Vale/MA, 24 de janeiro de 2024.

Enóque de Sá Barreto Filho
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 02/2021-GP

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150101/2024
FLS. 150
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

PREVISÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ao Sr.
Enoque de Sá Barreto Filho
Secretário Municipal de Administração
Nesta.

Conforme solicitação e em atendimento a Lei 14133/2021 e suas alterações posteriores, informamos a Vossa Senhoria a existência de dotação orçamentária para atender as despesas **referente a contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios - perecíveis (hortifrútis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA),** e que serão certificados por ocasião de cada contratação.

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

ORGÃO: 02 Poder Executivo
UNIDADE GESTORA: 0215 Secretaria Municipal de Administração
FUNÇÃO: 04 – Administração
SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral
PROGRAMA: 0003 – Gestão Política Administrativa
PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 Manutenção da Secretaria de Administração
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500000000 Recursos não vinculados de Impostos

- **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0202 – Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO: 10 – Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 – Atenção Básica
PROGRAMA: 0016 – Gestão Saúde
PROJETO/ATIVIDADE: 2.103 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
FONTE: 1600000000 – Transferência SUS Bloco de manutenção

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2024
FLS. 151
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0219 – Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0026 – Proteção Social Básica
PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
FONTE: 1500000000 – Recursos não vinculados de impostos

- **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0208 – Fundo Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0026 – Proteção Social Básica
PROJETO/ATIVIDADE: 2.117 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
FONTE: 1660000000 – Transferências de recursos do FNAS

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

ORGÃO: 02 Poder Executivo
UNIDADE GESTORA: 0222 Secretaria Municipal de Educação
FUNÇÃO: 12 – Educação
SUB-FUNÇÃO: 122– Administração Geral
PROGRAMA: 0083 – Gestão Administrativa
PROJETO/ATIVIDADE: 2.066 Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
FONTE DE RECURSO: 1500100100 Receitas de imposto e transf. - Educação

E que serão certificados por ocasião de cada contratação

Trizidela do Vale - MA, 24 de Janeiro de 2024.

Jose Willian da Silva Figueredo
Contador do Município
CRC-MA: 014809/O-2

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150101/2024
FLS. 152
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01.558.070/0001-22
END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 – AEROPORTO-65727-000
TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 207/2021-GP. De 01 de março de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE – ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR – **JOSÉ WILLIAN DA SILVA FIGUEREDO** portador do CPF n° 611.014.913-61, para o Cargo Contador do Município, observadas as competências constantes das leis de estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 01 de março de 2021.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, 01 DE MARÇO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 153
RUB.

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 883 de 4 de Março de 2021

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - Exoneração : 13/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, na conformidade do art. 66, incisos VI e IX, Art. 38, II, *a*, da Lei Orgânica do Município.
Art. 1º - Fica exonerada a nomeação da Servidora - **ÉRICA FERNANDA DA LUZ ARAÚJO,** do cargo de Contadora do Município de Trizidela do Vale/MA.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, 01 DE MARÇO DE 2021.
Deibson Pereira Freitas
Prefeito

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 207/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas.
RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR - **JOSÉ WILLIAN DA SILVA FIGUEREDO** portador do CPF nº 611.014.913-61, para o Cargo Contador do Município, observadas as competências constantes das leis de estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 01 de março de 2021.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, 01 DE MARÇO DE 2021.
Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 154
RUB

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios – hortifrúti, de forma parcelada, de interesse da Administração Municipal de Trizidela do Vale (MA).

Na qualidade de ordenador de despesa da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO do município de TRIZIDELA DO VALE-MA, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da lei complementar n° 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA), Plano Plurianual de Investimentos (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

Trizidela do Vale (MA), 24 de janeiro de 2024.

Enoque de Sá Barreto Filho
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 02/2021-GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei 14.133, 1º de abril de 2021
Processo Administrativo nº 1501001/2024

1. OBJETO

1.1. Contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrutis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA).

1.2. A demanda de consumo previsto encontra-se demonstrando abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	Abobora in natura, tipo madura.	463748	300	Kg	3,50	1.050,00
2	Acelga verde in natura, comum, sem manchas e sem danos às folhas.	463818	950	Kg	4,89	4.645,50
3	Alface in natura, tipo americano.	463830	1950	Unidade	4,15	8.092,50
4	Banana in natura, espécie prata.	464381	19800	Unidade	0,96	19.008,00
5	Batata in natura, tipo inglesa, lavada, lisa de 1ª qualidade.	463754	2900	Kg	5,53	16.037,00
6	Beterraba in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	463767	2250	Kg	4,60	10.350,00
7	Cebola in natura, tipo branca para uso culinário.	463781	2250	Kg	4,50	10.125,00
8	Cenoura in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	463770	3700	Kg	4,50	16.650,00
9	Cheiro verde in natura, composto de cebolinha e coentro.	463881	8500	Molho	3,10	26.350,00
10	Chuchu verde in natura, espécie comum, de 1º qualidade.	463778	1550	Kg	4,53	7.021,50
11	Feijão verde tipo 1, de 1° qualidade.	464556	2750	Kg	14,58	40.095,00
12	Laranja in natura, espécie pera.	464393	1700	Kg	4,48	7.616,00
13	Limão tipo Taiti, in natura.	464393	650	Kg	4,15	2.697,50
14	Maçã in natura, espécie nacional.	464401	2675	Kg	8,68	23.219,00

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

15	Mamão formosa in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	464405	1200	Kg	7,96	9.552,00
16	Melancia in natura, espécie redonda, sem danos físicos, de 1º qualidade.	464418	2850	Kg	3,00	8.550,00
17	Melão in natura, espécie amarelo.	464422	1080	Kg	6,17	6.663,60
18	Pepino verde in natura, espécie comum.	463796	1290	Kg	4,47	5.766,30
19	Pimentão verde in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	463809	1200	Kg	7,17	8.604,00
20	Repolho verde in natura, sem danos nas folhas.	481121	1300	Kg	4,49	5.837,00
21	Tomate vermelho in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	481106	4600	Kg	8,25	37.950,00
22	Polpa de fruta, sabor: maracujá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464474	1766	Unidade	18,50	32.671,00
23	Polpa de fruta, sabor: cajá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464485	1766	Unidade	12,90	22.781,40
24	Polpa de fruta, sabor: acerola, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464485	1766	Unidade	11,25	19.867,50
25	Polpa de fruta, sabor: goiaba vermelha, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464514	1766	Unidade	9,49	16.759,34
26	Polpa de fruta, sabor: abacaxi, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464468	1766	Unidade	11,12	19.637,92
27	Polpa de fruta, sabor: caju, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464511	1766	Unidade	12,58	22.216,28

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 40, de 09 de agosto de 2022.

1.4. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 9 (nove) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. ESTIMATIVA DE CONSUMO DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

2.1.1. Secretaria Municipal de Administração;

2.1.2. Fundo Municipal de Saúde;
2.1.3. Secretaria Municipal de Educação;
2.1.4. Fundo Municipal de Assistência Social;
2.1.5. Secretaria Municipal de Assistência Social.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UND	SEMAD	FMS	SEMED	FMAS	SEMAS
				QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE
1	Abobora in natura, tipo madura.	Quilo	300				300	
2	Acelga verde in natura, comum, sem manchas e sem danos às folhas.	Quilo	950	250	350	150	150	50
3	Alface in natura, tipo americano.	Unidade	1950	400	750	400	300	100
4	Banana in natura, espécie prata.	Unidade	19800	3000	7200	3600	3000	3000
5	Batata in natura, tipo inglesa, lavada, lisa de 1ª qualidade.	Quilo	2900	500	1000	400	500	500
6	Beterraba in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	Quilo	2250	250	800	200	500	500
7	Cebola in natura, tipo branca para uso culinário.	Quilo	2250	300	600	350	500	500
8	Cenoura in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	Quilo	3700	500	1000	600	1000	600
9	Cheiro verde in natura, composto de cebolinha e coentro.	Molho	8500	1000	5000	1000	1000	500
10	Chuchu verde in natura, espécie comum, de 1º qualidade.	Quilo	1550	150	500	150	500	250
11	Feijão verde tipo 1, de 1° qualidade.	Quilo	2750	500	1000	500	500	250
12	Laranja in natura, espécie pera.	Quilo	1700	250	750	250	450	
13	Limão tipo Taiti, in natura.	Quilo	650	150	300	100	100	
14	Maçã in natura, espécie nacional.	Quilo	2675	200	1000	600	500	375
15	Mamão formosa in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	Quilo	1200	300	400	200	200	100
16	Melancia in natura, espécie redonda, sem	Quilo	2850	250	800	800	500	500

	danos físicos, de 1º qualidade.							
17	Melão in natura, espécie amarelo.	Quilo	1080	150	400	280	150	100
18	Pepino verde in natura, espécie comum.	Quilo	1290	250	600	200	150	90
19	Pimentão verde in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	Quilo	1200	150	350	300	300	100
20	Repolho verde in natura, sem danos nas folhas.	Quilo	1300	200	500	250	250	100
21	Tomate vermelho in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	Quilo	4600	400	2000	800	1000	400
22	Polpa de fruta, sabor: maracujá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	Unidade	1766	420	830	230	156	130
23	Polpa de fruta, sabor: cajá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	Unidade	1766	420	830	230	156	130
24	Polpa de fruta, sabor: acerola, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	Unidade	1766	420	830	230	156	130
25	Polpa de fruta, sabor: goiaba vermelha, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	Unidade	1766	420	830	230	156	130
26	Polpa de fruta, sabor: abacaxi, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	Unidade	1766	420	830	230	156	130
27	Polpa de fruta, sabor: caju, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	Unidade	1766	420	830	230	156	130

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Justifica-se a presente aquisição, em virtude que esta Secretaria Municipal de Administração é responsável por desenvolver inúmeras atividades, dentre elas reuniões com secretariado, autoridades, colaboradores, público externo em geral dentre outros eventos realizados por esta Unidade Administrativa.

3.2. A presente aquisição faz-se necessária para atendimento à demanda das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação. Essa futura e eventual aquisição é para supri as necessidades durante o exercício de 2024.

3.3. A Secretaria Municipal de Assistência Social, necessita adquirir gêneros alimentícios, com a finalidade de garantir a continuidade e manutenção das atividades desenvolvidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, Centro de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV, IGD-SUAS e o Programa Criança Feliz do município de Trizidela do Vale/MA.

3.4. A falta de alimentação dentro da Unidade Hospitalar, causará um caos para Administração Pública Municipal de Trizidela do Vale/MA. Sendo que pacientes internados, debilitados, que diariamente são acompanhados pela divisão de nutrição da unidade, que realizam dieta balanceada levando em consideração a situação de saúde/doença dos mesmos, não terão como se alimentar na unidade, como também, não terão como serem removidos, o que poderá causar a morte.

3.5. Ressaltamos que além dos pacientes, também ficariam sem alimentação os plantonistas, profissionais de saúde que trabalham dentro da Unidade Hospitalar de Trizidela do Vale/MA, e sua permanência dentro das mesmas é de suma importância para o bom atendimento aos pacientes.

3.6. Diante do exposto faz-se necessário a aquisição dos produtos, para supri as necessidades das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Trizidela do Vale/MA.

3.7. Ademais, destaca-se que as demandas foram apresentadas no **DFDs nº 150101/2024; 150102/2024; 150103/2024 e 150104/2024** e aprovada por meio de despacho da Autoridade competente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

3.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.1.1 Será dada prioridade as contratações através de microempresas e empresas de pequeno porte;

3.1.2 Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições para o consumo humano, devendo ser selecionados, embalados nas quantidades, especificações e prazos solicitados, seguindo as Normas Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Elaboração";

3.1.3 "Nas embalagens dos produtos deverão constar impressos: identificação do produto e do estabelecimento de origem, peso líquido, data de industrialização, prazo de validade, número de lote (se for o caso) registro em órgão de Fiscalização Federal (se for o caso) ".

Indicação de marcas ou modelos:

3.2 Na presente contratação será admitida a indicação de marcas, objetivando garantir que os produtos ofertados sejam de boa qualidade.

Da vedação de contratação de marca do produto:

3.3 Não haverá vedação de marcas para os produtos, desde que as mesmas sejam de boa qualidade e atendam as descrições dos itens.

Da exigência de amostra

3.4 Só serão exigidos a apresentação de amostras para os produtos que apresentarem marcas desconhecidas no mercado e ou que haja a dúvida de que não atendem aos requisitos da contratação.

3.5 Caso seja solicitada a apresentação de amostra para os produtos, as mesmas deverão ser apresentadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da solicitação, no local e horário designados.

3.6 É facultada a prorrogação do prazo ora estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

3.7 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

3.8 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

3.8.1 O atendimento as especificações técnicas do edital;

3.8.2 A qualidade, integralidade, sabor do produto;

3.9 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

3.10 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s), caso necessário, e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

3.11 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

3.12 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não será exigida a garantia da contratação

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condição de Entrega

5.1. Os itens deverão estar de acordo com as especificações da proposta de preço apresentada.

5.2. O prazo para fornecimento do objeto desta contratação será de **2 (dois) dias**, contados do recebimento da ordem de fornecimento.

5.3. O fornecedor está sujeito à fiscalização dos itens no ato da entrega reservando-se o responsável pelo recebimento o direito de não receber, caso não se encontre em condições satisfatórias.

Local de entrega dos produtos

5.4. Os itens deverão ser entregues no endereço indicado pela Secretaria solicitante, constante na ordem de compra, no Município de Trizidela do Vale/MA.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. Compete aos fiscais de contratos a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual, e especialmente: (Art. 16 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023).

I - agir com transparência e observando, rigorosamente, os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes;

II - conhecer o inteiro teor de editais e de seus anexos, de atas de registro de preços, de instrumentos contratuais e de todos os seus anexos, especialmente o projeto básico/termo de referência, além de eventuais aditivos e apostilamentos;

III - manter registro de ocorrências, em meio físico ou informatizado, para lançar as ocorrências relacionadas à execução do contrato, as inspeções periódicas realizadas, as faltas verificadas, as providências exigidas e as recomendações efetuadas, bem como as soluções adotadas pela contratada;

IV - avaliar e acompanhar, rotineiramente, a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues, verificando o atendimento das especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência e na proposta, assim como os prazos de entrega/execução e de conclusão;

V - assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

VI - certificar-se de que:

a) contratada é quem executa o contrato;

b) existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas no contrato;

VII - verificar se a contratada mantém um responsável técnico acompanhando as obras e os serviços, quando assim determinar o contrato;

VIII - atestar, em documento hábil, juntamente com os gestor(es) de contratos, o fornecimento ou a entrega de bens e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado, recusando-os quando irregulares ou em desacordo com as condições estabelecidas;

IX - receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com o documento fiscal, ao(s) gestor(es) do contrato que, após conferência, remeterá(ão) a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

X - apresentar, periodicamente ou quando necessário, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução dos serviços ou dos bens entregues, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

XI - atuar, com eficiência e celeridade, na solução dos problemas que porventura venham a ocorrer ao longo da execução contratual, encaminhando as questões que ultrapassarem sua competência ao(s) gestor(es) do contrato ou à autoridade competente;

XII - observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o(s) gestor(es) do contrato, prazo razoável para a medida saneadora;

XIII - providenciar, exclusivamente por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico nos casos em que tenha dúvidas sobre a providência a ser adotada ou necessidade de conhecimento técnico específico, assim como nas questões que ultrapassem o âmbito de suas atribuições;

XIV - indicar, expressamente, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados em razão da inexecução ou da má execução do contrato, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou do documento equivalente;

XV - dar ciência ao(s) gestor(es) do contrato acerca da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as justificativas apresentadas pela contratada;

XVI - comunicar, formalmente, ao(s) gestor(es) do contrato o inadimplemento parcial ou total do que foi pactuado, registrando as providências adotadas para fins de materialização dos fatos que possam levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual;

XVII - comunicar ao(s) gestor(es) do contrato, formalmente e com antecedência, o afastamento das atividades de fiscalização para que, caso necessário, seja designado seu substituto;

XVIII - informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, sobre quaisquer situações que demandem decisão ou providência que ultrapasse sua competência

Gestor do Contrato

6.7. Compete aos gestores de contratos o exercício de atividades gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas à gestão da execução dos contratos, e especialmente: (Art. 15 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023).

6.7.1. acompanhar a celebração e a execução dos contratos e dos termos aditivos, com a coleta das assinaturas, providenciando, posteriormente, a juntada dos comprovantes de publicação do extrato e o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado, pelo sistema, quando for o caso; (Art. 15 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023, inciso III)

6.7.2. instruir o processo com informações, dados e requerimento/manifestação da contratada pertinentes à alteração de valores do contrato, em razão de reajuste de preços, revisão ou de alteração do objeto, para acréscimo ou supressão, e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão; (Art. 15 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023, inciso XV).

6.7.3. adotar as medidas preparatórias para a aplicação de sanções e para a rescisão contratual, conforme previsão contida no edital e/ou no instrumento contratual, ou ainda, na legislação de regência, com aprovação da autoridade competente; (Art. 15 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023, inciso XXIV)

6.7.4. certificar-se de que a contratada mantém, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários à comprovação da manutenção das referidas condições; (Art. 15 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023, inciso XXV)

6.7.5. constituir o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública Municipal; (Art. 15 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023, inciso XXX).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os gêneros alimentícios serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os gêneros alimentícios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.s sistemas para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.28. Os documentos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação técnica

8.30. Comprovação de aptidão para execução do objeto, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente.

8.30.1. Atestado de Capacidade Técnica, expedido em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou vem fornecendo adequado em quantidades e qualidade semelhante ao objeto da presente licitação. (mínimo de 10% do quantitativo referente ao item que a empresa esteja concorrendo.

8.30.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante ou da pessoa física.

8.32. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.33. Alvará Sanitário emitido por órgão competente.

8.33.1. O Alvará sanitário será exigido somente da empresa vencedora, por ocasião da assinatura do Termo de Contrato.

8.34. Declaração veicular para transporte de alimentos, será exigido somente da empresa vencedora, por ocasião da assinatura do Termo de Contrato.

9. DA COMPROVAÇÃO DE MICROEMP0RESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.1 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

I – Empresas optantes pelo Simples de Tributação:

9.2 Comprovação de opção pelo simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, http://www.receita.fazenda.gov.br\pessoajuridica\simples\simples.htm;

9.3 Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

II – Empresas não optantes pelo Simples de Tributação:

9.4 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

9.5 Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE.

9.6 Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

9.7 Cópia do Contrato Social e suas alterações

9.8 Declaração firmada pelo representante legal da empresa de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

9.9 Os documentos relacionados no subitem 9.1, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da instrução Normativa do DNRC (Departamento Nacional de Registro do Comércio) nº 103, publicada no D.O (Diário Oficial) no dia 22 de maio de 2007.

9.10 As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 9.10.1 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultada à Administração a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R$.409.813,34 (quatrocentos e nove mil e oitocentos e treze reais e trinta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. (**item 1.1.).**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação.

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0215 – Secretaria Municipal de Administração
FUNÇÃO: 04 - Administração
SUBFUNÇÃO: 122 – Administração Geral
PROGRAMA: 0003 – Gestão Política Administrativa
PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 – Manutenção da Secretaria de Administração
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE: 1500000000 – Recursos não vinculados de Impostos

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0222 – Secretaria Municipal de Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 122 – Administração Geral
PROGRAMA: 0083 – Gestão Administrativa
PROJETO/ATIVIDADE: 2.066 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE: 1500100100 – Receita de imposto e trans. – Educação

- **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0202 – Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO: 10 – Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 – Atenção Básica
PROGRAMA: 0016 – Gestão Saúde
PROJETO/ATIVIDADE: 2.103 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE: 1600000000 – Transferência SUS Bloco de manutenção

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ORGÃO: 02 Poder Executivo
UNIDADE GESTORA: 0219 Secretaria Mun. de Assistência Social
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social
SUB-FUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0026 – Proteção Social Básica
PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 Manutenção da Secretaria de Assistência Social
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE: 1500000000 – Recursos não vinculados de Impostos

- **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 171
RUB

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0208 – Fundo Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0026 – Proteção Social Básica
PROJETO/ATIVIDADE: 2.117 – Manutenção da Fundo de Assistência Social
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE: 1660000000 – Transferência de Recurso do FNAS

Trizidela do Vale, 19 de março de 2024

Natália Santos Dias Vieira
Chefe do Setor de Compras
Portaria nº 43/2021-GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Com fundamento legal, **APROVO** o Termo de Referência, bem como **AUTORIZO** a realização da licitação para o fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (HORTIFRUTIS), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA), com observância aos dispositivos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 63/2021-GP, de 29/11/2021 e demais legislações correlatas
\

Em: 19/03/2024

Enoque de Sá Barreto Filho
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 02/2021-GP

Fabiana Meireles do Nascimento Medeiros
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 08/2021-GP

Maria Sônia Silva Abreu
Secretário Municipal de Educação
Portaria nº 01/2021-GP

Maria Rosilene Silva
Secretário Municipal de Assistência Social
Portaria nº 06/2021-GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE INICIO DO PROCESSO LICITATÓRIO
LEI 14.133, 1° DE ABRIL DE 2021.

Pelo presente instrumento, autorizo este processo administrativo que originará o processo licitatório nas condições abaixo.

1. Do processo:
1.1. Processo Administrativo nº 1501001/2024
1.2. Modalidade: Pregão Eletrônico
1.3. Requisitante:
- Secretaria Municipal de Administração;
- Secretaria Municipal de Saúde/ Fundo Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência Social/ Fundo Municipal de Assistência Social e
- Secretaria Municipal de Educação/MDE

2. Do objeto:
2.1. Descrição: Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios – hortifrúti, de forma parcelada, de interesse da Administração Municipal de Trizidela do Vale (MA).

Pelo presente instrumento, autorizo à Egrégia Comissão Permanente de Licitação a instaurar processo licitatório, para a Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios – hortifrúti, de forma parcelada, de interesse da Administração Municipal de Trizidela do Vale (MA), oriundo do processo administrativo nº 1501001/2024, devidamente protocolado, autuado e numerado.

Trizidela do Vale (MA), 19 de março de 2024.

Enoque de Sá Barreto Filho
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 02/2021-GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO ENCAMINHANDO PROCESSO

Nº 1501001/2024

DA:
Secretaria Municipal de Administração.

PARA:
Comissão de Contratação

ASSUNTO:
Encaminho os autos deste processo administrativo para as providências cabíveis.

Enoque de Sá Barreto Filho
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 02/2021-GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

AUTUAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO LEI 14.133, 1º DE ABRIL DE 2021.

Pelo presente instrumento, autuamos este processo licitatório nas condições abaixo:

DA ORIGEM DA LICITAÇÃO:

Processo Administrativo n° 1501001/2024
Modalidade: Pregão Eletrônico
Requisitante/interessado:

- Secretaria Municipal de Administração;
- Fundo Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência Social/ Fundo Municipal de Assistência Social e
- Secretaria Municipal de Educação

DO OBJETO:

- **Descrição:** Contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrútis), de forma parcelada, de interesse da Administração Municipal de Trizidela do Vale (MA).

DO VALOR ESTIMADO:

R$ 409.813,34 (quatrocentos e nove mil e oitocentos e treze reais e trinta e quatro centavos).

DAS CONDIÇÕES GERAIS:

- Observar / Justificativas de interesse: O fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrútis) propõe-se, em atender as necessidades da administração pública municipal de Trizidela do Vale – MA.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- As despesas para atender ao objeto deste processo ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária, conforme abaixo especificado:

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

ORGÃO: 02 Poder Executivo
UNIDADE GESTORA: 0215 Secretaria Municipal de Administração
FUNÇÃO: 04 – Administração
SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

PROGRAMA: 0003 – Gestão Política Administrativa
PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 Manutenção da Secretaria de Administração
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 1500000000 Recursos não vinculados de Impostos

- **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0202 – Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO: 10 – Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 – Atenção Básica
PROGRAMA: 0016 – Gestão Saúde
PROJETO/ATIVIDADE: 2.103 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
FONTE: 1600000000 – Transferência SUS Bloco de manutenção

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0219 – Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0026 – Proteção Social Básica
PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
FONTE: 1500000000 – Recursos não vinculados de impostos

- **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0208 – Fundo Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0026 – Proteção Social Básica
PROJETO/ATIVIDADE: 2.117 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
FONTE: 1660000000 – Transferências de recursos do FNAS

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

ORGÃO: 02 Poder Executivo
UNIDADE GESTORA: 0222 Secretaria Municipal de Educação
FUNÇÃO: 12 – Educação
SUB-FUNÇÃO: 122– Administração Geral

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 177
RUB

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

PROGRAMA: 0083 – Gestão Administrativa
PROJETO/ATIVIDADE: 2.066 Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
FONTE DE RECURSO: 1500100100 Receitas de imposto e transf. - Educação

Hoje, nesta cidade, na sala da Comissão de Contratação, **AUTUO** o processo licitatório que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu, Antonio da Silva Amorim, Agente de Contratação, o subscrevo.

Trizidela do Vale (MA), em 20 de março de 2024.

Antonio da Silva Amorim
Portaria n° 21/2023-GP
Agente de Contratação

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

DEMONSTRATIVO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
(PORTARIA N° 21/2023 GP, DE 22/03/2023)

NOME DO SERVIDOR	FUNÇÃO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO	VÍNCULO EMPREGATICIO
ANTONIO DA SILVA AMORIM	AGENTE DE CONTRATAÇÃO	21/2023	EFETIVO
FRANCISCA REGILDA FURTADO LEITE	EQUIPE DE APOIO	21/2023	COMISSIONADO
MÔNICA ALBUQUERQUE SILVA DE OLIVEIRA	EQUIPE DE APOIO	21/2023	COMISSIONADO
ADRIELE PAIVA OLIVEIRA	EQUIPE DE APOIO	21/2023	COMISSIONADO

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150/001/2024
FLS. 179
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
AV. DEPUTADO CARLOS MELO, Nº 1670 - AEROPORTO
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

Portaria n° 21/2023 – GP, de 22 de março de 2023.

Dispõe sobre nomeação de agente de contratação para conduzir os atos das licitações e contratações da administração pública de Trizidela do Vale-Ma previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e **considerando o disposto no art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o servidor ANTONIO DA SILVA AMORIM (CPF n. 475.759.803-34) para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO da fase interna sendo responsável pelos atos preparatórios da licitação conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º - NOMEAR a servidora FRANCILENE NUNES FRANÇA DE SANTANA (CPF n° 508.495.063-87) para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO da fase externa afim de conduzir os atos das licitações e contratações consoante Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO. Somente em licitações na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame é designado PREGOEIRO.

Art. 3º - Nomear os servidores FRANCISCA REGILDA FURTADO LEITE, MÔNICA ALBUQUERQUE SILVA DE OLIVEIRA e ADRIELE PAIVA OLIVEIRA para exercerem a função de EQUIPE DE APOIO das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
AV. DEPUTADO CARLOS MELO, Nº 1670 - AEROPORTO
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

Art. 4º - A Comissão de Contratação será composta pelos servidores ROSÂNGELA MOTA LIMA, FRANCISCA REGILDA FURTADO LEITE E MÔNICA ALBUQUERQUE SILVA.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Presidência da Comissão de Contratação será exercida pela servidora ROSÂNGELA MOTA LIMA, a mesma conduzirá as contratações diretas (Dispensa e Inexigibilidade).

Art. 5º - As atribuições das funções acima referidas estão descritas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 03/2023-GP de 16 de janeiro de 2023.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 22 DE MARÇO DE 2023.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE/MA

EXECUTIVO **ISSN 2764-7269**
DATA: 22/03/2023
Volume: 10 - Número: 1530 de 22 de Março de 2023

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 181
RUB.

DIÁRIO OFICIAL

APRESENTAÇÃO
É um veículo oficial de divulgação do Poder Executivo Municipal, cujo objetivo é atender ao principio da Publicidade que tem como finalidade mostrar que o Poder Público deve agir com a maior transparência possível, para que a população tenha o conhecimento de todas as suas atuações e decisões.

ACERVO
Todas as edições do Diário Oficial encontram-se disponíveis na forma eletrônica no domínio https://trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php, podendo ser consultadas e baixadas de forma gratuita por qualquer interessado, independente de cadastro prévio.

PERIDIOCIDADE
Todas as edições são geradas diariamente, com exceção aos sábados, domingos e feriados.

CONTATOS
Tel: 99 98276265
E-mail: oficialdiario2021@gmail.com

ENDEREÇO COMPLETO
Avenida Deputado Carlos Melo N°1670 - Aeroporto

RESPONSÁVEL
Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale

Assinado eletronicamente por:
Cristiane Cruz de Freitas
CPF: ***.801.323-**
em 22/03/2023 17:00:04
IP com n°: 192.168.3.41
www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2151

ISSN 2764-7269

Reason: Diário Oficial: 1530/2023 issn 2764-7269, BR, ICP-BrasilPF A3, CRISTIANE CRUZ DE FREITAS:***.801.323-** [2B4008FA1DE4A579]
Location: Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale - Avenida Deputado Carlos Melo N°1670- Aeroporto
Date: 2023.03.22 17:00:09

SUMÁRIO

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150101/2024
FLS. 182
RUB.

DECRETO

- SUSPENSÃO DAS AULAS ESCOLARES NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TRIZIDELA DO VALE-MA: 14/2023 - DECRETO Nº 14

LEI

- CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER À EFETIVAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER NO MUNICÍPIO DE TRIZIDELA DO VALE: 482/2023 - LEI Nº 482

PORTARIA

- NOMEAÇÃO: 21/2023 - PORTARIA N° 21

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 22/03/2023 17:00:04 - IP com n°: 192.168.3.41
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2151

IV - Programas e projetos destinados ao combate à violência contra as mulheres de todas as idades;

V - Financiar programas de capacitação e de consultoria técnica às mulheres, incentivando a profissionalização, a independência financeira, o empreendedorismo feminino, a inserção e reinserção no mercado de trabalho;

VI - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações destinadas à mulher, especialmente de pesquisas, estudos e levantamentos para definição de indicadores e dados municipais, e de ações de monitoramento e avaliação de programas e serviços de atendimento às mulheres no Município de Trizidela do Vale-MA;

VII - Realização e promoção de campanhas educativas, simpósios, seminários, conferências e encontros específicos sobre os direitos da mulher, oportunizando processos de conscientização da sociedade, com relação aos direitos da mulher e à prevenção e erradicação da violência de gênero;

VIII - Programas e atividades de interesse das mulheres, inclusive emergenciais, desde que estejam de acordo com o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres serão aplicados mediante plano de aplicação de recursos aprovado pelo CMDM e pela Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher.

Art.6º As movimentações dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher somente poderão ser efetivadas pela Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher após ciência e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, salvo situações de urgência e de mero expediente.

Art.7º Os demonstrativos financeiros e funcionamento do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher obedecerão ao disposto na legislação vigente referente à Administração Direta Municipal.

Art. 8º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher definir estratégias de captação de maiores recursos para a composição do Fundo, junto à sociedade civil e entidades governamentais.

Art.9º Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal dos Direitos da Mulher", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

§ 1º A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente;

§ 2º Os saldos positivos verificados no fim de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do Fundo.

§ 3º O exercício financeiro do Fundo coincidirá com o do ano civil.

§ 4º A proposta orçamentária do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - FMDM constará no Orçamento Municipal.

Art.10 O repasse de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher para as entidades devidamente cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM observará os critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher através de ato normativo próprio e demais cominações legais pertinentes ao caso.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e não-governamentais se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com a Política Pública Municipal implantada, os serviços, programas, projetos e pesquisas aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 11 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 22 DE MARÇO DE 2023.
Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 / 2024
FLS. 183
RUB.

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIA - NOMEAÇÃO: 21/2023

Portaria nº 21/2023 – GP, de 22 de março de 2023.

Dispõe sobre nomeação de agente de contratação para conduzir os atos das licitações e contratações da administração pública de Trizidela do Vale-Ma previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e **considerando o disposto no art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o servidor ANTONIO DA SILVA AMORIM (CPF n. 475.759.803-34) para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO da fase interna sendo responsável pelos atos preparatórios da licitação conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º - NOMEAR a servidora FRANCILENE NUNES FRANÇA DE SANTANA (CPF nº 508.495.063-87) para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO da fase externa afim de conduzir os atos das licitações e contratações consoante Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO. Somente em licitações na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame é designado PREGOEIRO.

Art. 3º - Nomear os servidores FRANCISCA REGILDA FURTADO LEITE, MÔNICA ALBUQUERQUE SILVA DE OLIVEIRA e ADRIELE PAIVA OLIVEIRA para exercerem a função de EQUIPE DE APOIO das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão Agente de

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 22/03/2023 17:00:04 - IP com nº: 192.168.3.41
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2151

Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150/001/2024
FLS. 184
RUB.

Art. 4º - A Comissão de Contratação será composta pelos servidores ROSÂNGELA MOTA LIMA, FRANCISCA REGILDA FURTADO LEITE E MÔNICA ALBUQUERQUE SILVA.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Presidência da Comissão de Contratação será exercida pela servidora ROSÂNGELA MOTA LIMA, a mesma conduzirá as contratações diretas (Dispensa e Inexigibilidade).

Art. 5º - As atribuições das funções acima referidas estão descritas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 03/2023-GP de 16 de janeiro de 2023.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 22 DE MARÇO DE 2023.
Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 22/03/2023 17:00:04 - IP com nº: 192.168.3.41
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2151

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

DESPACHO ENCAMINHANDO PROCESSO

Nº 1501001/2024

DA:
Comissão de Contratação

PARA:
Secretaria Municipal de Administração.

ASSUNTO:
Encaminho os autos deste processo administrativo para as providências cabíveis, devidamente numerado e rubricado por minha pessoa em todas as folhas.

Antonio da Silva Amorim
Agente de Contratação
Portaria n° 21/2023-GP

PREFEITURA DE TRIZIDELA DO VALE
Trabalho e desenvolvimento

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 186
RUB

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MEMORANDO ENCAMINHANDO AS MINUTAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1501001/2024
TIPO: MENOR PREÇO.

Ao Sr.
Dr. Edson Gomes Martins da Costa
MD. Procurador Geral do Município de Trizidela do Vale
Nesta.

Senhor Procurador,

Anexo ao presente, estamos encaminhando o processo administrativo, para exame da minuta do Edital, minuta do Contrato e anexos, com o escopo de abertura de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, que versa sobre a Contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrútis), de forma parcelada, de interesse da Administração Municipal de Trizidela do Vale (MA).

Trizidela do Vale – MA, 20 de março de 2024.

Enoque de Sá Barreto Filho
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 02/2021-GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MINUTA RESUMO / EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2024	
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE	
PROCESSO N° 1501001/2024	
ÓRGÃO	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	**MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA	**ABERTO**
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS	**SIM**
BASE LEGAL	Lei nº 14.133, de lº de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 63/2021-GP, de 29/11/2021
REGIME DE EXECUÇÃO/ FORNECIMENTO	FORNECIMENTO PARCELADO
OBJETO	Contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrutis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA)
VALOR TOTAL ESTIMADO R$	R$ 409.813,34 (quatrocentos e nove mil e oitocentos e treze reais e trinta e quatro centavos)
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	**__/__/2024 ÀS ____**
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	**__/__/2024 ÀS ____**
DATA E HORA LIMITE PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	**__/__/2024 ÀS ____**
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS	**__/__/2024 ÀS ____**
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA	**__/__/2024 ÀS ____**
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	**ABERTO** e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de **R$ 0,10 (dez centavos de real).**
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE (MA) www.portaldecompraspublicas.com.br cpltvportal@outlook.com telefone para contato (99) 98852-4045 Endereço: Av. Dep. Carlos Melo,1670 – Centro – CEP: 65727-000 – Trizidela do Vale (MA).	

MINUTA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Sumário

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
4	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASIFICAÇÃO DAS PROOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6	DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
7	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
8	DOS RECURSOS.....	15
9	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
10	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	18
11	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19

MINUTA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MINUTA EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ___/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1501001/2024
MODO DE DISPUTA ABERTO

O Município de Trizidela do Vale, Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** nos termos da Lei nº 14.133, de lº de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 63/2021-GP, de 29/11/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:
DIA: __ de ____ de 2024
HORÁRIO: ___h (horário de Brasília/DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: . www.portaldecompraspublicas.com.br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a seleção de proposta visando a contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrutis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA), conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados que estiverem previamente credenciados no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS. (www.portaldecompraspublicas.com.br.)

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

MINUTA

2.7.11. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.10. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.3 ou 3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do item;

4.1.2. marca; se for o caso

4.1.3. quantidade cotada, devendo cotar a quantidade total do item.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantidade inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

MINUTA

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias** a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estimados pela administração;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Controle Externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,10 (dez centavos de real).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

MINUTA

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

MINUTA

5.25. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.28. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.29.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.29.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.29.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.29.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.30. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.30.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.30.2. empresas brasileiras;

5.30.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.30.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a

MINUTA

contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento

5.32. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.33. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.34. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.35. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

5.36. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.37. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro no Portal de Compras Públicas.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis) e;

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

MINUTA

6.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.9.1. contiver vícios insanáveis;

6.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

MINUTA

6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico, através da Plataforma **www.portaldecompraspublicas.com.br**.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos

MINUTA

trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

7.9. A habilitação será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, nos documentos por ele abrangidos.

7.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.12. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Portal de Compras Públicas serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.14. A verificação no Portal de Compras Públicas ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º).

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

MINUTA

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.trizideladovale.ma.gov.br/acessoainformacao.php.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.2.9. fraudar a licitação

MINUTA

9.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.2.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.2.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.2.10.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.2.10.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.2.10.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.3.1. advertência;

9.3.2. multa;

9.3.3. impedimento de licitar e contratar e

9.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.4.2. as peculiaridades do caso concreto

9.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.6. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.2 e 9.2.6, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado

9.7. Para as infrações previstas nos itens 9.2.8, 9.2.9, 9.2.10, 9.2.10.4 e 9.2.10.5, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

MINUTA

9.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.2 e 9.2.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.2.8, 9.2.9, 9.2.10, 9.2.10.4 e 9.2.10.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.2 e 9.2.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021

9.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.2.6, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022

9.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento **DEVERÃO ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br**

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

MINUTA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico no Portal de Compras Públicas: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ e endereço eletrônico: https://www.trizideladovale.ma.gov.br/acessoainformacao.php

11.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.1.1. ANEXO **I** - Modelo de Carta Proposta de Preço.

11.1.2. ANEXO **II** – Minuta do Termo de Contrato

11.1.3. ANEXO **III** - Minuta Declarações;

11.1.4. ANEXO **IV** - Termo de Referência;

Apêndice do Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar.

Município de Trizidela do Vale (MA), ___ de ____ de 2024.

MINUTA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I
MODELO DE CARTA PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1501001/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2024

À
Pregoeira do Município de Trizidela do Vale (MA)
Assunto: Proposta de Preços ref. ao PE nº ___/2024

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social da Empresa:		
Nome Fantasia:		
CNPJ:		INSCRIÇÃO ESTADUAL:
ENDEREÇO:	CEP:	MUNICÍPIO:
TELEFONES:		EMAIL:
REPRESENTANTE LEGAL P/ ASSINATURA DA ATA/CONTRATO		
NOME COMPLETO:		
ENDEREÇO:	CEP:	MUNICIPIO:
TELEFONES:		EMAIL:
DADOS DA BANCÁRIO		
BANCO	AGÊNCIA	C/C:

Apresentamos a pregoeira e sua equipe de apoio, nossa proposta objetivando seleção de proposta visando a contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrutis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA)conforme licitado pelo PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024. Segue proposta com descrição dos itens na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	PREÇO UNITÁRIO R$	PREÇO TOTAL R$
1					
	TOTALGERAL				

Nossa proposta tem preço total de R$=.....(valor numérico e por extenso).
Condições de Pagamento: _____
Prazo de Entrega: _____
Validade da Proposta: _____
Declaro para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2024 que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente Pregão, bem como as despesas de transporte e entrega dos produtos.

Localidade, data, mês e ano

_____
Assinatura do Representante da Empresa

MINUTA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2024
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº .**XXX/XXXX**

TERMO DE CONTRATO Nº **XXXX/XXXX**

CONTRATO ADMNISTRATIVO Nº ___/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE TRIZIDELA DO VALE, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE** _____ E A EMPRESA **XXXX**.

O Município de Trizidela do Vale, por intermédio da **Secretaria Municipal de** _____, com sede na rua _____, centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo **(NOME DA AUTORIDADE E CARGO)**, nomeado pela Portaria nº **XXXX**, de **XX/XX/XXXX**, , e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **XXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXXX**, e o resultado final do **Pregão n° XXXX/XXXX**, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O contrato tem como objeto o fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrutis), de interesse da (o) _____, do município de Trizidela do Vale (MA), conforme e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Objeto da Contratação

ITEM DO T.R.	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1						
2						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. O Edital da Licitação;
1.3.3. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de __(____) meses contados da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R$.....(.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (art. 92, V

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/01/2024.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO (art. 92, XII

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

MINUTA

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Município de Trizidela do Vale/MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante,

MINUTA

que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços/entrega dos bens, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias,

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 10 % (dez por cento) do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 20 .% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10 % (dez por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 15.% (quinze por cento) do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 10 % (dez por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações

MINUTA

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

MINUTA

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 2, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

MINUTA

12.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município do exercício de 202__, na dotação abaixo discriminada:

Órgão/Unidade:

Função:

Subfunção:

Programa:

Atividade:

Elemento de Despesa:

Fonte:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021

MINUTA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012..

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pedreiras (MA), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Município de **Trizidela do Vale (MA)**, **XX** de **XXXX** de **XXXX**.

_____
Pela CONTRATANTE

_____
Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:

_____
Nome:

MINUTA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III
MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)._____, DECLARA:

1) Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

2) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3) Que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4) Que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

5) Que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

6) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

7) Que é **ME, EPP ou MEI** e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 124/2006, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 124/2006.

8) Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Localidade, data, mês e ano

_____
Assinatura do Representante da Empresa

MINUTA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Despacho da Procuradoria Geral do Município

Recebi nesta data os autos do processo administrativo nº 1501001/2024, para análise e parecer da minuta do Edital, Minuta do Contrato e anexos.

Encaminhe-se á Assessoria Jurídica para as providencias cabíveis

Em: 20/03/2024.

Dr. Edson Gomes Martins da Costa
OAB/MA: 8967
Procurador Geral do Município
Portaria nº 29/2021-GP

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150001/2024
FLS. 219
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01.558.070/0001-22
END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 – AEROPORTO-65727-000
TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 29/2021-GP, de 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE – ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, com fulcro no Art. 66,VI e IX; da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR – **EDSON GOMES MARTINS DA COSTA,** CPF nº 529.056.323-72 para o Cargo de **Procurador Geral do Município,** observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 220
RUB.

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 850 de 4 de Janeiro de 2021

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 292021GP/2021

PORTARIA Nº 29/2021-GP, de 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, com fulcro no Art. 66,VI e IX; da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR - **EDSON GOMES MARTINS DA COSTA,** CPF nº 529.056.323-72 para o Cargo de **Procurador Geral do Município,** observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 302021GP/2021

PORTARIA Nº 30/2021-GP, de 04 de Janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, com fulcro no Art. 66,VI e IX; da Lei Orgânica do Município.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

PARECER JURÍDICO N° 2603001/2024
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO
ASSUNTO: ANÁLISE DE MINUTA DE EDITAL, MINUTA DO CONTRATO E ANEXOS.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. COM VISTA A CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA NO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – PERECÍVEIS (HORTIFRÚTIS), DE FORMA PARCELADA, DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE (MA). ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL, MINUTA DO CONTRATO E ANEXOS. PARECER PELA APROVAÇÃO.

I. RELATÓRIO

01. O Secretário Municipal de Administração, Sr. Enoque de Sá Barreto Filho, solicita a esta Assessoria Jurídica, análise e emissão de parecer acerca das minutas relativas à licitação na modalidade Pregão Eletrônico com vista a contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrútis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA).

02. Os seguintes documentos são relevantes para análise jurídica:

a) Certidão de Autuação de Processo Administrativo, emitida pelo Setor de Protocolo;
b) Documento de Formalização de demanda;
c) Estudos Técnicos Preliminares – ETP
d) Pesquisa de preços de mercado, realizada no site do governo Pesquisa de Preços (serpro.gov.br)
e) Planilha contendo o preço da cotação apresentada;
f) Despacho de solicitação de dotação orçamentária;
g) Despacho de informação de existência de dotação orçamentária;
h) Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

i) Termo de Referência, contendo as especificações, quantitativos, valores de referência e demais exigências, devidamente aprovado pela Autoridade Competente;
j) Autorização para instauração de Procedimento Licitatório;
k) Despacho da Secretária Municipal de Administração, determinando a remessa dos autos a esta Assessoria Jurídica;
l) Minuta do edital com 03 (três) anexos.

II. APRECIAÇÃO JURÍDICA:

Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei n° 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC).

> ***Art. 53.*** *Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*
> *§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*
> *I - Apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*
> *II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;*

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

> **Art. 18.** *A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*
> *I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*
> *II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*
> *III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*
> *IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*
> *V - a elaboração do edital de licitação;*
> *VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*
> *VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*
> *VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
> *IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de*

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

> *maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*
> *X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*
> *XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.*

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa de preços, a dotação orçamentária, o termo de referência, portaria de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

E, nos termos apresentados na justificativa de contratação, resta evidente a sua necessidade, tendo em vista que a contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrútis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA).

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

> ***Art. 6º*** *Para os fins desta Lei, consideram-se: XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:*
> *a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
d) requisitos da contratação;
e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
g) critérios de medição e de pagamento;
h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
j) adequação orçamentária.

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos possue os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, estimativa de preços, resultados pretendidos, riscos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC, senão vejamos:

Art. 18. *[...] § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*
I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
III - requisitos da contratação;
IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontrase em consonância com as exigências mínimas exigidas pela NLLC para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

Da Minuta do Edital

Conforme já informado ao norte, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo quatro anexos, quais sejam: o termo de referência, modelo da proposta e a minuta do contrato. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

> ***Art. 25.*** *O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

Da Minuta do Contrato

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

> ***Art. 92.*** *São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:*
> *I - o objeto e seus elementos característicos;*
> *II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;*
> *III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;*
> *IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;*
> *V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;*
> *VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;*
> *VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;*
> *VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;*
> *IX - a matriz de risco, quando for o caso;*
> *X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;*
> *XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;*

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
XIX - os casos de extinção.

Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de serviços comuns, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública.

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o "menor preço por item", do mesmo modo, mostram-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador. E ainda, a minuta do Edital de forma bastante acertada, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fins de regência da contratação em comento.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Publicidade do edital e do termo do contrato

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme determinam os art. 54, caput e §1°, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3°, da Lei nº 14.133, de 2021.

III. CONCLUSÃO

03. Ante o exposto, conclui-se pela APROVAÇÃO da minuta do Edital, e Minuta do Contrato e seus anexos.

04. É como opino, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise jurídica desta Assessoria Jurídica.

05. Este parecer contém 09 (nove) laudas, todas rubricadas pelo signatário.

Trizidela do Vale (MA), em 26 de março de 2024.

José Gutemberg Nascimento Filho
Assessor Jurídico do Município
OAB/MA N° 18.375

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100 1/2024
FLS. 230
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01.558.070/0001-22
END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 – AEROPORTO-65727-000
TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 209/2021 – GP. De 08 de março de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE – ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR – **JOSÉ GUTEMBERG NASCIMENTO FILHO**, portador do CPF nº 017.324.873-08, para o cargo de Chefe do Departamento de Processos na Assessoria de Processos Judiciais, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 08 de março de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 08 DE MARÇO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 150100/2021
FLS. 231
RUB.

EXECUTIVO | Ano 8 - Edição Nº 888 de 9 de Março de 2021

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 209/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:.

Art. 1º - NOMEAR - **JOSÉ GUTEMBERG NASCIMENTO FILHO,** portador do CPF n° 017.324.873-08, para o cargo de Chefe do Departamento de Processos na Assessoria de Processos Judiciais, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 08 de março de 2021. PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 08 DE MARÇO DE 2021.**

Deibson Pereira Freitas
Prefeito Municipal

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MEMORANDO SOLICITANDO O NÚMERO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

À

Comissão de Contratação

Nesta.

OBJETO: Contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrútis), de forma parcelada, de interesse da Administração Municipal de Trizidela do Vale (MA).

Senhor Agente de Contratação,

Considerando a Modalidade de Licitação definido sendo PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO, POR ITEM, conforme os autos, solicito que seja atribuído o número, para o referido PREGÃO ELETRÔNICO originado deste processo.

Trizidela do Vale – MA, 26 de março de 2024.

Enoque de Sá Barreto Filho
Secretário Municipal De Administração
Portaria nº 02/2021-GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

MEMORANDO INDICANDO O NÚMERO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Ao
Sr. Enoque de Sá Barreto Filho
Secretário Municipal de Administração
Nesta.

OBJETO: Contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrútis), de forma parcelada, de interesse da Administração Municipal de Trizidela do Vale (MA).

Sr. Secretário,

Considerando a Modalidade de Licitação, já constante nos autos para a contratação pretendida, atribui-se ao procedimento o seguinte número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024 com o objetivo de Contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrútis), de forma parcelada, de interesse da Administração Municipal de Trizidela do Vale (MA), a qual será regida pelo ato convocatório a seguir.

Trizidela do Vale – MA, 1º de abril de 2024.

Antonio da Silva Amorim
Portaria nº 21/2023-GP
Agente de Contratação

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 234
RUB

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESUMO / EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2024	
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE	
PROCESSO N° 1501001/2024	
ÓRGÃO	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	**MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA	**ABERTO**
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS	**SIM**
BASE LEGAL	Lei nº 14.133, de lº de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 63/2021-GP, de 29/11/2021
REGIME DE EXECUÇÃO/ FORNECIMENTO	FORNECIMENTO PARCELADO
OBJETO	Contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrutis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA)
VALOR TOTAL ESTIMADO R$	R$ 409.813,34 (quatrocentos e nove mil e oitocentos e treze reais e trinta e quatro centavos)
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	**03/04/2024 ÀS 10:00**
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	**12/04/2024 às 10:00**
DATA E HORA LIMITE PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	**12/04/2024 às 10:00**
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS	**17/04/2024 às 10:00**
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA	**17/04/2024 às 10:01**
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	**ABERTO** e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de **R$ 0,10 (dez centavos de real).**
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE (MA) www.portaldecompraspublicas.com.br cpltvportal@outlook.com telefone para contato (99) 98852-4045 Endereço: Av. Dep. Carlos Melo,1670 – Centro – CEP: 65727-000 – Trizidela do Vale (MA).	

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1501001/2024
FLS. 235
RUB

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Sumário

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
4	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASIFICAÇÃO DAS PROOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6	DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
7	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
8	DOS RECURSOS.....	15
9	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
10	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	18
11	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 6/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1501001/2024
MODO DE DISPUTA ABERTO

O Município de Trizidela do Vale, Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** nos termos da Lei nº 14.133, de lº de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 63/2021-GP, de 29/11/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:
DIA: 17 de abril de 2024
HORÁRIO: 10h (horário de Brasília/DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: . www.portaldecompraspublicas.com.br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a seleção de proposta visando a contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrutis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA), conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados que estiverem previamente credenciados no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS. (www.portaldecompraspublicas.com.br.)

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.11. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.10. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.3 ou 3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do item;

4.1.2. marca; se for o caso

4.1.3. quantidade cotada, devendo cotar a quantidade total do item.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantidade inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias** a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estimados pela administração;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Controle Externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,10 (dez centavos de real).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.25. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.28. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.29.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.29.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.29.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.29.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.30. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.30.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.30.2. empresas brasileiras;

5.30.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.30.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a

contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento

5.32. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.33. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.34. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.35. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

5.36. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.37. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro no Portal de Compras Públicas.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis) e;

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.9.1. contiver vícios insanáveis;

6.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico, através da Plataforma **www.portaldecompraspublicas.com.br**.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos

trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

7.9. A habilitação será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, nos documentos por ele abrangidos.

7.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.12. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Portal de Compras Públicas serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.14. A verificação no Portal de Compras Públicas ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º).

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.trizideladovale.ma.gov.br/acessoainformacao.php.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.2.9. fraudar a licitação

9.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.2.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.2.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.2.10.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.2.10.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.2.10.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.3.1. advertência;

9.3.2. multa;

9.3.3. impedimento de licitar e contratar e

9.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.4.2. as peculiaridades do caso concreto

9.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.6. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.2 e 9.2.6, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado

9.7. Para as infrações previstas nos itens 9.2.8, 9.2.9, 9.2.10, 9.2.10.4 e 9.2.10.5, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

9.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.2 e 9.2.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.2.8, 9.2.9, 9.2.10, 9.2.10.4 e 9.2.10.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.2 e 9.2.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021

9.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.2.6, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022

9.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento **DEVERÃO ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br**

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico no Portal de Compras Públicas: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ e endereço eletrônico: https://www.trizideladovale.ma.gov.br/acessoainformacao.php

11.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.1.1. ANEXO **I** - Modelo de Carta Proposta de Preço.

11.1.2. ANEXO **II** – Minuta do Termo de Contrato

11.1.3. ANEXO **III** - Minuta Declarações;

11.1.4. ANEXO **IV** - Termo de Referência;

Apêndice do Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar.

Município de Trizidela do Vale (MA), 1º de abril de 2024.

Enoque de Sá Barreto Filho
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 02/2021-GP

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I
MODELO DE CARTA PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1501001/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2024

À
Pregoeira do Município de Trizidela do Vale (MA)
Assunto: Proposta de Preços ref. ao PE nº 6/2024

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social da Empresa:		
Nome Fantasia:		
CNPJ:		INSCRIÇÃO ESTADUAL:
ENDEREÇO:	CEP:	MUNICÍPIO:
TELEFONES:		EMAIL:
REPRESENTANTE LEGAL P/ ASSINATURA DA ATA/CONTRATO		
NOME COMPLETO:		
ENDEREÇO:	CEP:	MUNICIPIO:
TELEFONES:		EMAIL:
DADOS DA BANCÁRIO		
BANCO	AGÊNCIA	C/C:

Apresentamos a pregoeira e sua equipe de apoio, nossa proposta objetivando seleção de proposta visando a contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrutis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA)conforme licitado pelo PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024. Segue proposta com descrição dos itens na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	PREÇO UNITÁRIO R$	PREÇO TOTAL R$
1					
	TOTALGERAL				

Nossa proposta tem preço total de R$=.....(valor numérico e por extenso).
Condições de Pagamento: _____
Prazo de Entrega: _____
Validade da Proposta: _____
Declaro para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2024 que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente Pregão, bem como as despesas de transporte e entrega dos produtos.

Localidade, data, mês e ano

_____
Assinatura do Representante da Empresa

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2024
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº .**XXX/XXXX**

TERMO DE CONTRATO Nº **XXXX/XXXX**

CONTRATO ADMNISTRATIVO Nº ___/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE TRIZIDELA DO VALE, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE** _____ E A EMPRESA **XXXX**.

O Município de Trizidela do Vale, por intermédio da **Secretaria Municipal de** _____, com sede na rua _____, centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo **(NOME DA AUTORIDADE E CARGO)**, nomeado pela Portaria nº **XXXX**, de **XX/XX/XXXX**, , e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **XXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXXX**, e o resultado final do **Pregão n° XXXX/XXXX**, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O contrato tem como objeto o fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrutis), de interesse da (o) _____, do município de Trizidela do Vale (MA), conforme e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Objeto da Contratação

ITEM DO T.R.	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1						
2						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. O Edital da Licitação;
1.3.3. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de __(____) meses contados da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R$.....(.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (art. 92, V

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/01/2024.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO (art. 92, XII

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Município de Trizidela do Vale/MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante,

que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços/entrega dos bens, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias,

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 10 % (dez por cento) do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 20 .% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10 % (dez por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 15.% (quinze por cento) do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 10 % (dez por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 2, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

12.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município do exercício de 202__, na dotação abaixo discriminada:

Órgão/Unidade:

Função:

Subfunção:

Programa:

Atividade:

Elemento de Despesa:

Fonte:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012..

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pedreiras (MA), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Município de **Trizidela do Vale (MA)**, **XX** de **XXXX** de **XXXX**.

_____
Pela CONTRATANTE

_____
Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:

_____
Nome:

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III
MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)._____, DECLARA:

1) Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

2) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3) Que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4) Que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

5) Que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

6) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

7) Que é **ME, EPP ou MEI** e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 124/2006, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 124/2006.

8) Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Localidade, data, mês e ano

_____
Assinatura do Representante da Empresa

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei 14.133, 1º de abril de 2021
Processo Administrativo nº 1501001/2024

1. OBJETO

1.1. Contratação mais vantajosa no fornecimento de gêneros alimentícios – perecíveis (hortifrutis), de forma parcelada, de interesse da administração pública municipal de Trizidela do Vale (MA).

1.2. A demanda de consumo previsto encontra-se demonstrando abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	Abobora in natura, tipo madura.	463748	300	Kg	3,50	1.050,00
2	Acelga verde in natura, comum, sem manchas e sem danos às folhas.	463818	950	Kg	4,89	4.645,50
3	Alface in natura, tipo americano.	463830	1950	Unidade	4,15	8.092,50
4	Banana in natura, espécie prata.	464381	19800	Unidade	0,96	19.008,00
5	Batata in natura, tipo inglesa, lavada, lisa de 1ª qualidade.	463754	2900	Kg	5,53	16.037,00
6	Beterraba in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	463767	2250	Kg	4,60	10.350,00
7	Cebola in natura, tipo branca para uso culinário.	463781	2250	Kg	4,50	10.125,00
8	Cenoura in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	463770	3700	Kg	4,50	16.650,00
9	Cheiro verde in natura, composto de cebolinha e coentro.	463881	8500	Molho	3,10	26.350,00
10	Chuchu verde in natura, espécie comum, de 1º qualidade.	463778	1550	Kg	4,53	7.021,50
11	Feijão verde tipo 1, de 1° qualidade.	464556	2750	Kg	14,58	40.095,00
12	Laranja in natura, espécie pera.	464393	1700	Kg	4,48	7.616,00
13	Limão tipo Taiti, in natura.	464393	650	Kg	4,15	2.697,50
14	Maçã in natura, espécie nacional.	464401	2675	Kg	8,68	23.219,00
15	Mamão formosa in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	464405	1200	Kg	7,96	9.552,00

16	Melancia in natura, espécie redonda, sem danos físicos, de 1º qualidade.	464418	2850	Kg	3,00	8.550,00
17	Melão in natura, espécie amarelo.	464422	1080	Kg	6,17	6.663,60
18	Pepino verde in natura, espécie comum.	463796	1290	Kg	4,47	5.766,30
19	Pimentão verde in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	463809	1200	Kg	7,17	8.604,00
20	Repolho verde in natura, sem danos nas folhas.	481121	1300	Kg	4,49	5.837,00
21	Tomate vermelho in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	481106	4600	Kg	8,25	37.950,00
22	Polpa de fruta, sabor: maracujá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464474	1766	Unidade	18,50	32.671,00
23	Polpa de fruta, sabor: cajá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464485	1766	Unidade	12,90	22.781,40
24	Polpa de fruta, sabor: acerola, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464485	1766	Unidade	11,25	19.867,50
25	Polpa de fruta, sabor: goiaba vermelha, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464514	1766	Unidade	9,49	16.759,34
26	Polpa de fruta, sabor: abacaxi, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464468	1766	Unidade	11,12	19.637,92
27	Polpa de fruta, sabor: caju, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	464511	1766	Unidade	12,58	22.216,28

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 40, de 09 de agosto de 2022.

1.4. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 9 (nove) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. ESTIMATIVA DE CONSUMO DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

2.1.1. Secretaria Municipal de Administração;

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2.1.2. Fundo Municipal de Saúde;
2.1.3. Secretaria Municipal de Educação;
2.1.4. Fundo Municipal de Assistência Social;
2.1.5. Secretaria Municipal de Assistência Social.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UND	SEMAD	FMS	SEMED	FMAS	SEMAS
				QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE
1	Abobora in natura, tipo madura.	Quilo	300				300	
2	Acelga verde in natura, comum, sem manchas e sem danos às folhas.	Quilo	950	250	350	150	150	50
3	Alface in natura, tipo americano.	Unidade	1950	400	750	400	300	100
4	Banana in natura, espécie prata.	Unidade	19800	3000	7200	3600	3000	3000
5	Batata in natura, tipo inglesa, lavada, lisa de 1ª qualidade.	Quilo	2900	500	1000	400	500	500
6	Beterraba in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	Quilo	2250	250	800	200	500	500
7	Cebola in natura, tipo branca para uso culinário.	Quilo	2250	300	600	350	500	500
8	Cenoura in natura, sem danos físicos, de 1ª qualidade.	Quilo	3700	500	1000	600	1000	600
9	Cheiro verde in natura, composto de cebolinha e coentro.	Molho	8500	1000	5000	1000	1000	500
10	Chuchu verde in natura, espécie comum, de 1º qualidade.	Quilo	1550	150	500	150	500	250
11	Feijão verde tipo 1, de 1° qualidade.	Quilo	2750	500	1000	500	500	250
12	Laranja in natura, espécie pera.	Quilo	1700	250	750	250	450	
13	Limão tipo Taiti, in natura.	Quilo	650	150	300	100	100	
14	Maçã in natura, espécie nacional.	Quilo	2675	200	1000	600	500	375
15	Mamão formosa in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	Quilo	1200	300	400	200	200	100
16	Melancia in natura, espécie redonda, sem danos físicos, de 1º qualidade.	Quilo	2850	250	800	800	500	500
17	Melão in natura, espécie amarelo.	Quilo	1080	150	400	280	150	100
18	Pepino verde in natura, espécie comum.	Quilo	1290	250	600	200	150	90

19	Pimentão verde in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	Quilo	1200	150	350	300	300	100
20	Repolho verde in natura, sem danos nas folhas.	Quilo	1300	200	500	250	250	100
21	Tomate vermelho in natura, sem danos físicos, de 1º qualidade.	Quilo	4600	400	2000	800	1000	400
22	Polpa de fruta, sabor: maracujá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	Unidade	1766	420	830	230	156	130
23	Polpa de fruta, sabor: cajá, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	Unidade	1766	420	830	230	156	130
24	Polpa de fruta, sabor: acerola, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	Unidade	1766	420	830	230	156	130
25	Polpa de fruta, sabor: goiaba vermelha, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	Unidade	1766	420	830	230	156	130
26	Polpa de fruta, sabor: abacaxi, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	Unidade	1766	420	830	230	156	130
27	Polpa de fruta, sabor: caju, com cor, sabor e textura da fruta, pacote com 1kg.	Unidade	1766	420	830	230	156	130

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Justifica-se a presente aquisição, em virtude que esta Secretaria Municipal de Administração é responsável por desenvolver inúmeras atividades, dentre elas reuniões com secretariado, autoridades, colaboradores, público externo em geral dentre outros eventos realizados por esta Unidade Administrativa.

3.2. A presente aquisição faz-se necessária para atendimento à demanda das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação. Essa futura e eventual aquisição é para supri as necessidades durante o exercício de 2024.

3.3. A Secretaria Municipal de Assistência Social, necessita adquirir gêneros alimentícios, com a finalidade de garantir a continuidade e manutenção das atividades desenvolvidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, Centro de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV, IGD-SUAS e o Programa Criança Feliz do município de Trizidela do Vale/MA.

3.4. A falta de alimentação dentro da Unidade Hospitalar, causará um caos para Administração Pública Municipal de Trizidela do Vale/MA. Sendo que pacientes internados, debilitados, que diariamente são acompanhados pela divisão de nutrição da unidade, que realizam dieta balanceada levando em consideração a situação de saúde/doença dos mesmos, não terão como se alimentar na unidade, como também, não terão como serem removidos, o que poderá causar a morte.

3.5. Ressaltamos que além dos pacientes, também ficariam sem alimentação os plantonistas, profissionais de saúde que trabalham dentro da Unidade Hospitalar de Trizidela do Vale/MA, e sua permanência dentro das mesmas é de suma importância para o bom atendimento aos pacientes.

3.6. Diante do exposto faz-se necessário a aquisição dos produtos, para supri as necessidades das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Trizidela do Vale/MA.

3.7. Ademais, destaca-se que as demandas foram apresentadas no **DFDs nº 150101/2024; 150102/2024; 150103/2024 e 150104/2024** e aprovada por meio de despacho da Autoridade competente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

3.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.1.1 Será dada prioridade as contratações através de microempresas e empresas de pequeno porte;

3.1.2 Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições para o consumo humano, devendo ser selecionados, embalados nas quantidades, especificações e prazos solicitados, seguindo as Normas Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Elaboração";

3.1.3 "Nas embalagens dos produtos deverão constar impressos: identificação do produto e do estabelecimento de origem, peso líquido, data de industrialização, prazo de validade, número de lote (se for o caso) registro em órgão de Fiscalização Federal (se for o caso) ".

Indicação de marcas ou modelos:

3.2 Na presente contratação será admitida a indicação de marcas, objetivando garantir que os produtos ofertados sejam de boa qualidade.

Da vedação de contratação de marca do produto:

3.3 Não haverá vedação de marcas para os produtos, desde que as mesmas sejam de boa qualidade e atendam as descrições dos itens.

Da exigência de amostra

3.4 Só serão exigidos a apresentação de amostras para os produtos que apresentarem marcas desconhecidas no mercado e ou que haja a dúvida de que não atendem aos requisitos da contratação.

3.5 Caso seja solicitada a apresentação de amostra para os produtos, as mesmas deverão ser apresentadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da solicitação, no local e horário designados.

3.6 É facultada a prorrogação do prazo ora estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

3.7 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

3.8 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

3.8.1 O atendimento as especificações técnicas do edital;

3.8.2 A qualidade, integralidade, sabor do produto;

3.9 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

3.10 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s), caso necessário, e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

3.11 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

3.12 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não será exigida a garantia da contratação

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condição de Entrega

5.1. Os itens deverão estar de acordo com as especificações da proposta de preço apresentada.

5.2. O prazo para fornecimento do objeto desta contratação será de **2 (dois) dias**, contados do recebimento da ordem de fornecimento.

5.3. O fornecedor está sujeito à fiscalização dos itens no ato da entrega reservando-se o responsável pelo recebimento o direito de não receber, caso não se encontre em condições satisfatórias.

Local de entrega dos produtos

5.4. Os itens deverão ser entregues no endereço indicado pela Secretaria solicitante, constante na ordem de compra, no Município de Trizidela do Vale/MA.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. Compete aos fiscais de contratos a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual, e especialmente: (Art. 16 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023).

I - agir com transparência e observando, rigorosamente, os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes;

II - conhecer o inteiro teor de editais e de seus anexos, de atas de registro de preços, de instrumentos contratuais e de todos os seus anexos, especialmente o projeto básico/termo de referência, além de eventuais aditivos e apostilamentos;

III - manter registro de ocorrências, em meio físico ou informatizado, para lançar as ocorrências relacionadas à execução do contrato, as inspeções periódicas realizadas, as faltas verificadas, as providências exigidas e as recomendações efetuadas, bem como as soluções adotadas pela contratada;

IV - avaliar e acompanhar, rotineiramente, a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues, verificando o atendimento das especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência e na proposta, assim como os prazos de entrega/execução e de conclusão;

V - assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

VI - certificar-se de que:

a) contratada é quem executa o contrato;

b) existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas no contrato;

VII - verificar se a contratada mantém um responsável técnico acompanhando as obras e os serviços, quando assim determinar o contrato;

VIII - atestar, em documento hábil, juntamente com os gestor(es) de contratos, o fornecimento ou a entrega de bens e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado, recusando-os quando irregulares ou em desacordo com as condições estabelecidas;

IX - receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com o documento fiscal, ao(s) gestor(es) do contrato que, após conferência, remeterá(ão) a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

X - apresentar, periodicamente ou quando necessário, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução dos serviços ou dos bens entregues, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

XI - atuar, com eficiência e celeridade, na solução dos problemas que porventura venham a ocorrer ao longo da execução contratual, encaminhando as questões que ultrapassarem sua competência ao(s) gestor(es) do contrato ou à autoridade competente;

XII - observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o(s) gestor(es) do contrato, prazo razoável para a medida saneadora;

XIII - providenciar, exclusivamente por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico nos casos em que tenha dúvidas sobre a providência a ser adotada ou necessidade de conhecimento técnico específico, assim como nas questões que ultrapassem o âmbito de suas atribuições;

XIV - indicar, expressamente, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados em razão da inexecução ou da má execução do contrato, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou do documento equivalente;

XV - dar ciência ao(s) gestor(es) do contrato acerca da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as justificativas apresentadas pela contratada;

XVI - comunicar, formalmente, ao(s) gestor(es) do contrato o inadimplemento parcial ou total do que foi pactuado, registrando as providências adotadas para fins de materialização dos fatos que possam levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual;

XVII - comunicar ao(s) gestor(es) do contrato, formalmente e com antecedência, o afastamento das atividades de fiscalização para que, caso necessário, seja designado seu substituto;

XVIII - informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, sobre quaisquer situações que demandem decisão ou providência que ultrapasse sua competência

Gestor do Contrato

6.7. Compete aos gestores de contratos o exercício de atividades gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas à gestão da execução dos contratos, e especialmente: (Art. 15 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023).

6.7.1. acompanhar a celebração e a execução dos contratos e dos termos aditivos, com a coleta das assinaturas, providenciando, posteriormente, a juntada dos comprovantes de publicação do extrato e o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado, pelo sistema, quando for o caso; (Art. 15 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023, inciso III)

6.7.2. instruir o processo com informações, dados e requerimento/manifestação da contratada pertinentes à alteração de valores do contrato, em razão de reajuste de preços, revisão ou de alteração do objeto, para acréscimo ou supressão, e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão; (Art. 15 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023, inciso XV).

6.7.3. adotar as medidas preparatórias para a aplicação de sanções e para a rescisão contratual, conforme previsão contida no edital e/ou no instrumento contratual, ou ainda, na legislação de regência, com aprovação da autoridade competente; (Art. 15 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023, inciso XXIV)

6.7.4. certificar-se de que a contratada mantém, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários à comprovação da manutenção das referidas condições; (Art. 15 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023, inciso XXV)

6.7.5. constituir o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública Municipal; (Art. 15 do Decreto Municipal 04/2023-GP, de 16/01/2023, inciso XXX).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os gêneros alimentícios serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os gêneros alimentícios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.s sistemas para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.28. Os documentos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação técnica

8.30. Comprovação de aptidão para execução do objeto, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente.

8.30.1. Atestado de Capacidade Técnica, expedido em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou vem fornecendo adequado em quantidades e qualidade semelhante ao objeto da presente licitação. (mínimo de 10% do quantitativo referente ao item que a empresa esteja concorrendo.

8.30.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante ou da pessoa física.

8.32. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.33. Alvará Sanitário emitido por órgão competente.

8.33.1. O Alvará sanitário será exigido somente da empresa vencedora, por ocasião da assinatura do Termo de Contrato.

8.34. Declaração veicular para transporte de alimentos, será exigido somente da empresa vencedora, por ocasião da assinatura do Termo de Contrato.

9. DA COMPROVAÇÃO DE MICROEMP0RESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.1 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

I – Empresas optantes pelo Simples de Tributação:

9.2 Comprovação de opção pelo simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, http://www.receita.fazenda.gov.br\pessoajuridica\simples\simples.htm;

9.3 Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

II – Empresas não optantes pelo Simples de Tributação:

9.4 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

9.5 Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE.

9.6 Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

9.7 Cópia do Contrato Social e suas alterações

9.8 Declaração firmada pelo representante legal da empresa de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

9.9 Os documentos relacionados no subitem 9.1, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da instrução Normativa do DNRC (Departamento Nacional de Registro do Comércio) nº 103, publicada no D.O (Diário Oficial) no dia 22 de maio de 2007.

9.10 As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 9.10.1 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultada à Administração a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R$.409.813,34 (quatrocentos e nove mil e oitocentos e treze reais e trinta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. (**item 1.1.).**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação.

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0215 – Secretaria Municipal de Administração

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: 04 - Administração
SUBFUNÇÃO: 122 – Administração Geral
PROGRAMA: 0003 – Gestão Política Administrativa
PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 – Manutenção da Secretaria de Administração
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE: 1500000000 – Recursos não vinculados de Impostos

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0222 – Secretaria Municipal de Educação
FUNÇÃO: 12 - Educação
SUBFUNÇÃO: 122 – Administração Geral
PROGRAMA: 0083 – Gestão Administrativa
PROJETO/ATIVIDADE: 2.066 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE: 1500100100 – Receita de imposto e trans. – Educação

- **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0202 – Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO: 10 – Saúde
SUBFUNÇÃO: 301 – Atenção Básica
PROGRAMA: 0016 – Gestão Saúde
PROJETO/ATIVIDADE: 2.103 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE: 1600000000 – Transferência SUS Bloco de manutenção

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ORGÃO: 02 Poder Executivo
UNIDADE GESTORA: 0219 Secretaria Mun. de Assistência Social
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social
SUB-FUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0026 – Proteção Social Básica
PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 Manutenção da Secretaria de Assistência Social
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE: 1500000000 – Recursos não vinculados de Impostos

- **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0208 – Fundo Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO: 08 – Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária
PROGRAMA: 0026 – Proteção Social Básica
PROJETO/ATIVIDADE: 2.117 – Manutenção da Fundo de Assistência Social
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
FONTE: 1660000000 – Transferência de Recurso do FNAS